

ITCA
E14
169



RECIBIDO
47 MAR 1999
GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO - SEPLAN

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO ESTADO DO PIAUÍ

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO
-PRODETUR.PI-

AV. MIGUEL ROSA 3190 - CENTRO - CEP: 64001 - 490, TERESINA PIAUÍ
TELEFONES: (086) 221 3145 - 4575, FAX: (086) 221 - 1660

00004347

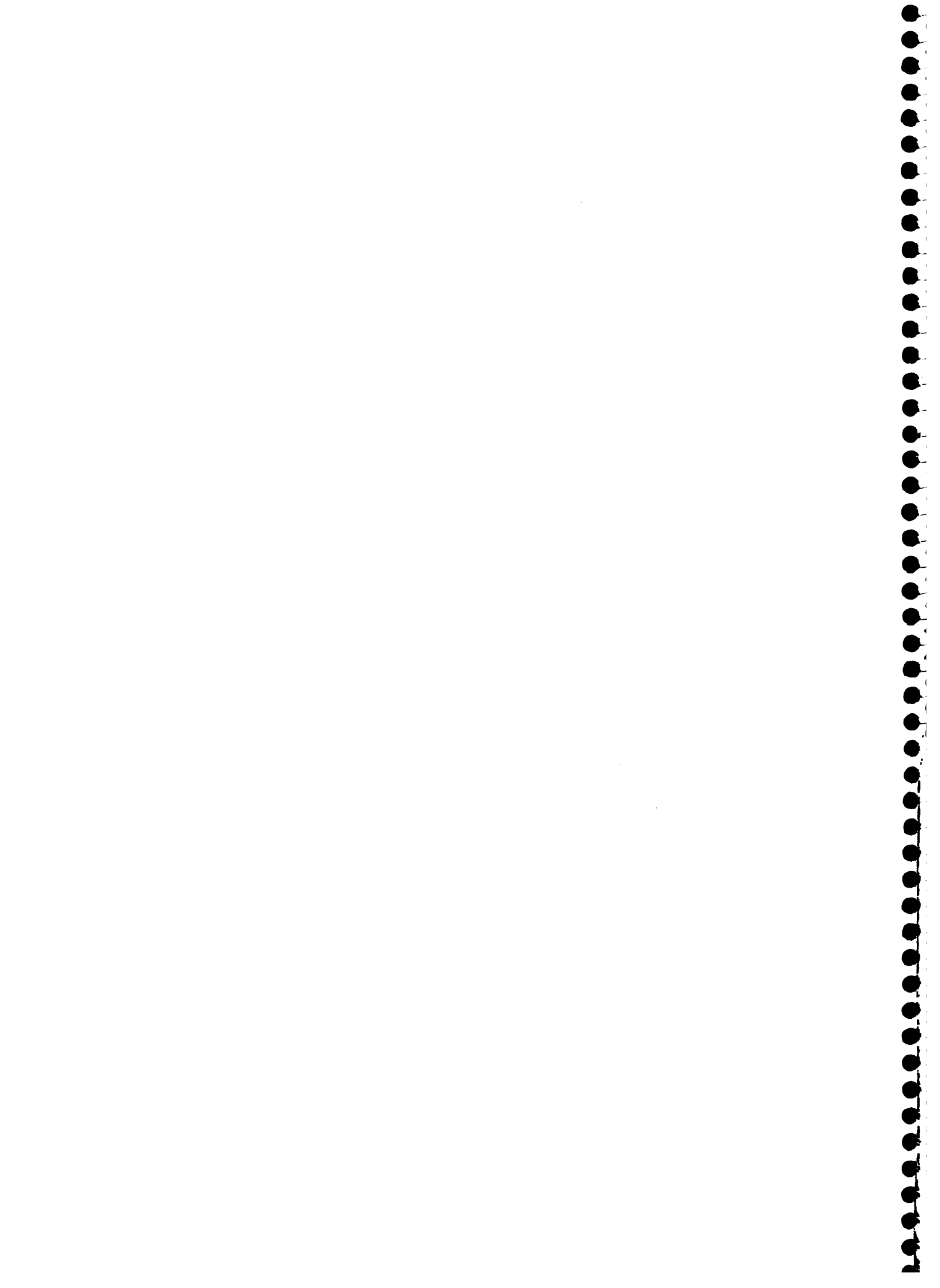
1101
C14
134



RESUMO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
BIBLIOTECA VENTURA
7 MAR 1993
RECIBIDO

- I. APRESENTAÇÃO**
- II. RESUMO OPERATIVO GERENCIAL**
- III. INTRODUÇÃO**
- IV. O PROGRAMA**
 - 1. OBJETIVOS**
 - 2. RESULTADOS ESPERADOS**
 - 3. ESTRATÉGIA**
 - 4. COMPONENTES DO PROGRAMA**
- V. IMPACTOS DO PROGRAMA SOBRE MEIO AMBIENTE**
- VI. SUPORTES INSTITUCIONAIS**
- VII. AÇÕES JÁ REALIZADAS**
- VIII. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO**
- IX. ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA**
- X. PRESSUPOSTOS IMPORTANTES**
- XI. FINANCIAMENTO DO PROJETO**



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
FRANCISCO DE ASSIS DE MORAES SOUZA
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
ANTONIO CESAR CRUZ FORTES



I. APRESENTAÇÃO

O presente documento compõe uma síntese da estratégia definida para o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Piauí - PRODETUR - PI, no âmbito do PRODETUR Nordeste. Trata-se de uma estratégia que evoluiu no tempo e no espaço geográfico, conforme se explica a seguir.

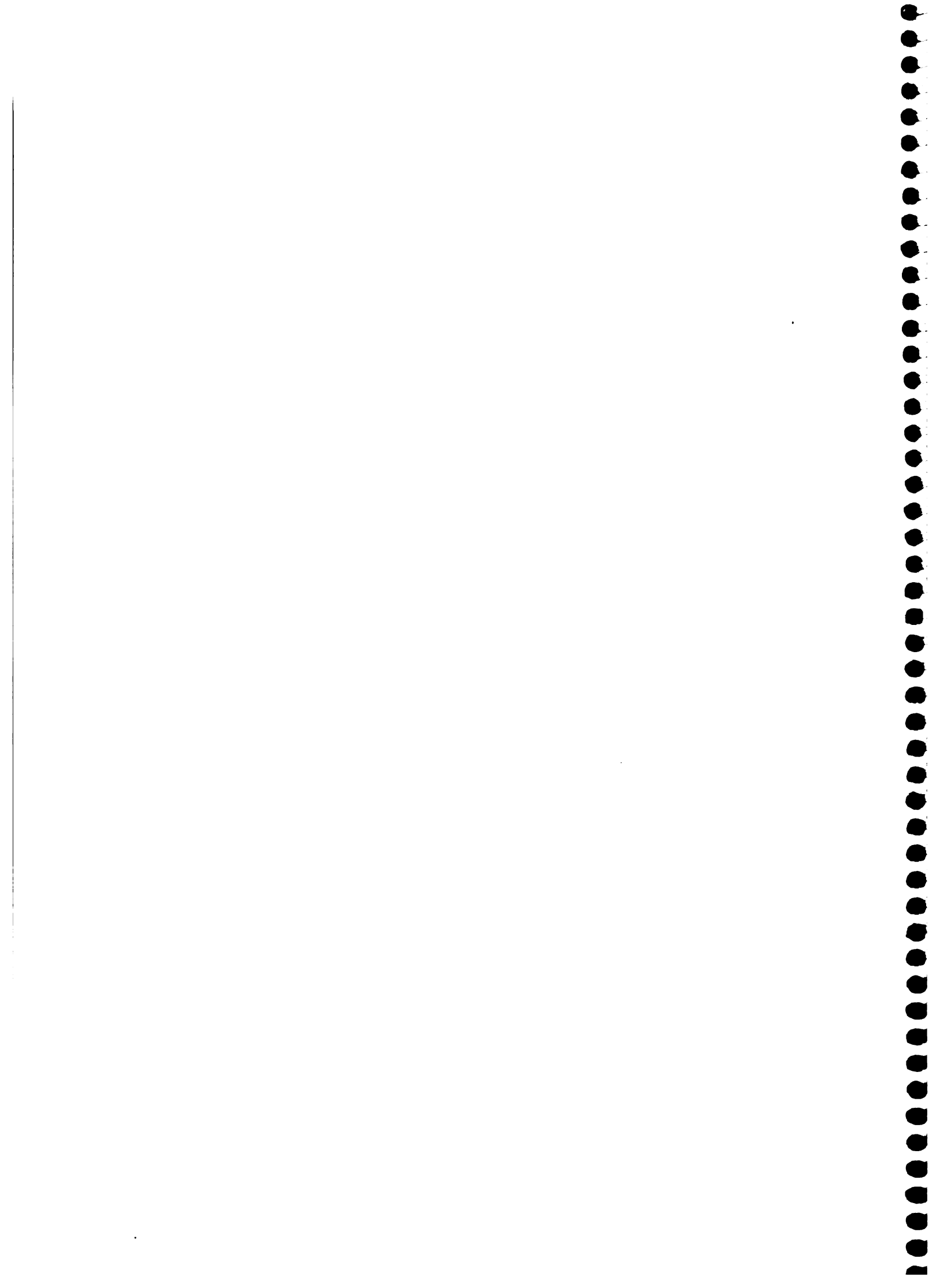
Com a mudança da Unidade Executora Estadual do PRODETUR para a Secretaria do Planejamento a partir de janeiro de 1997, o Estado do Piauí decidiu rever a Estratégia Turística (Versão Abril 96) encaminhada ao Banco do Nordeste. Após análise e discussão com os órgãos envolvidos, foram promovidas modificações no documento.

A nova Estratégia de Desenvolvimento Turístico do Piauí (Versão março de 97) atende as orientações do Banco do Nordeste e as exigências do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e mantém basicamente as mesmas ações previstas, tendo sido incluídas nas áreas priorizadas para receber os investimentos promovidos pelo PRODETUR, os municípios de Teresina e São Raimundo Nonato (Parque Nacional da Serra da Capivara).

A nova versão procurou, na medida do possível, adequar as ações previstas a disponibilidade financeira do Estado no aporte de contrapartida estadual, além de buscar parceria com o Governo Federal e prefeituras dos municípios envolvidos em alguns projetos prioritários.

A proposta inicial aprovada previa ações para o desenvolvimento institucional e obras múltiplas em infra-estrutura básica e serviços públicos. Com a inclusão de ações no Parque Nacional da Serra da Capivara, foram acrescentadas algumas ações compatíveis com as necessidades de soluções para vitais questões regionais, em particular a construção de um aeroporto no Município de São Raimundo Nonato. Trata-se de uma obra indispensável para o incremento do fluxo turístico feito por pessoas de maior poder aquisitivo. Na realidade, o potencial turístico do Parque é inquestionável e há no mundo vários exemplos similares de sucesso absoluto.

A presente estratégia não alcança toda a potencialidade do Estado, mas abrange o que é melhor representativo e mais significativo a curto e médio prazos. Sua implementação poderá representar um enorme avanço na própria dinâmica do desenvolvimento piauiense e no grande desafio que significa gerar empregos no mundo moderno.



II. RESUMO GERAL
(Marco Lógico)



RESUMO NARRATIVO	METAS	M. VERIF.	SUP. IMPORTANTES																																				
OBJETIVO GERAL Promover a indústria turística para o desenvolvimento sócio-econômico do Estado do Piauí gerando oportunidades de emprego e renda e aumento das receitas públicas.	A atividade turística no Estado do Piauí se converterá em polo dinamizador da economia, aumentando as receitas públicas, gerando na primeira etapa 2.800 empregos diretos para a população de baixa renda.	Avaliação ex-post																																					
OBJETIVO ESPECÍFICO Melhorar a capacidade institucional do Estado do Piauí para o gerenciamento de atividades turísticas, promovendo oportunidades de inversão privada e melhorando a infra-estrutura turística	Ao final do Projeto se terão desenvolvido as bases institucionais e de infra-estrutura básica para a promoção sustentável da atividade turística.	Avaliações anuais	As instituições envolvidas realizam previsões orçamentárias e assumem desenvolver estratégias de turismo com sustentabilidade.																																				
COMPONENTES 1. Transporte 2. Saneamento Básico 3. Administração de resíduos sólidos 4. Recuperação de patrim. histórico 5. Proteção e recuperação ambiental 6. Melhorar aeroporto de S.R. Nonato 7. Desenvolvimento Institucional	1. 12 obras rodoviárias realizadas 2. 03 obras de infra-estrutura realizada 3. 03 administ. de resíduos sólidos 4. 04 patrimônios recuperados 5. 03 áreas recuperadas e protegidas 6. 01 aeroporto melhorado 7. 03 instituições fortalecidas e um Plano Diretor elaborado	Relatórios de supervisão e acompanhamento	Serão estabelecidos mecanismos para bancar a contrapartida estadual As instituições envolvidas iniciam a elaboração dos projetos executivos																																				
ATIVIDADES <ul style="list-style-type: none"> • Os componentes 1, 2, 3, 4, e 5 tem as seguintes atividades comuns: <ul style="list-style-type: none"> a. Elab. e aprov. de estudos técnicos b. Licitação de obras c. Execução e supervisão da obra d. Recebimento da obra • O componente 7 Desenvolvimento Institucional tem as seguintes atividades: <ul style="list-style-type: none"> a. Estabelecimento da Unidade Executora estadual com respectivo credenciamento dos responsáveis b. Envolvimento no Programa do órgão estadual de controle ambiental c. Contratos dos serviços de consultoria para projetos de Des. Institucional d. Elaboração de plano atualizado de aplicação de recursos e. Sistematização de catálogo e código de contas f. Articulação com órgãos para financiamento de contrapartidas 	INVESTIMENTOS (R\$ 1.0 milhão) <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th>Produtos</th> <th>Gov. PI</th> <th>BID</th> <th>TOT.</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1. Transportes</td> <td>7.69</td> <td>7.69</td> <td>15.38</td> </tr> <tr> <td>2. S. Básico</td> <td>13.26</td> <td>13.65</td> <td>26.90</td> </tr> <tr> <td>3. A. R. Sólidos</td> <td>0.51</td> <td>0.45</td> <td>0.95</td> </tr> <tr> <td>4. R.P. histórico</td> <td>2.96</td> <td>2.36</td> <td>5.32</td> </tr> <tr> <td>5. P.R. Ambiental</td> <td>0.92</td> <td>0.89</td> <td>1.80</td> </tr> <tr> <td>6. Aeroporto</td> <td>0.52</td> <td>0.48</td> <td>1.00</td> </tr> <tr> <td>7. D. Institucional</td> <td>2.14</td> <td>2.22</td> <td>4.35</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>27.98</td> <td>27.72</td> <td>55.70</td> </tr> </tbody> </table>	Produtos	Gov. PI	BID	TOT.	1. Transportes	7.69	7.69	15.38	2. S. Básico	13.26	13.65	26.90	3. A. R. Sólidos	0.51	0.45	0.95	4. R.P. histórico	2.96	2.36	5.32	5. P.R. Ambiental	0.92	0.89	1.80	6. Aeroporto	0.52	0.48	1.00	7. D. Institucional	2.14	2.22	4.35	Total	27.98	27.72	55.70	Livros contábeis e financeiros Relatórios e atas de entrega de obras Avaliações de viabilidade dos estudos	As instituições envolvidas estabelecem parcerias com empresas privadas para a execução dos estudos e das obras bancadas em termos de referência elaboradas no SEPLAN
Produtos	Gov. PI	BID	TOT.																																				
1. Transportes	7.69	7.69	15.38																																				
2. S. Básico	13.26	13.65	26.90																																				
3. A. R. Sólidos	0.51	0.45	0.95																																				
4. R.P. histórico	2.96	2.36	5.32																																				
5. P.R. Ambiental	0.92	0.89	1.80																																				
6. Aeroporto	0.52	0.48	1.00																																				
7. D. Institucional	2.14	2.22	4.35																																				
Total	27.98	27.72	55.70																																				



III. INTRODUÇÃO

I. Antecedentes

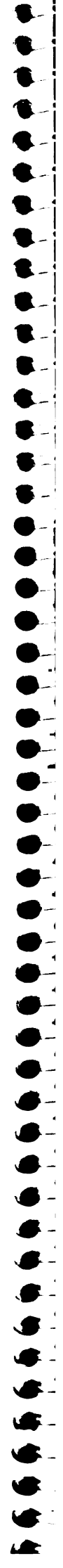
O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - PRODETUR - NE, insere-se no contrato de empréstimo celebrado no dia 12 de dezembro de 1994 entre o Banco do Nordeste do Brasil S.A. na condição de mutuário e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, como órgão financeiro para a execução de um programa de desenvolvimento do turismo no Nordeste do Brasil.

Através do PRODETUR, os nove Estados contemplados visam aproveitar o potencial turístico da região, com ações que contemplam projetos prioritários de infraestrutura em obras múltiplas de saneamento, transportes, meio ambiente e preservação do patrimônio histórico, melhoramento de aeroporto, além de desenvolvimento institucional.

Considerando o disposto no Regulamento Operativo do PRODETUR/NE e as condições acordadas entre o Banco do Nordeste e o BID através de Contrato de Empréstimo n.º 841/OC/BR, celebrado em 12.12.94, o Estado do Piauí apresentou ao BNB o Sub-Programa, devidamente enquadrado na estratégia turística e no plano de ação, inclusive plano de trabalho relativo ao componente desenvolvimento institucional, aprovados pelo Banco do Nordeste e pelo BID.

Baseado nestes instrumentos, foi celebrado o convênio de financiamento entre o Estado do Piauí e o BNB, para estabelecer as condições gerais de execução do Programa no Estado do Piauí, tendo como destaque o financiamento do montante total de US\$ 55.700.000,0 (cinquenta e cinco milhões, setecentos mil dólares dos Estados Unidos de América) financiados 50% com recursos do BID e 50% com recursos de contrapartida nacional.

Tendo em vista as dificuldades financeiras dos Estados em viabilizar o Programa como todo, o Banco do Nordeste e o BID, recentemente, acordaram termo aditivo ao acordo original, alterando a matriz de financiamento. Em consequência 60% dos recursos serão financiados pelo BID e 40% pelos Estados. Permitiu-se ainda, que esses recursos fossem alocados nos primeiros dezoito meses, de agosto/96 a dezembro/97, à base de 20% pelos Estados, enquanto o BID aportaria até 80%, devendo ao final desse prazo, ser retomado o aporte de recursos formalmente pactuado com os Estados, de forma a assegurar a equalização final na relação prevista (60%-40%). Outro benefício advindo das recentes mudanças contratuais foi a inclusão de capitais estaduais como sub-mutuárias do empréstimo, desde que constem na estratégia turística e no Plano de Ação do respectivo Estado, viabilizando uma alavancagem na execução do Programa.



A operacionalização do Programa compreende a análise dos projetos apresentados pelos Estados contemplando aspectos técnicos, socio-econômicos, institucionais e ambientais, além das demais condições estabelecidas pelo Banco do Nordeste/BID, e das condições previstas pela Resolução 69 do Senado Federal, que determina a prévia autorização do BACEN para formalização de operações desta natureza e estudo da capacidade de endividamento dos proponentes.

A operacionalização do Programa compreende também as atividades do órgão executor (Banco do Nordeste), onde se encontra instalada a Unidade Executora Central, sob a responsabilidade direta do Superintendente do Processo Operacional do Banco do Nordeste, e as atividades do órgão Coordenador e Supervisor a nível de Estado, representado no caso do Piauí pela Secretaria do Planejamento, onde se encontra a Unidade Executora Estadual.

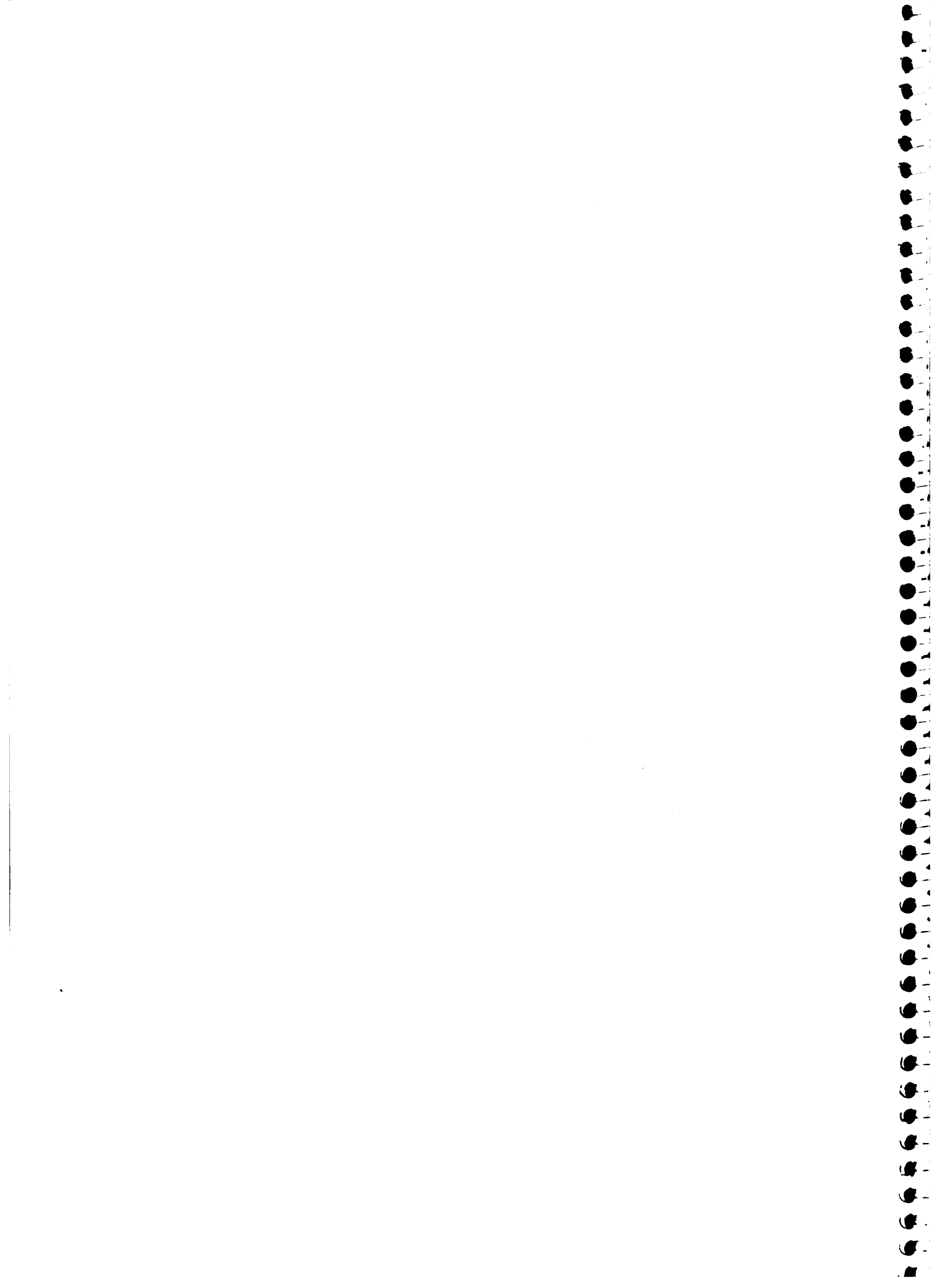
2. Situação Atual

Os dados sobre o fluxo turístico do Piauí indicam que a demanda para o Estado é bastante incipiente, muito embora tenha apresentado um relativo crescimento nos últimos quatro anos.

No ano de 1991, existiam no Estado um total de 21 hotéis, onde 07 se localizavam na Capital, 03 no litoral e 11 no restante do Estado. No final de 1994 o número de hotéis (incluindo os que estavam em construção) havia aumentado para 32 estabelecimentos, sendo 07 na Capital, 11 no litoral e 14 no restante do Estado. Estes estabelecimentos ofereciam um total de 2.650 leitos sendo 1.508 de estabelecimentos construídos e mais 1.142 dos que estavam em construção.

Estimativas baseadas em algumas pesquisas de campo realizadas na região indicam que cerca de 140 mil pessoas visitaram o litoral em 1993, e 200 mil pessoas em 1995. A maioria desses turistas (mais de 65%) foi gerado no próprio Estado, sendo a maior parte de Teresina, (58,7%). O restante, provém de outros Estados brasileiros, principalmente do Ceará e Brasília, e do Centro e Sudeste do país. Uma das características do fluxo atual para a região é de que quase 70% dos turistas tem como motivação a visita a parentes ou amigos e quase 90% do total de turistas se hospedam em casa própria ou de amigos.

A demanda da atividade turística no litoral foi sustentada pelos incentivos da Lei N° 4.543, de 28/12/92, que possibilitava ao investidor privado dispor de até 40% do custo total para construção e aquisição de equipamentos para hotéis de 3 estrelas, desde



que instalados na região litorânea. Devido às dificuldades do Estado em cumprir com suas obrigações de recursos nas participações societárias e também por ser contraditório à estratégia turística do Estado, o Governo revogou esta Lei em 15/08/95.

O crescimento do fluxo turístico, ainda que restrito para o potencial da área, pode ser creditado em grande parte a: i) elevação do número de leitos classificados; ii) melhoria realizada no aeroporto de Parnaíba e novos vôos regulares que facilitam as ligações do litoral piauiense ao restante do país; iii) retorno de investimento a médio prazo com promoções de marketing nas regiões centro-oeste, norte, nordeste e sudeste do país e no exterior (Argentina, Itália e França); e iv) estabilização da moeda brasileira. (Tabela 1 e 2).

TABELA Nº 1: ACESSO AÉREO À PARNAÍBA,

CIA	ORIGEM	CAPACIDADE	VÔOS MENSAIS	OFERTAS MÊS
TAF	Natal/Fort.	12	22	264
TABA	Belém	100	04	400
TABA	Fortaleza	100	05	500
Nordeste	Rec/Fortaleza	30	30	900
Nordeste	São Luís	30	30	900
TOTAL				2.964

Ofertas total ano = 35.568 vagas/ano

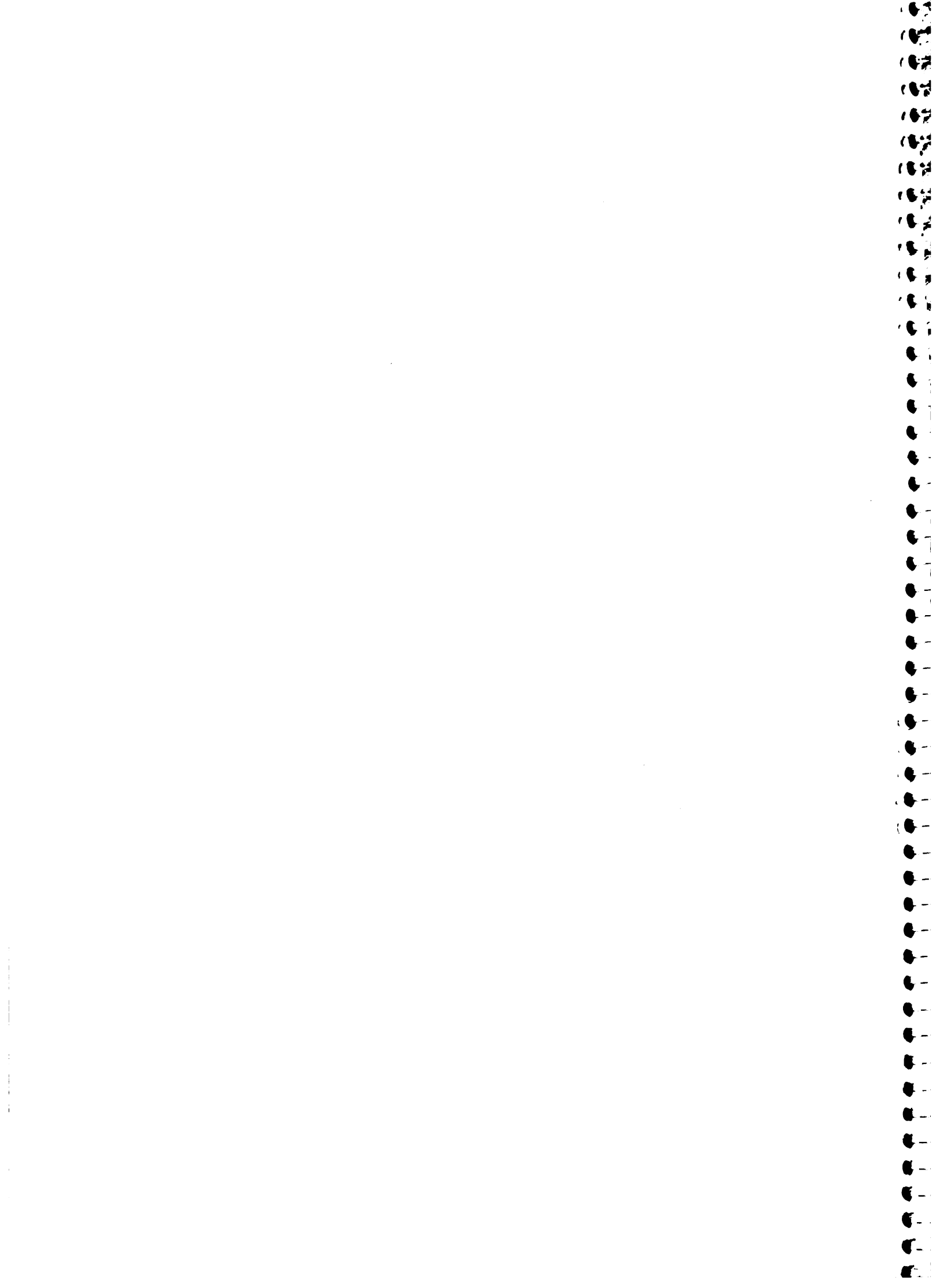
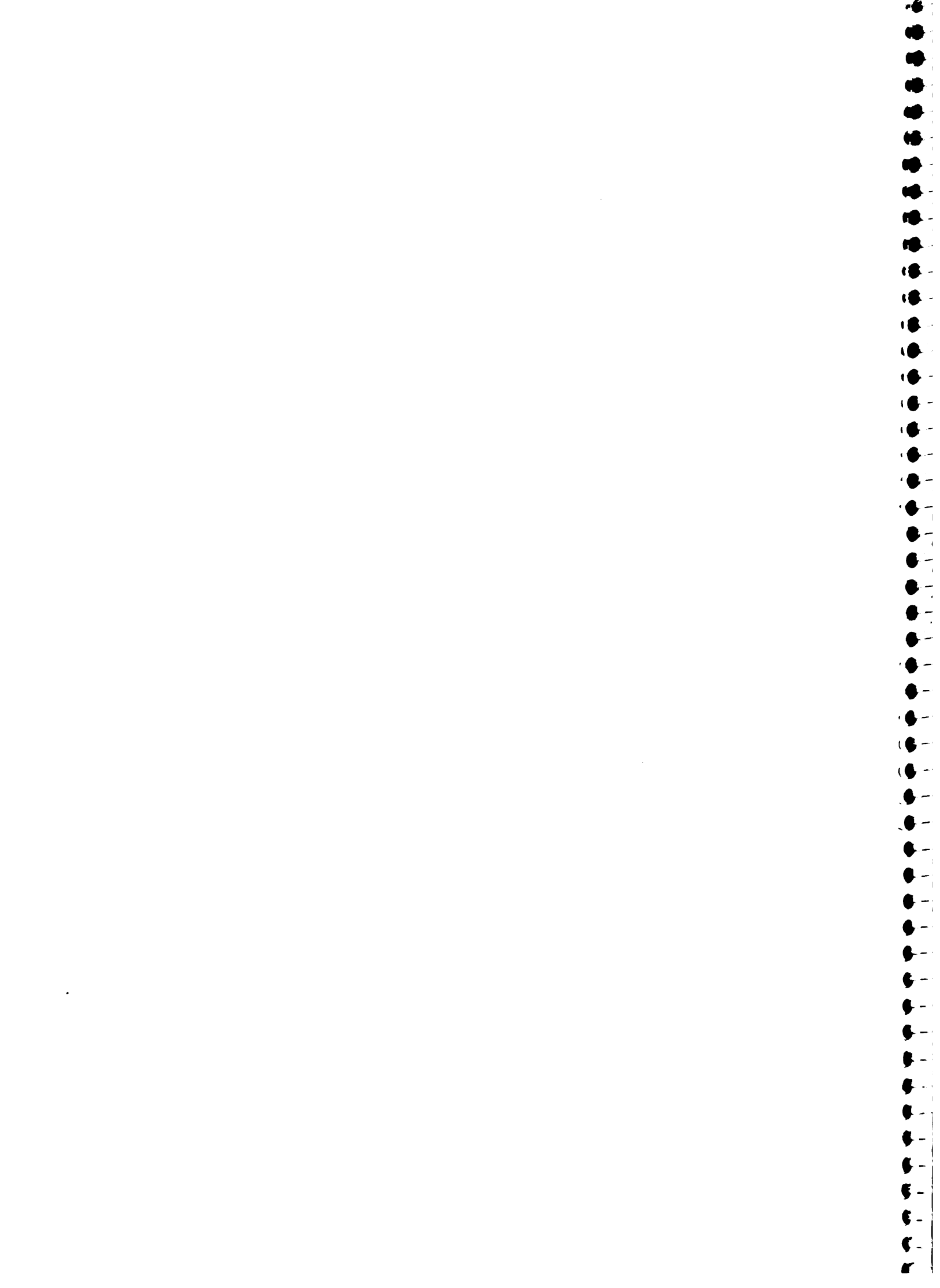


TABELA Nº 2: ACESSO AÉREO VIA TERESINA

CIA	ORIGEM	CAPACIDADE	VÓOS MENSAIS	OFERTAS MÊS
VASP	São Luís	120	30	3.600
VASP	Rio De Janeiro	120	30	3.600
VASP	São Paulo	120	30	3.600
VASP	Fortaleza	120	30	3.600
VARIG	Brasília	120	30	3.600
VARIG	São Luís	120	30	3.600
TOTAL				21.600

Ofertas total ano = 259.200 vagas/ano



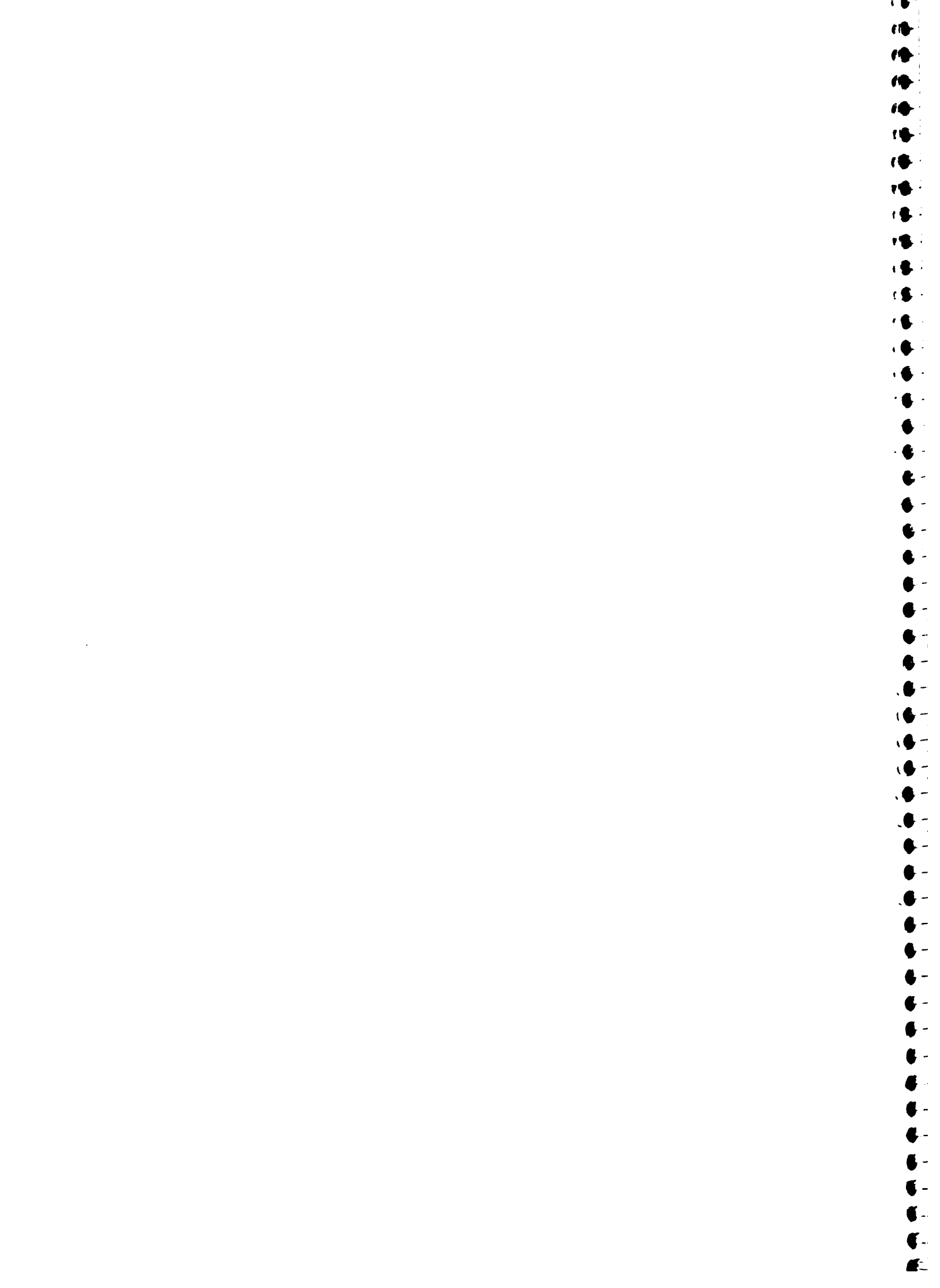
O fluxo turístico poderia ser ainda mais significativo e de maneira mais ordenada e sustentável levando-se em conta o potencial da região. No entanto, alguns obstáculos ao desenvolvimento do turismo no Estado podem ser aqui mencionados:

- deficiente malha rodoviária (estradas federais, estaduais e vicinais), causadas pela insuficiente conservação de trechos pavimentados e pela ausência de pavimentação, que se agrava com a ação das chuvas;
- reduzida oferta de meios de hospedagem, principalmente na área de interesse turístico;
- tímida ação pública e privada na promoção dos produtos turísticos (marketing);
- insuficiente oferta de linhas aéreas regulares ligando o Estado e, principalmente, o litoral aos principais centros emissores de turismo do país e do exterior;
- precariedade das ações dos serviços públicos, tais como: limpeza urbana, saneamento básico, energia elétrica, informações, educação (formal e ambiental), saúde, entre outros.

3. Potencialidades

O Piauí tem uma oferta turística bastante diversificada na sua geografia física, englobando aspectos que o diferenciam dos demais Estados da União. Sua localização faz com que disponha de particular variedade paisagística, de flora e fauna, além de dois exemplos únicos que o destaca das demais regiões brasileiras: o seu patrimônio arqueológico e o Delta do Rio Parnaíba.

A presença do Delta do Rio Parnaíba, das belas praias, da arquitetura da cidade de Parnaíba, do rico artesanato do Pedro II, e da arqueologia de Sete Cidades, conferem a área abrangida pelo presente Programa, uma diversidade de atrativos incomuns, capazes de oferecer a seus visitantes diferentes programas de pacote turístico. Dentre eles pode-se citar como exemplos: a prática de esportes náuticos e terrestres, a visita a atrativos turísticos ímpares, a realização de pesquisas e excursões científicas e visitas a casas ou museus de cultura, entre outros.



Dai, pode-se avaliar a vocação principal de cada cidade para um determinado tipo de turismo, ou seja, pode-se indicar que Parnaíba e Luís Correia têm vocação maior para o turismo de lazer e ecoturismo. Em Piripiri e Piracuruca o lado cultural é mais forte pela presença em suas áreas de vários sítios arqueológicos. Pedro II possui forte atrativo tanto no artesanato em teares e esculturas, como na extração e comercialização de pedras preciosas, como a opala, e nas belezas cênicas de seus vales. Já Buriti dos Lopes, Esperantina e Batalla, municípios caracterizados como área de influência secundária do Programa, possuem vocação para atividades tanto de lazer quanto cultural, porém em menor medida se comparados aos atrativos da região alvo do Programa.

O quadro indicado seria incompleto se não indicar os atrativos turísticos do Piauí como um todo, principalmente como referencial para o turista do exterior, que seguramente gostaria de ter uma visão do potencial turístico do Estado. Neste sentido vale ressaltar para efeito de turismo científico os restos arqueológicos da Serra de Capivara, no município de São Raimundo Nonato, conhecidos mundialmente pelas suas pinturas rupestres e vestígios importantes para explicar a origem do homem americano. Finalmente, a cidade de Teresina como uma das últimas fronteiras de cidade cujo povo vive em paz com sua natureza, cidadãos amáveis e prestativos num clima de cordialidade e paz social, mostrando sítios importantes de interesse cultural, artesanal e comercial.

IV. O PROGRAMA

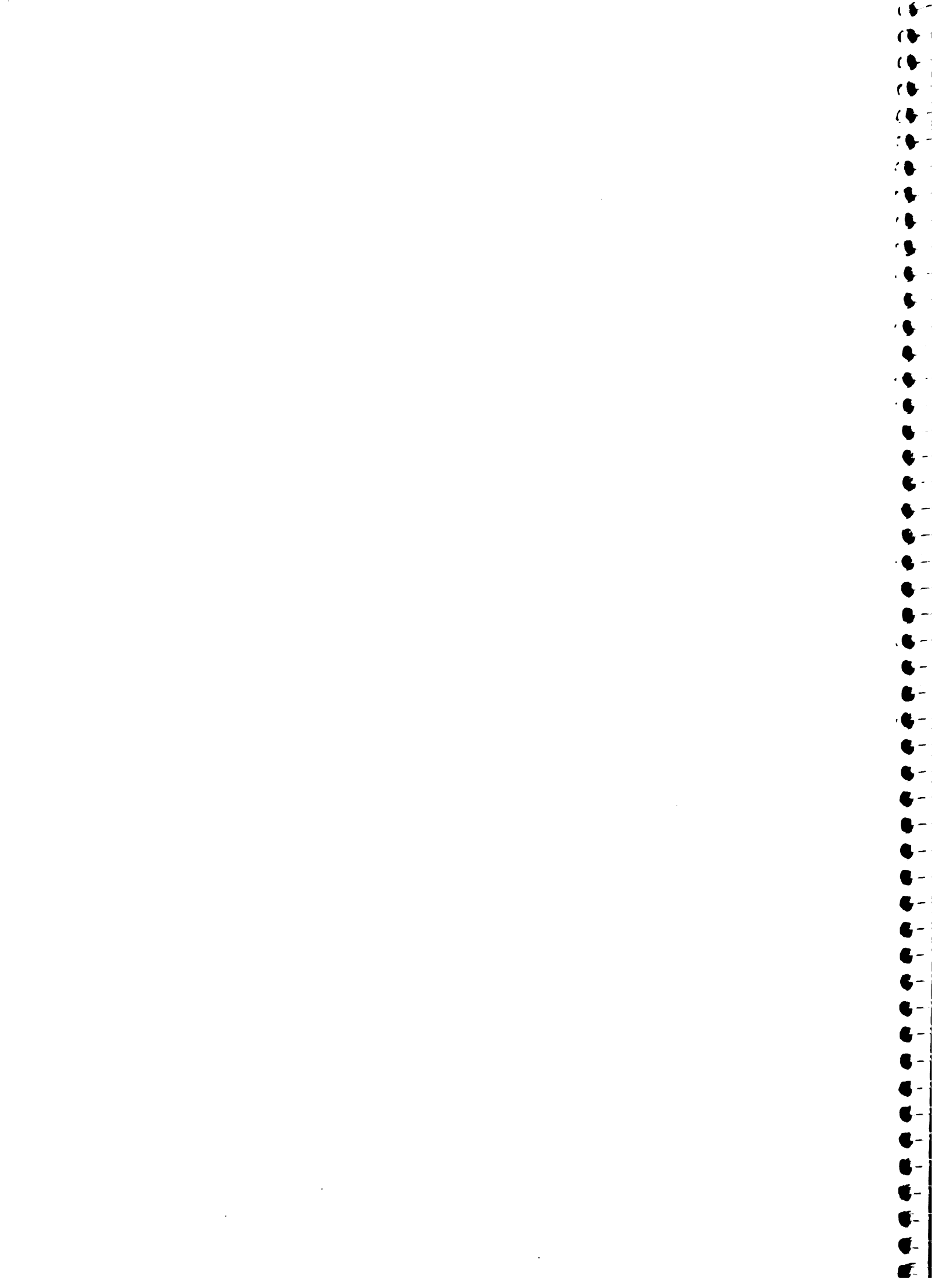
1. OBJETIVOS

a. Geral

Promover o desenvolvimento sócio-econômico do Estado do Piauí, através do incremento da indústria turística, gerando oportunidades de emprego e renda e aumento das receitas públicas.

b. Específico

Melhorar a capacidade institucional do Estado do Piauí para o estabelecimento e gerenciamento de atividades turísticas, promovendo oportunidades de inversão privada e melhorando a infra-estrutura turística no Estado.



2. RESULTADOS ESPERADOS

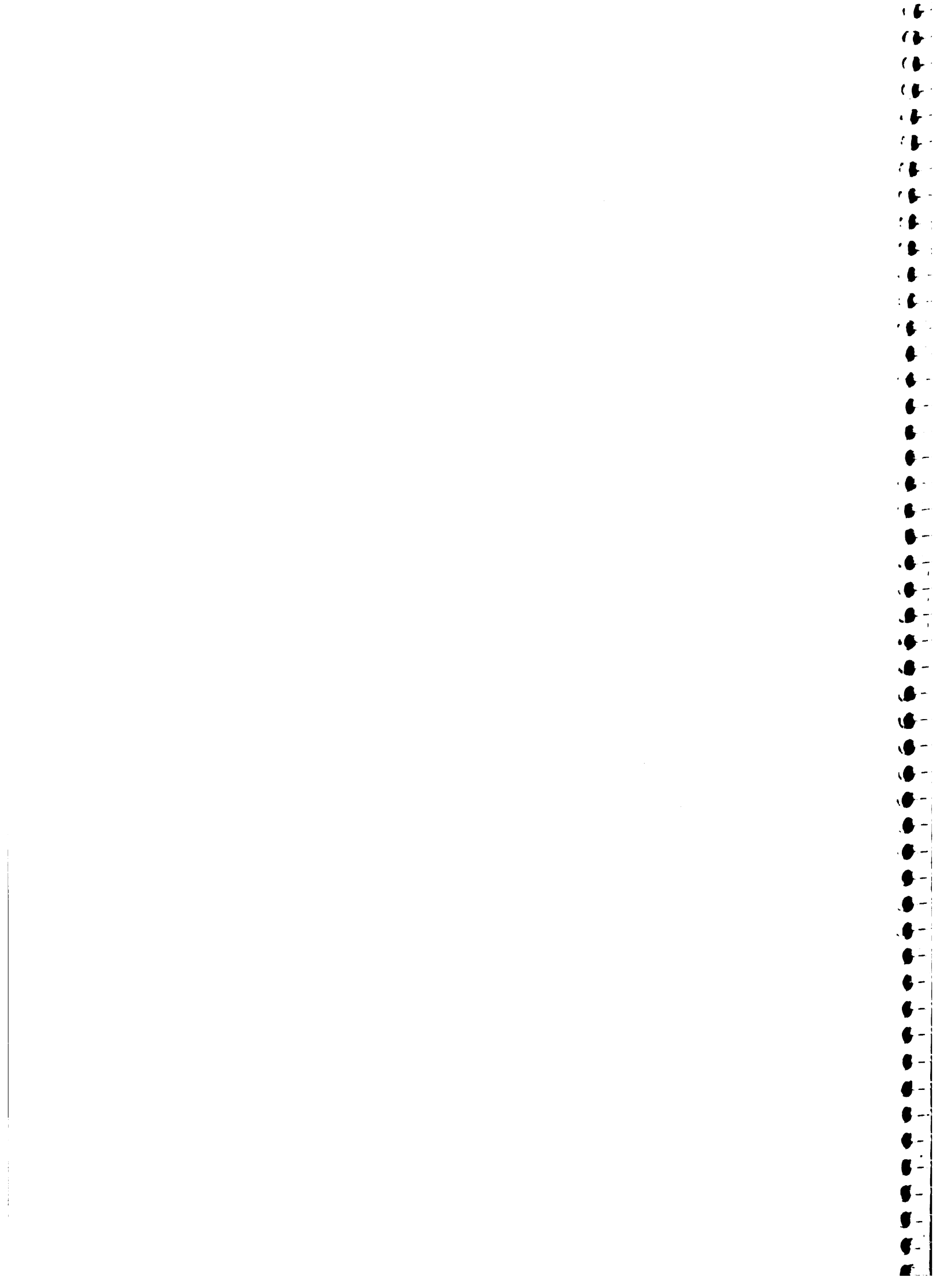
Ao finalizar o Projeto o Estado terá alcançado os seguintes resultados:

- 56.000 novos empregos gerados, e uma demanda adicional por bens e serviços;
- 04 obras de infra-estrutura básica para o controle eficaz do sistema de saneamento básico com benefício de esgotamento sanitário para as cidades de Luís Correia e Parnaíba em benefício de cerca de 28.000 habitantes;
- 03 projetos de administração de resíduos sólidos, através da expansão do sistema de coleta de lixo nos municípios de Parnaíba, Luís Correia e São Raimundo Nonato, dotando-os de meios modernos e eficientes;
- 10 trechos de estradas recuperadas e ou pavimentadas que correspondem a 227 km;
- 20 ha de patrimônio histórico, recuperados;
- 411 ha de meio ambiente, protegidos;
- 02 Centros de Pesquisas estabelecidos;
- aproximadamente 100 pessoas do ramo turístico e conservação de meio ambiente, capacitados;
- As metas de demanda turística previstas como impacto do Programa são de 105 mil turistas, sendo cerca de 70.000 nacionais e 35.000 estrangeiros.

A demanda turística "hoteleira" é bastante incipiente na região e qualquer extrapolação de dados históricos não refletiria o esforço que o Governo do Estado irá desenvolver para dinamizar o setor turístico na área do projeto. Desta forma, os valores apresentados refletem as metas mínimas que o Governo espera atingir com a implantação do projeto. Nestes valores não está incluída a demanda atendida pelas segundas moradias das famílias que visitam a área.

3. ESTRATÉGIA

O Governo do Estado, considerando a importância econômica e o impacto sócio-econômico que a dinamização turística poderia gerar, contratou em 1993 a elaboração de estudos (Projeto Anthares) com vistas ao desenvolvimento do turismo no âmbito estadual. O respectivo relatório proporcionou os elementos básicos para



elaboração da presente estratégia turística estadual, assim como para a seleção e priorização dos investimentos no âmbito do PRODETUR/PI.

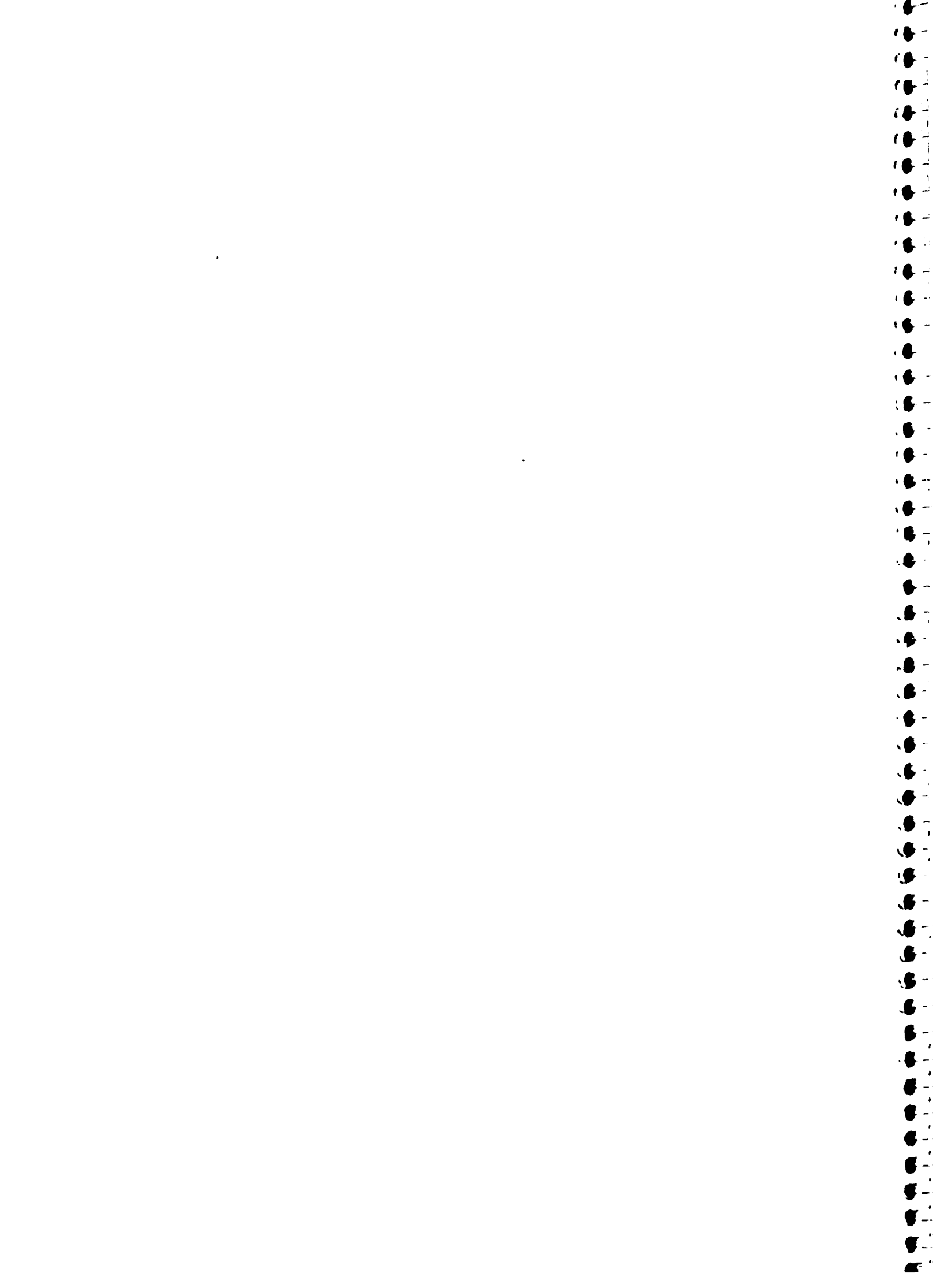
A estratégia estadual para o desenvolvimento do turismo no Piauí toma como referencial o fluxo natural (eixo-longitudinal, na direção Norte/Sul) buscando concentrar suas ações, num primeiro momento, em áreas consolidadas que apresentam tradição turística mais significativa. Assim sendo, busca-se otimizar ao máximo os impactos positivos da atividade turística, concentrando os investimentos numa área específica que ofereça recursos de interesse turísticos bastante especiais e diferenciados dos demais Estados brasileiros, buscando, com isso, uma complementariedade com os centros mais desenvolvidos.

Além disso, com o intuito de reduzir os riscos econômicos dos investimentos, serão priorizadas as obras e ações que melhorem as condições dos serviços gerais da população (água potável, esgotos sanitários, limpeza urbana, etc.) e que são condições para facilitar a atração dos investimentos privados.

As áreas priorizadas para receber os investimentos do PRODETUR/PI se concentrariam na porção setentrional do Estado, que abrange os municípios de Parnaíba e Luís Correia, na faixa litorânea, e Pedro II, Piripiri e Piracuruca, situado mais ao interior. Foram considerados ainda como área de influência secundária os municípios de Esperantina, Batalha, Buriti dos Lopes, Joaquim Pires, Capitão de Campos, Domingos Mourão e Cocal, e, após alterações na estratégia, os municípios de Teresina e São Raimundo Nonato, incluindo o Parque Nacional da Serra de Capivara, dada sua importância estratégica na composição do eixo acima citado.

Os objetivos do Programa serão logrados com a dinamização inicial do turismo interno, que permitirá o financiamento de parte dos investimentos necessários para adequar os equipamentos e infra-estrutura a uma nova realidade turística e funcionará como ciclo de treinamento. Numa etapa posterior a finalização do presente Programa financiado pelo BID, serão promovidos investimentos privados em hotéis e pousadas, propiciando o desenvolvimento da indústria turística.

A ecologia da região e as características dos principais atrativos não permitem desenvolver um turismo de massa sem correr o risco de causar a degradação ambiental deste grande potencial econômico com que conta o Estado. Desta forma, os investimentos programados estão direcionados para a captação de turistas de maior poder aquisitivo, dada a fragilidade ecológica do Delta do Parnaíba e da Serra da Capivara. Estima-se que os gastos realizados por estes turistas na economia local compensarão o menor número de visitantes.



Para que os objetivos da estratégia de desenvolvimento turístico do Piauí sejam alcançados, é necessário que sejam implementadas várias ações e projetos. A proposição dos investimentos e sua priorização foram realizadas levando-se em conta as restrições financeiras do Estado e também o plano de implantação do empreendimento. A seguir estão indicados os investimentos do PRODETUR/PI segundo prioridades.

a) Projetos com nível de prioridade I:

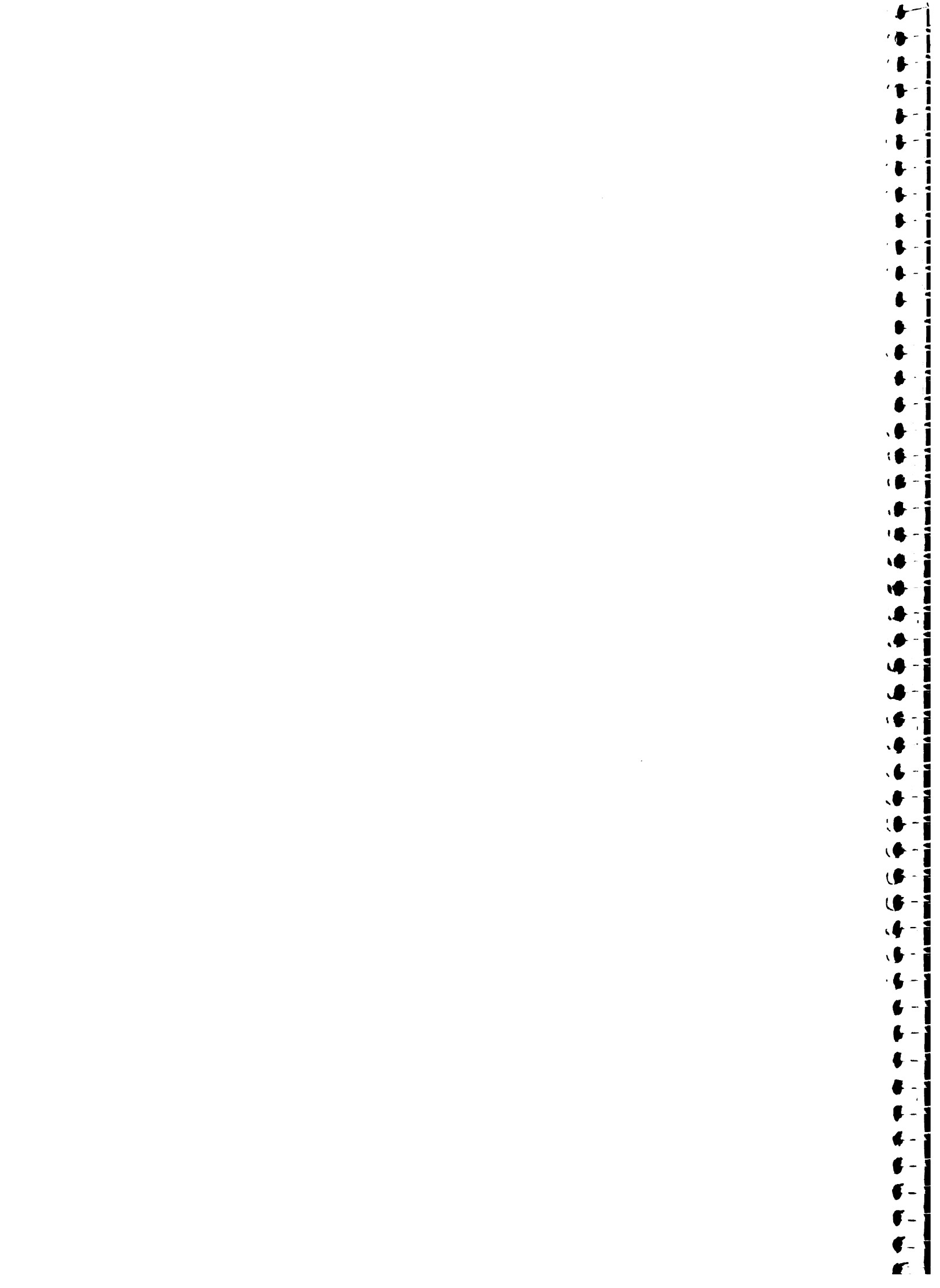
Compreendem os investimentos em estudos de engenharia levando em conta a sustentabilidade ambiental, econômica e financeira do Programa. Incluem-se nesta categoria as seguintes ações: i) estudos para o zoneamento ambiental, indicando as medidas de proteção, padrões e níveis de utilização e a implementação destas medidas; ii) fortalecimento dos órgãos e municípios envolvidos através da elaboração do Plano Diretor, melhoramento das atividades de planejamento, coordenação e elaboração de projetos e desenvolvimento de atividades de educação ambiental, entre outros.

b) Projetos com nível de prioridade II:

São os investimentos em infra-estrutura básica urbana, considerados importantes para atrair maiores investimentos privados na área de desenvolvimento turístico, para beneficiar principalmente os habitantes de centros turísticos já existentes. Enquadrar-se-iam nesta categoria os investimentos em; i) água potável e esgotamento sanitário; ii) coleta e adequada disposição do lixo; iii) recuperação do patrimônio histórico; iv) e recuperação e melhoramento das rodovias já pavimentadas.

c) Projetos com nível de prioridade III:

São investimentos, também em infra-estrutura, principalmente no campo rodoviário, que tem potencial de gerar impactos ambientais significativos. Estes investimentos seriam iniciados logo que se termine a execução e a implantação das recomendações dos projetos de nível de prioridade I e II. Basicamente estão constituídos pelos investimentos para a abertura de novas rodovias ou o melhoramento/pavimentação das vias atualmente não pavimentadas.



4. COMPONENTES DO PROGRAMA

a) Transporte Rodoviário

Tem como propósito estabelecer acesso direto e circulação eficiente tanto em relação às áreas englobadas pelo Programa, quanto ao eixo litorâneo como um todo. Mais especificamente trata-se de garantir em condições adequadas a chegada e a saída dos turistas e melhorar as condições de segurança, através de sistemas de sinalização, nas principais áreas de interesse turístico.

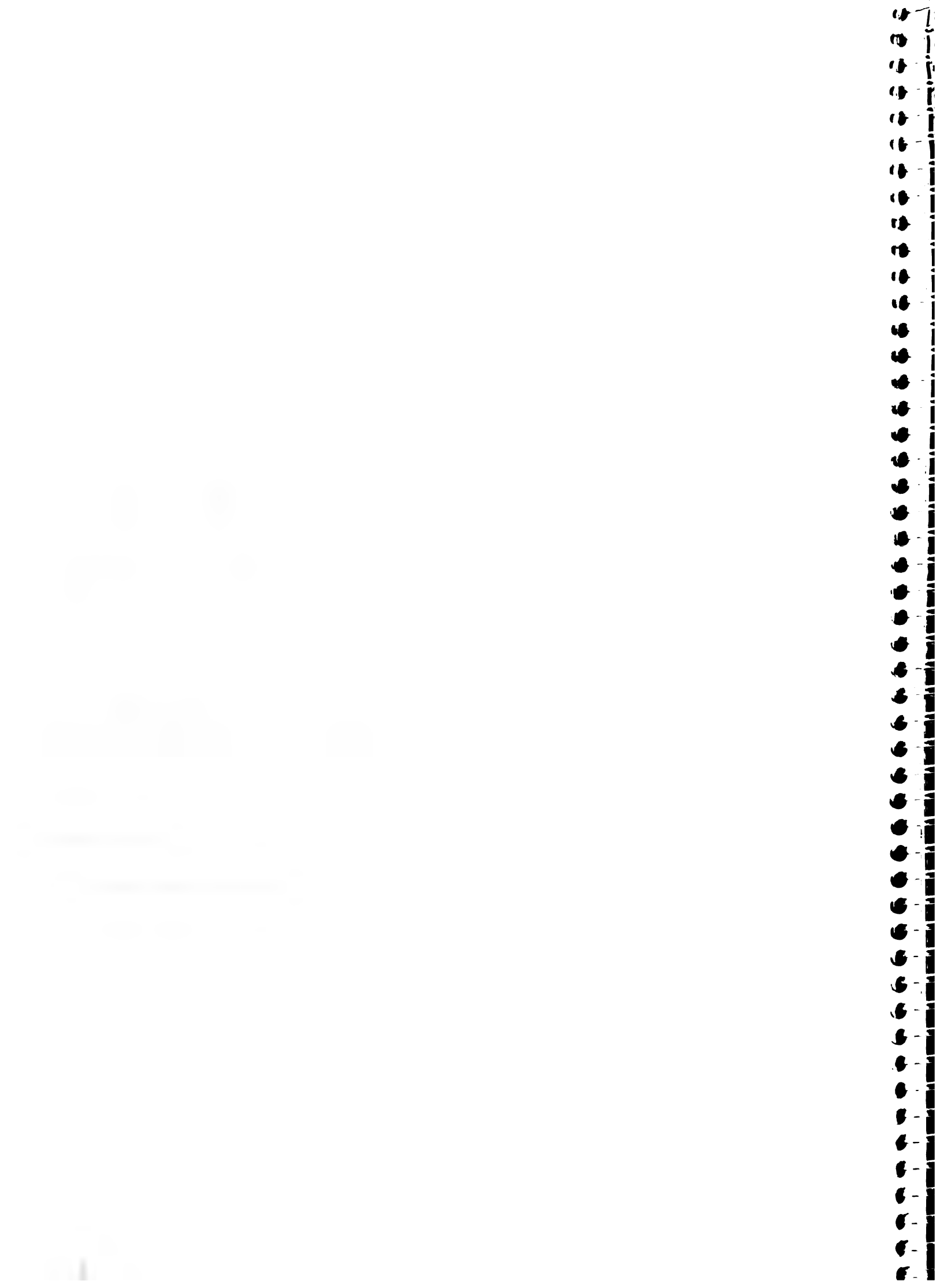
Os principais projetos a serem desenvolvidos são:

i) Recuperação de Rodovias

- Recuperação da ligação Parnaíba/Praia de Pedra do Sal (16 km);
- Melhoria de acesso ao povoado de Tatus (7 km) e melhoria do atracadouro no Porto dos Tatus;
- Recuperação do trecho São Raimundo Nonato/Divisa com a Bahia (9km).

ii) Pavimentação de Rodovias

- Asfaltamento do PI-110- trecho Batalha/Piracuruca (43 km);
- Pavimentação da estrada PI-116 - trecho Praia do Coqueiro ao povoado Camurupim (21 km);
- Pavimentação do acesso à lagoa do Sobradinho (via PI-116) (4 km);
- Pavimentação da ligação povoado Camurupim a praia de Barra Grande (21 km);
- Pavimentação da orla marítima da Ilha Grande de Santa Isabel (10 km);
- Pavimentação do trecho PI-213 Cocal divisa do Ceará (19 km);
- Pavimentação entroncamento São Raimundo Nonato/BR 020 (40/ km).



iii) Melhoria de Vias Urbanas

- Ações de pavimentação poliédrica em vias urbanas nos municípios de Parnaíba, Luís Correia e São Raimundo Nonato.

As ações do componente "Transportes", serão determinadas e executadas pelo Departamento de Estradas e Rodagens - DER -PI e pela Secretaria de Obras, em parceria com as Prefeituras Municipais de Parnaíba, Luís Correia e São Raimundo Nonato. O trabalho de contratação dos estudos de engenharia e das obras serão realizados de acordo com as normas do Banco do Nordeste.

b. Saneamento Básico

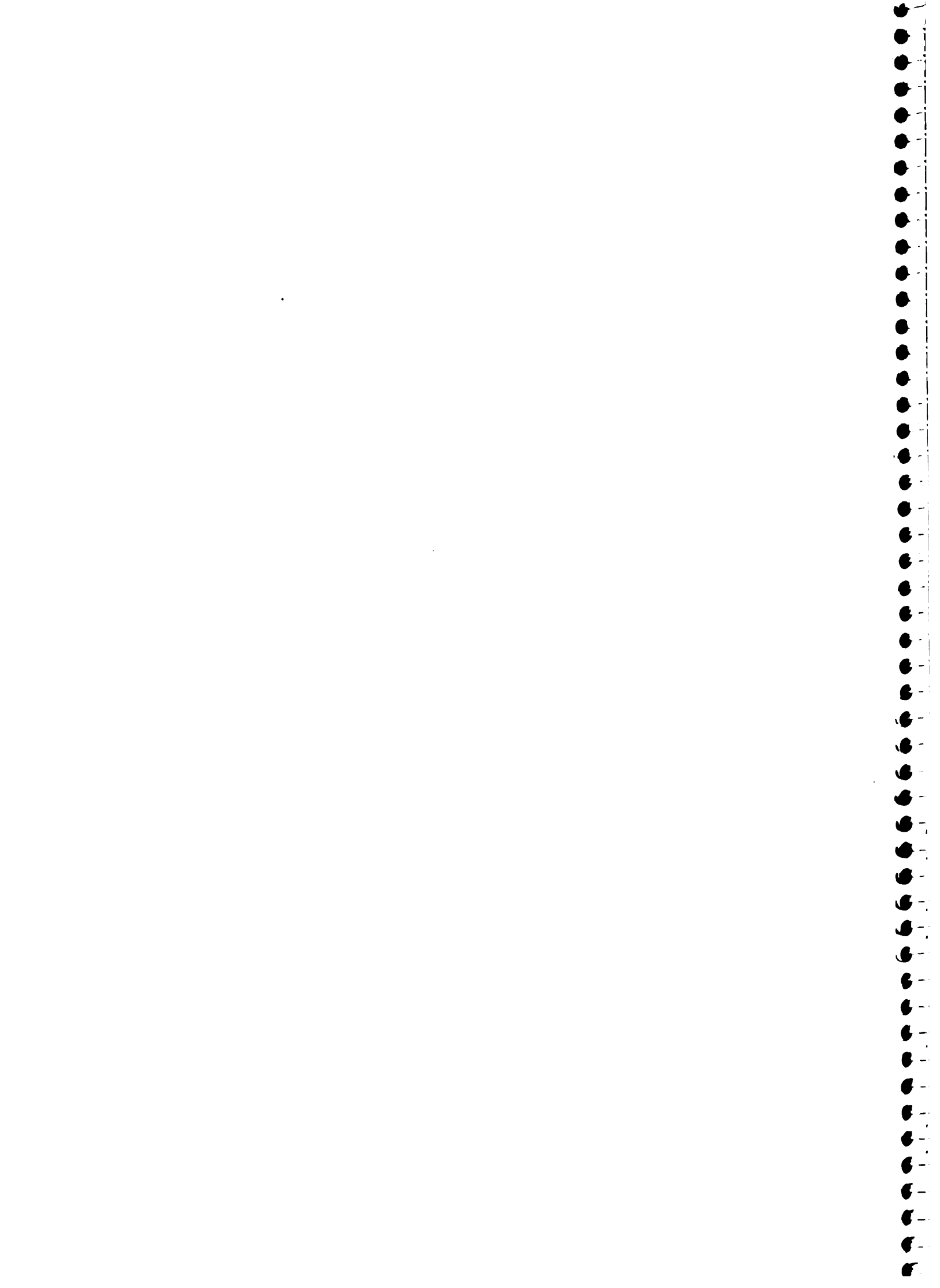
Este componente tem o propósito de melhorar a qualidade de vida das populações atingidas nos municípios de Luís Correia e Parnaíba, através de projetos de saneamento básico, a seguir relacionados:

- Ampliação do sistema de abastecimento de água no Município de Parnaíba;
- Ampliação do sistema de abastecimento de água no Município de Luís Correia;
- Esgoto sanitário no Município de Parnaíba;
- Esgoto sanitário no Município de Luís Correia;
- Drenagem urbana no Município de Parnaíba.

Em relação aos projetos de abastecimento de água, está prevista a ampliação do sistema de abastecimento de água nos municípios de Parnaíba e Luís Correia.

Quanto aos projetos de esgotamento sanitário estão previstos a construção de redes de esgotos, coletores tronco, estações elevatórias e estações de tratamento. Serão adotados de preferência sistemas individuais para um conjunto de logradouros em cada uma das cidades previstas que tenham deficiências nestes serviços.

O projeto de drenagem urbana no município de Parnaíba prevê a construção de um dique de proteção da Lagoa do Bebedouro e serviços especiais de dragagem. Será executado pela Companhia de Desenvolvimento do Piauí - COMDEPI



A AGESPISA será a Unidade Executora dos projetos de saneamento básico. Serão elaborados os termos de referência e supervisionados os trabalhos de consultoria na fase de estudos de engenharia. Quanto a contratação das obras, conduzirá o processo licitatório, supervisionará e controlará a execução, dando conta dos resultados a SEPLAN e ao Banco do Nordeste.

c. Administração de Resíduos Sólidos

Tem o propósito de melhorar as condições sanitárias e estéticas das cidades. Serão desenvolvidos os seguintes projetos:

- Limpeza urbana em Parnaíba;
- Limpeza urbana em Luís Correia;
- Usina de reciclagem e compostagem de resíduos sólidos em São Raimundo Nonato.

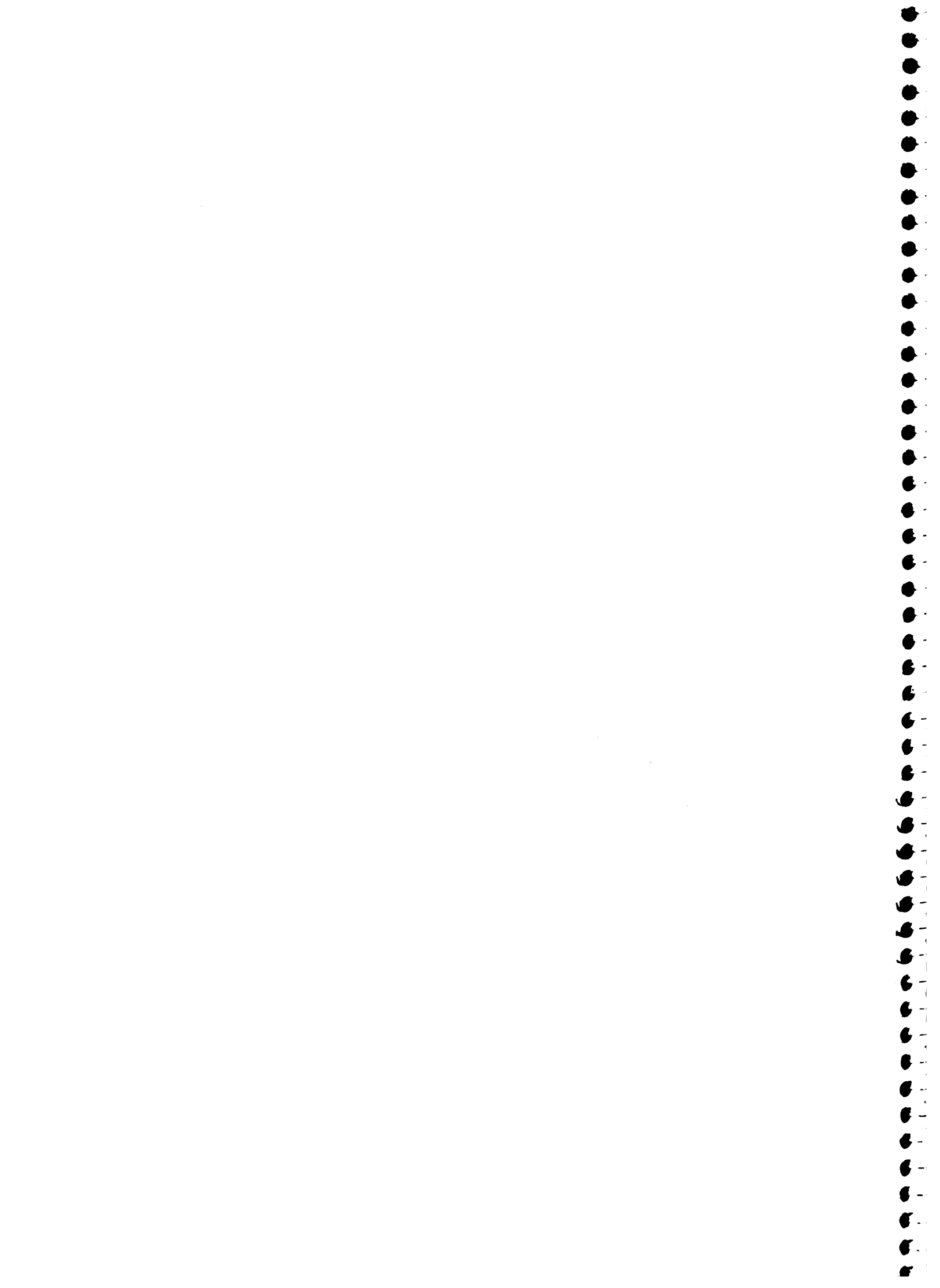
As cidades de Parnaíba e Luís Correia, contam com serviços de limpeza urbana, sendo este serviço uma atribuição das prefeituras municipais. Apesar de algumas localidades apresentarem razoáveis condições de limpeza, de forma geral existem irregularidades na prestação do serviço, principalmente quando se trata de lixo hospitalar e coleta em locais afastados.

Em função das proposições feitas, a questão do lixo deverá ser revista, uma vez que o aumento da demanda turística tornará necessário um desenvolvimento maior deste serviço. As atividades de varredura, coleta, disposição e tratamento deverão ser corretamente planejadas em função da realidade local, objetivando melhorar as condições estéticas e sanitárias das cidades envolvidas.

As Prefeituras de Parnaíba, Luís Correia e São Raimundo Nonato serão as Unidades Executoras deste componente.

d. Recuperação de Patrimônio Histórico

Tem como propósito a restauração, preservação e revitalização dos aspectos histórico-culturais, como fator de conservação da memória histórica e demanda turística. Serão desenvolvidos os seguintes projetos:



i) Recuperação de Centros Históricos e Sítios Arqueológicos

- Reforma do espaço cultural Porto das Barcas/Parnaíba;
- Recuperação do Teatro 4 de Setembro/Teresina;
- Recuperação de sítios arqueológicos do Parque Nacional da Serra de Capirava em São Raimundo Nonato;
- Recuperação do Centro Histórico da Cidade de São Raimundo Nonato;
- Conservação do Parque Nacional Sete Cidades.

ii) Centros de Pesquisa

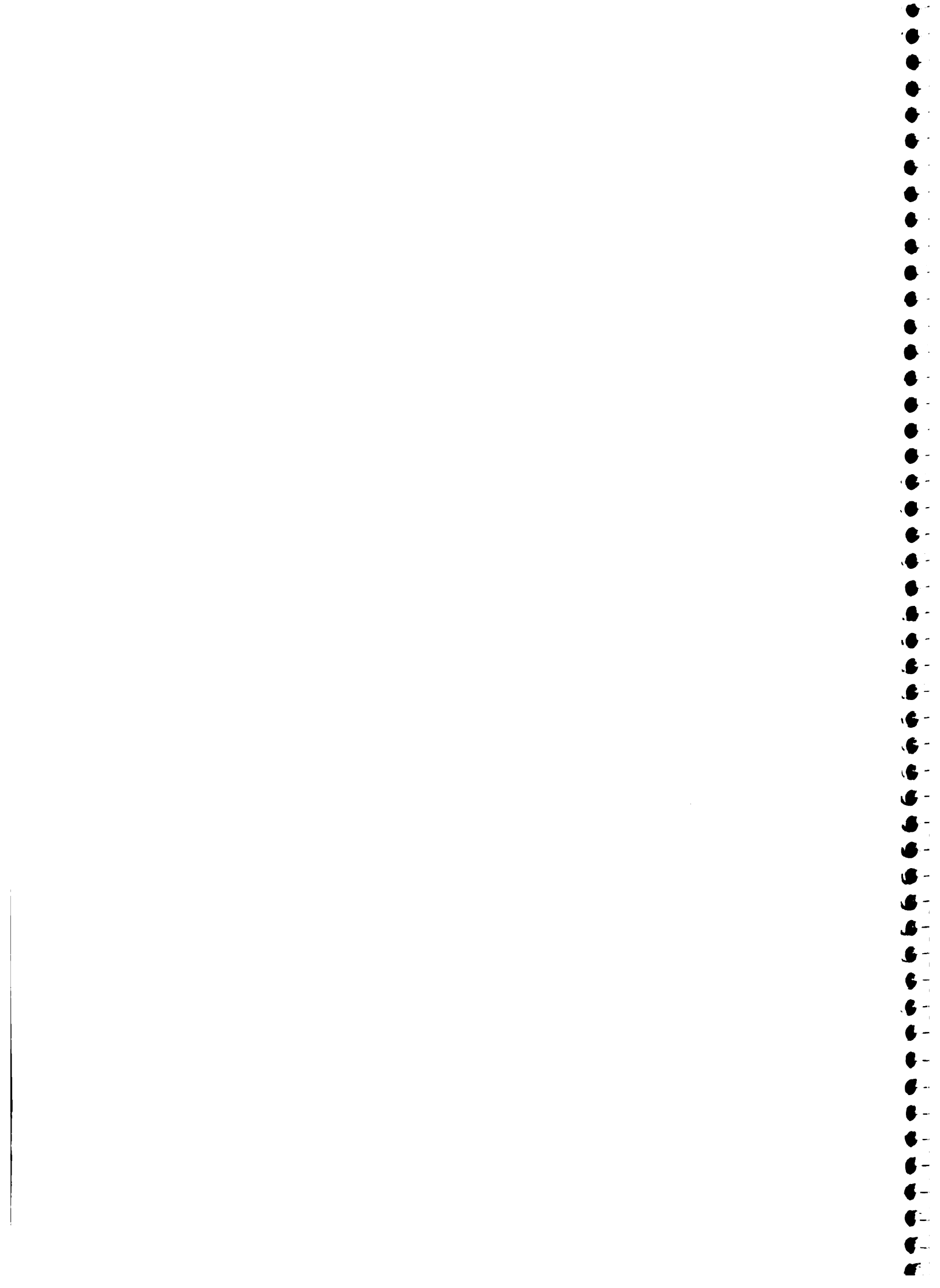
- Implantação de centros de pesquisas de proteção ambiental em Parnaíba e São Raimundo Nonato.

No Brasil, o maior número de sítios arqueológicos e naturais conhecidos registra-se no Estado do Piauí, dos quais tem notoriedade as áreas da Serra da Capivara e Sete Cidades, declaradas Parques Nacionais devido a seus atributos culturais e naturais que os coloca sob jurisdição do Governo Federal, garantindo, assim, seu caráter particular de sítios destinados a preservação para as gerações atuais e futuras.

As principais atividades a serem desenvolvidas serão o cadastramento e tombamento da riqueza natural e patrimônio histórico, e a elaboração de estratégias e procedimentos para a recuperação e conservação.

Centros de pesquisas de proteção ambiental deverão ser instalados nas localidades de Parnaíba e São Raimundo Nonato, com todos os requerimentos necessários como sala de visitantes, museu, auditório e biblioteca entre outros. Estes Centros, além de pesquisas deverão realizar adicionalmente atividades de promoção cultural e organizar eventos sobre diferentes manifestações culturais.

Este componente será executado pela Fundação Cultural do Piauí (recuperação do patrimônio histórico), juntamente com a Secretaria de Obras e Secretaria do Meio Ambiente, em parceria com as Prefeituras de Parnaíba e São Raimundo Nonato.



e. Proteção e Recuperação Ambiental

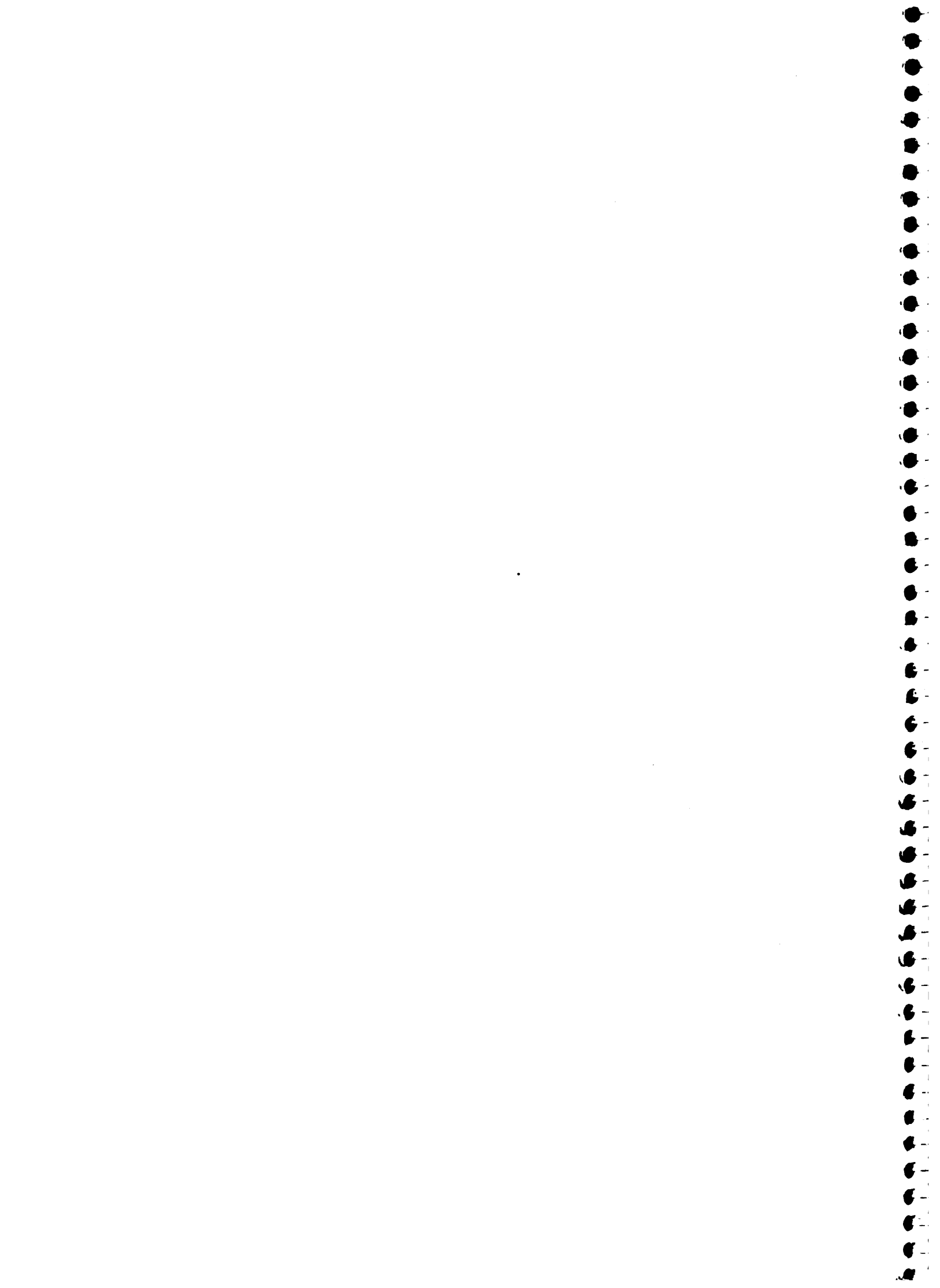
Tem como propósito, a recuperação e conservação do meio ambiente, garantindo a preservação dos ecossistemas existentes na região, através de um zoneamento ecológico criteriosamente elaborado, que concilie com a atividade turística, respeitando o ponto de saturação de cada área. Para estes fins serão desenvolvidos os seguintes projetos:

- Recuperação de Áreas Degradadas em Luís Correia e São Raimundo Nonato;
- Aplicação em Muro de Arrimo em Parnaíba;
- Educação Ambiental.

Este componente priorizará as atividades de recuperação ambiental e educação ambiental nas áreas de dunas móveis, que necessitam de trabalhos urgentes visando sua fixação, pois estão ameaçando tanto as áreas urbanas como os ecossistemas próximos a elas. Os trabalhos de fixação e recuperação da vegetação de dunas é de longo prazo e requerem conhecimentos dos tipos de vegetação adequados, métodos de reprodução e de plantio, como também programas de educação ambiental com a população envolvida, além de trabalhos de fiscalização, para assegurar a proteção devida a essas áreas.

Outra área que deverá ter prioridade são os manguezais (intimamente ligadas a dunas móveis), que estão sendo desmatados indiscriminadamente, o que é pior, ilegalmente. A recuperação de vegetação de mangues visa a restauração do equilíbrio e da produção biológica dessas áreas, de grande importância para a vida e sustento das populações ribeirinhas e litorâneas. Toda a região de mangues está sendo ocupada e degradada. Trabalhos de recuperação deverão englobar um Programa de conscientização e de extensão rural com técnicas de uso do solo adequadas nas áreas adjacentes aos manguezais.

A educação ambiental tem papel fundamental para o sucesso de qualquer empreendimento, em razão da participação das comunidades envolvidas. Sendo esta formal ou informal, tem o objetivo de passar todos os conhecimentos possíveis sobre higiene, saúde, agricultura, pesca, artesanato e a relação de todos esses temas com o meio ambiente. Tal prática possibilitará a integração das comunidades, a manutenção da qualidade de vida e a troca de experiências nas diversas atividades envolvidas.



A Secretaria de Meio Ambiente - SEMAR e a Secretaria de Obras serão as Unidades Executoras em coordenação com as Prefeituras de Parnaíba, Luís Correia e São Raimundo Nonato.

f. Melhoramento do Aeroporto

Prevê-se o início da implantação de um aeroporto no município de São Raimundo Nonato. A sua importância é evidente para o desenvolvimento do Programa de eco-turismo cultural, além de contribuir para o desenvolvimento econômico da região.

J. Desenvolvimento Institucional

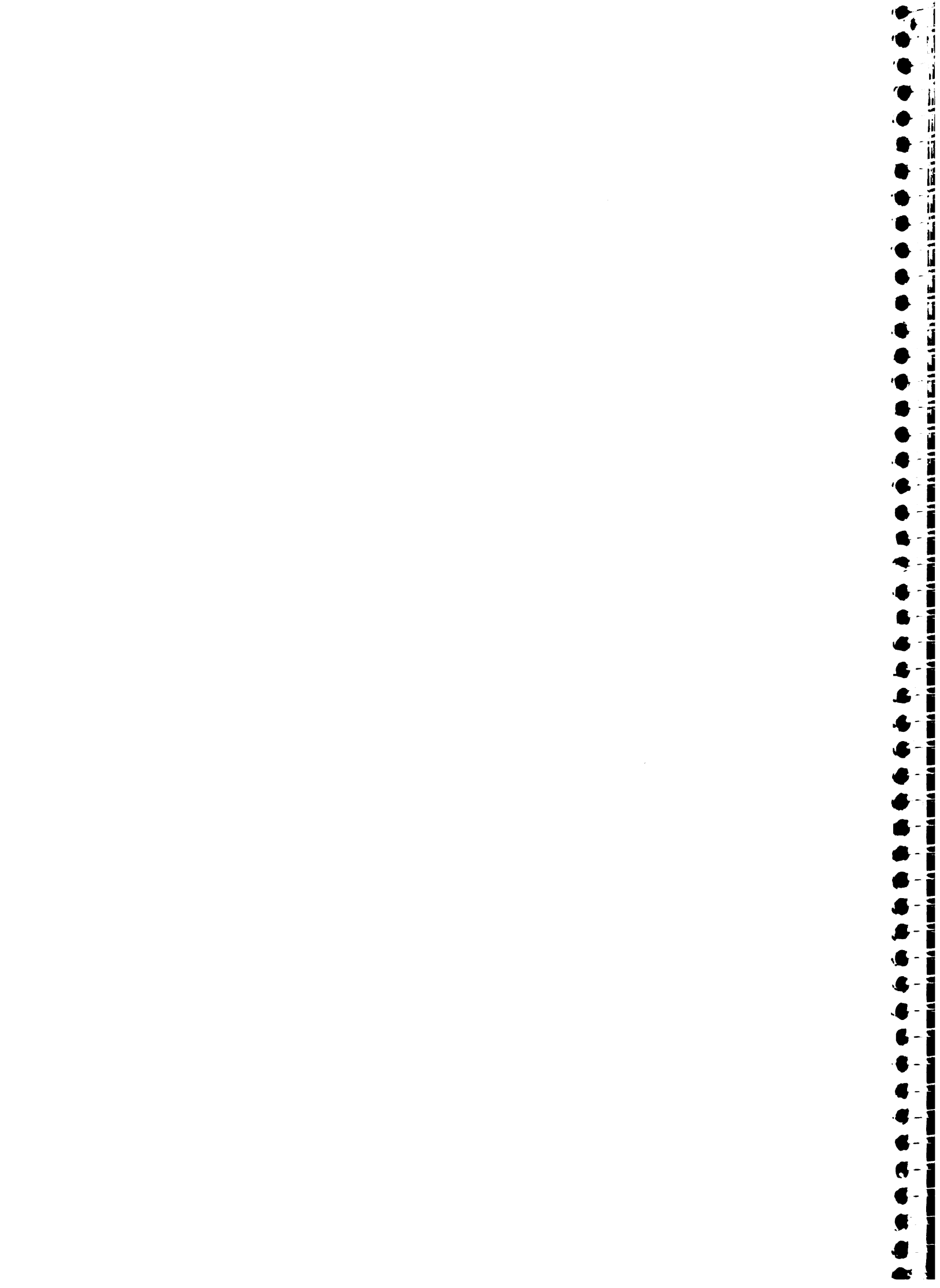
Este componente está desenhado para ampliar a capacidade das instituições participantes na execução do Programa. Serão desenvolvidos os seguintes projetos:

- Fortalecimento Institucional da SEPLAN, PIEMTUR e Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMAR;
- Elaboração do Plano Diretor do Litoral.

Através da SEPLAN serão desenvolvidas as atividades de coordenação a nível estadual das ações técnicas e administrativas, promoção de articulação entre os demais órgãos componentes do Programa e estabelecimento de um sistema de monitoramento, supervisão e avaliação periódica do Programa. Estas atividades serão desenvolvidas com a consolidação de uma estrutura organizacional para o gerenciamento do Programa, capacitação e treinamento de pessoal, definição de instrumentos e mecanismos operacionais para coordenação e adequação dos equipamentos, em especial sistemas informatizados.

A PIEMTUR desenvolverá um programa de capacitação e treinamento técnico - operacional nas áreas de planejamento e marketing turístico, organização de eventos, gerenciamento administrativo e contábil e informatização e análise de dados estatísticos. Serão desenvolvidas campanhas promocionais nas áreas de atuação do Programa.

Para o fortalecimento da SEMAR serão executadas as atividades de apoio a reorganização administrativa, compreendendo assessoria de consultores especializados para otimização da estrutura e da organização (Revisão



Institucional); reforço operacional, fortalecimento das estruturas operacionais de informática, transportes, laboratórios e centros de documentação; diagnóstico ambiental, instrumental técnico, planejamento/zonamento ambiental, controle de atividades poluidoras e o desenvolvimento de recursos humanos, que compreende um programa básico de treinamento, um programa de capacitação em serviço e um programa de treinamento contínuo.

Para a operacionalização do processo cada órgão deverá apresentar a SEPLAN para análise, trâmite e acompanhamento respectivo, seu Plano de Trabalho do componente de Desenvolvimento Institucional, contendo a versão definitiva dos termos de referência dos projetos, esquemas e cronogramas de execução e propostas de convênios.

V. IMPACTOS SOBRE O MEIO AMBIENTE

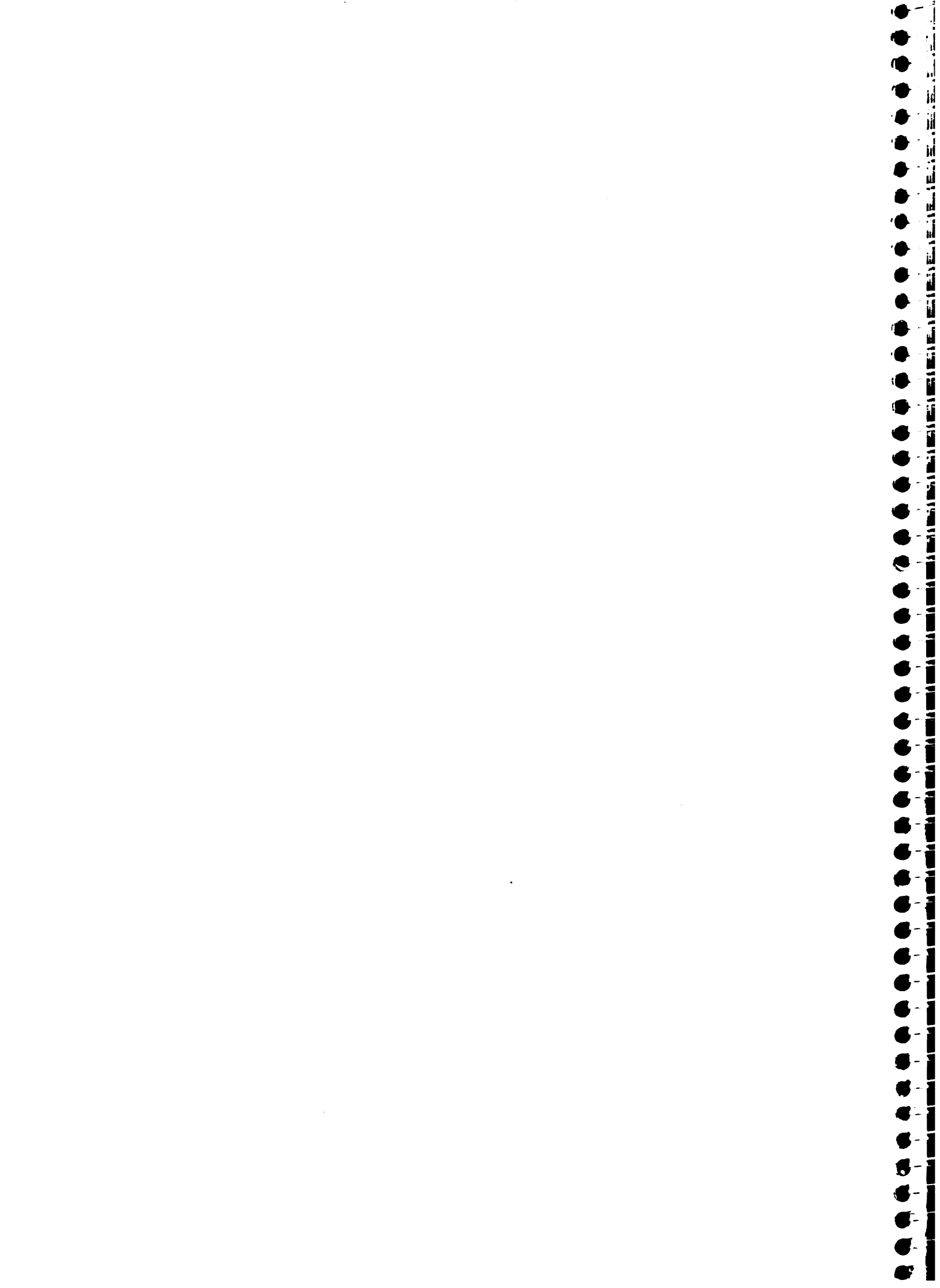
Toda atividade voltada ao desenvolvimento de uma região deve estar fundamentada no conhecimento detalhado da dinâmica do ambiente natural envolvido.

As ações propostas pelo PRODETUR prevêm estudos e pesquisas que definirão as atividades adequadas para cada ambiente e as metodologias e programas para seu desenvolvimento e, quando necessários, sua recuperação.

Um projeto turístico deve demonstrar que as ações propostas não prejudicarão a qualidade do meio ambiente como um todo, ou pelo menos que os benefícios totais dos mesmos excederão os custos ambientais e sociais. A avaliação do impacto do Programa começa com o marco de referência abrangente, que procura ressaltar as consequências possíveis de serem provocadas.

Resultados obtidos com o Projeto Anthares mostram a fragilidade dos ecossistemas especiais formados pela área do Delta do Parnaíba e o complexo de dunas e lagoas. Loteamentos, marinas, dragagens, canais, estradas e acessos viários próximos ou nestas regiões devem atender as restrições particulares e as medidas necessárias a serem tomadas.

Para preservar a identidade do Programa e seu exemplar desenvolvimento em harmonia com a realidade ora vigente na região, é fundamental respeitar a estratégia de implantação progressiva. Este fato também deverá auxiliar consideravelmente na adaptação social e ambiental e no engajamento local no Programa, em termos de mão-de



obra, provisionamento de capital e suprimento local das diversas necessidades, minimizando as fugas de receitas.

VI. SUPORTES INSTITUCIONAIS

As atribuições dos órgãos que participarão na execução do PRODETUR:

1. Secretaria do Planejamento - SEPLAN

Coordenadora estadual do Programa a partir de janeiro de 1997 quando foi criada a Unidade Executora Estadual do PRODETUR. Tem entre suas principais funções:

- Coordenar as ações desenvolvidas pelos órgãos envolvidos no Programa;
- Promover a articulação entre os órgãos;
- Manter um sistema de monitoramento, acompanhamento e avaliação periódica do Programa;
- Elaborar os projetos referentes ao Plano Diretor do Litoral;
- Desenvolver um Programa de Fortalecimento Institucional.

2. Empresa do Turismo do Piauí - PIEMTUR

- Proporcionar apoio ao Programa através das atividades de informação e divulgação turística;
- Realizar ações de marketing, treinamento e qualificação de pessoal na área de turismo;
- Desenvolver um Programa de Fortalecimento Institucional

3. Fundação Cultural do Piauí

- Elaborar, executar, acompanhar e avaliar os projetos de recuperação do patrimônio histórico;
- Promover eventos culturais e científicos junto ao patrimônio histórico recuperado pelo Programa.



4. Secretaria de Obras e Serviços Públicos

- Executar e acompanhar os projetos de recuperação de patrimônio histórico e melhoria de vias urbanas em parceria com os demais órgãos envolvidos;
- Executar e acompanhar junto as prefeituras a execução e acompanhamento das obras de melhorias de vias urbanas.

5. Departamento de Estradas e Rodagens - DER.

- Coordenar as ações na área de transporte e rodovias;
- Realizar atividades de supervisão na área de transportes e rodovias;
- Elaborar estudos de pre-investimentos junto a consultorias contratadas.

6. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMAR

- Coordenar, programar, supervisionar e avaliar as ações na área de meio ambiente;
- Conduzir programas de educação ambiental;
- Conduzir centros de pesquisa na área de meio ambiente;
- Desenvolver atividades de recuperação de áreas degradadas e;
- Elaborar um Programa de Fortalecimento Institucional.

7. Prefeituras Municipais de Parnaíba, Luís Correia e São Raimundo Nonato

- Desenvolver as ações de administração de resíduos sólidos, através da expansão do sistema de coleta de lixo nos municípios de Parnaíba, Luís Correia e São Raimundo Nonato;
- Executar as atividades de melhoria de vias urbanas.

8. Águas e Esgotos do Piauí- AGESPISA

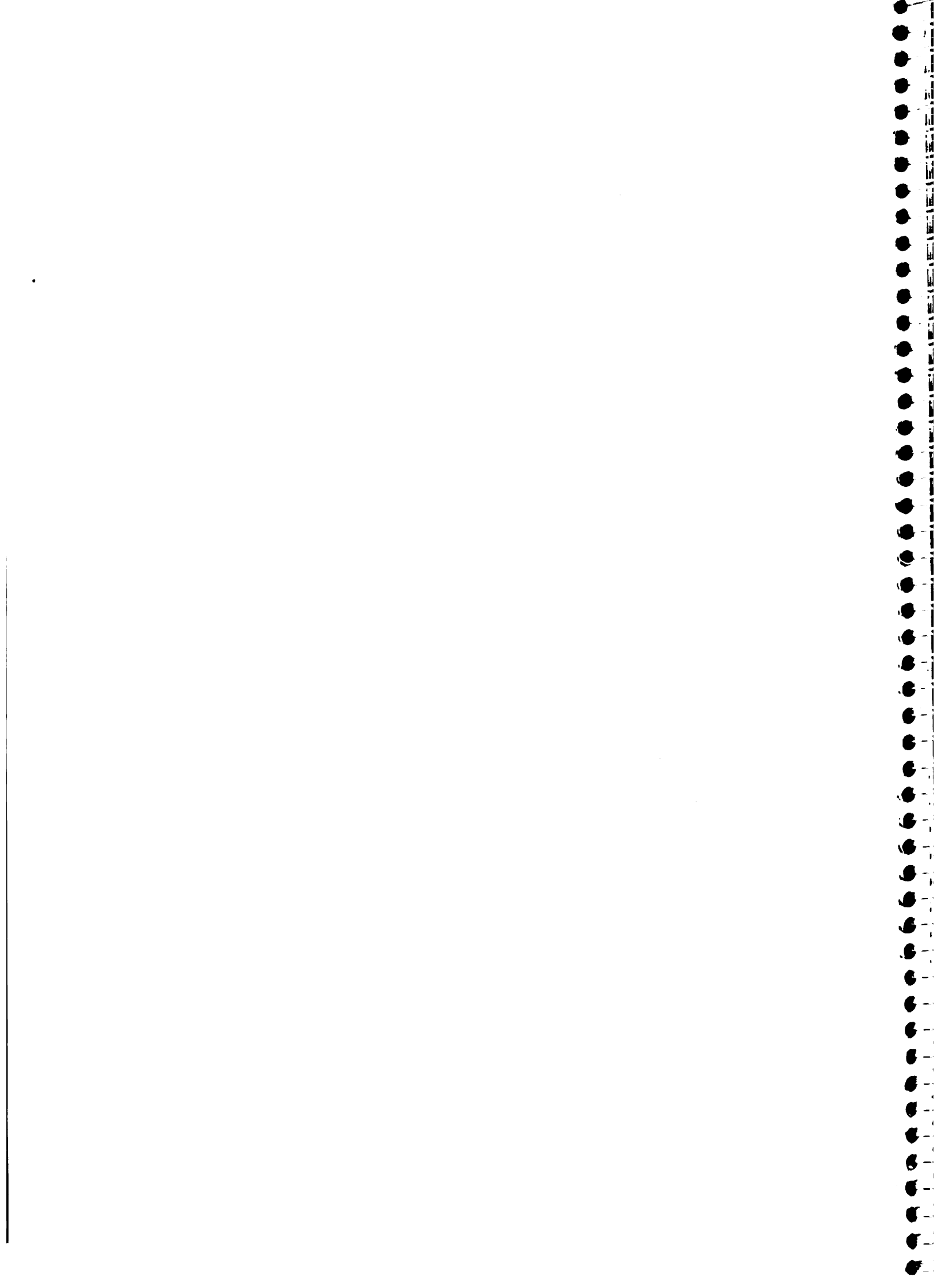
- Elaborar estudos na área de saneamento básico;
- Executar e acompanhar os projetos de abastecimento de água e esgotamento sanitário na área do Programa.



VII. AÇÕES JÁ REALIZADAS NO MARCO DA PRESENTE ESTRATÉGIA

No marco da presente estratégia e para facilitar a operacionalização do Programa o Governo do Estado já realizou com recursos próprios as seguintes atividades:

- Elaboração do Projeto Anthares para desenho de uma estratégia de ação atendendo as diretrizes e conceitos estabelecidos pelo PRODETUR/NE, permitindo que as atividades de desenvolvimento turístico em Piauí se enquadrem a metodologia exigida pelo BID, visando a captação de recursos externos;
- Recapeamento da pista do aeroporto de Parnaíba que possui uma pista com 2.100 m e capacidade para operar aviões do tipo Boeing;
- Aprimoramento da infra-estrutura de apoio ao turismo e o desenvolvimento de campanhas de marketing. O Estado já está trabalhando, em conjunto com a iniciativa privada no desenvolvimento de roteiros turísticos. A comercialização dos roteiros turísticos é feita pela iniciativa privada, envolvendo o Delta do Parnaíba, as praias do litoral, o Parque de Sete Cidades e a Cachoeira do Urubu. Essa comercialização normalmente envolve, também, a Serra de Ubajara, a praia de Jericoaquara e a Cidade de Fortaleza;
- Promoção de campanhas de divulgação através da PIEMTUR conjuntamente com CTI/NE (Comissão de Turismo Integrado do Nordeste), participando de feiras e eventos no Brasil e no exterior;
- No setor elétrico cabe ressaltar que o Governo do Estado acaba de lançar o edital para duplicação da rede de transmissão entre as cidades de Piripiri e Parnaíba, obra que será executada pela CEPISA - Companhia Energética do Piauí S/A, com recursos de financeiros da ordem de 15 milhões de reais
- Treinamento junto ao SEBRAE, do pessoal que atuará nas áreas envolvidas e divulgação do produto turístico;
- Realização das seguintes obras rodoviárias: i) Duplicação da estrada que liga Luis Correia a Praia do Coqueiro com extensão de 10 Km; ii) Pavimentação de 17,2 Km da PI -116 entre a Praia do Coqueiro e a Praia de Macapá ; e iii) Conclusão com recursos próprios da pavimentação da PI- 210 entre o povoado de Camurupim e a divisa do Estado do Ceará, próximo a cidade de Chaval, numa extensão de 34 Km.



VIII. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Segundo dispõe o Contrato de Empréstimo, dentro de 60 dias do final de cada período de revisão, o mutuário apresentará um relatório de monitoramento, preparado por consultores externos, de acordo com os termos de referência acordados com o BID. O primeiro relatório corresponderá ao prazo de 15 meses, contados a partir da data de vigência do Contrato, e os dois relatórios subsequentes serão anuais.

Os relatórios de avaliação deverão focalizar as seguintes áreas: i) a efetividade da focalização do Programa e das estratégias estaduais de turismo; ii) o impacto administrativo na situação administrativa e operativa das entidades beneficiárias do financiamento dos subempréstimos; iii) o impacto dos programas de capacitação do pessoal beneficiário, incluindo o melhoramento da preparação e análise dos subprojetos; iv) o comprometimento e efetividade das medidas de proteção e controle ambiental v) a recuperação de custos de investimentos, quando aplicável; vi) os custos dos investimentos e dos projetos de desenvolvimento institucional; vii) aspectos qualitativos de operação e manutenção e viii) o impacto focalizado do Programa em geral.

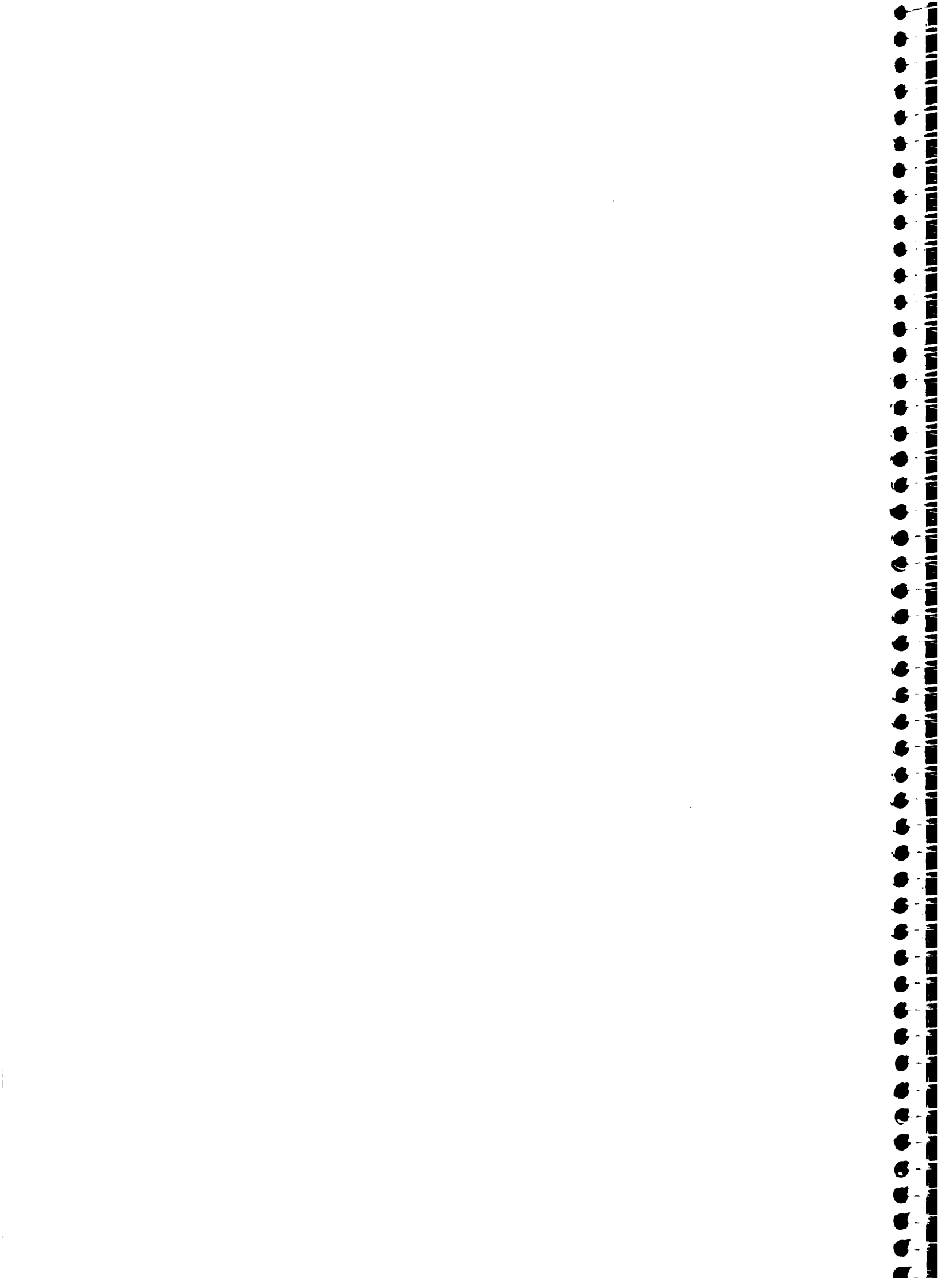
No que tange ao Estado do Piauí, as atividades de supervisão e avaliação do Programa como todo a nível estadual serão realizadas pela SEPLAN, junto aos Órgãos Executores dos diferentes projetos, sob metodologias e procedimento previstos no acordo de empréstimo.

IX. ADMINISTRAÇÃO DO PROJETO

A Administração do Projeto e a utilização dos recursos do financiamento do Banco serão realizadas em sua totalidade pelo Banco do Nordeste em sua qualidade de "Mutuário".

A administração do Projeto a nível estadual estará a cargo da SEPLAN através de da Unidade Executora Estadual de PRODETUR, que terá as seguintes funções:

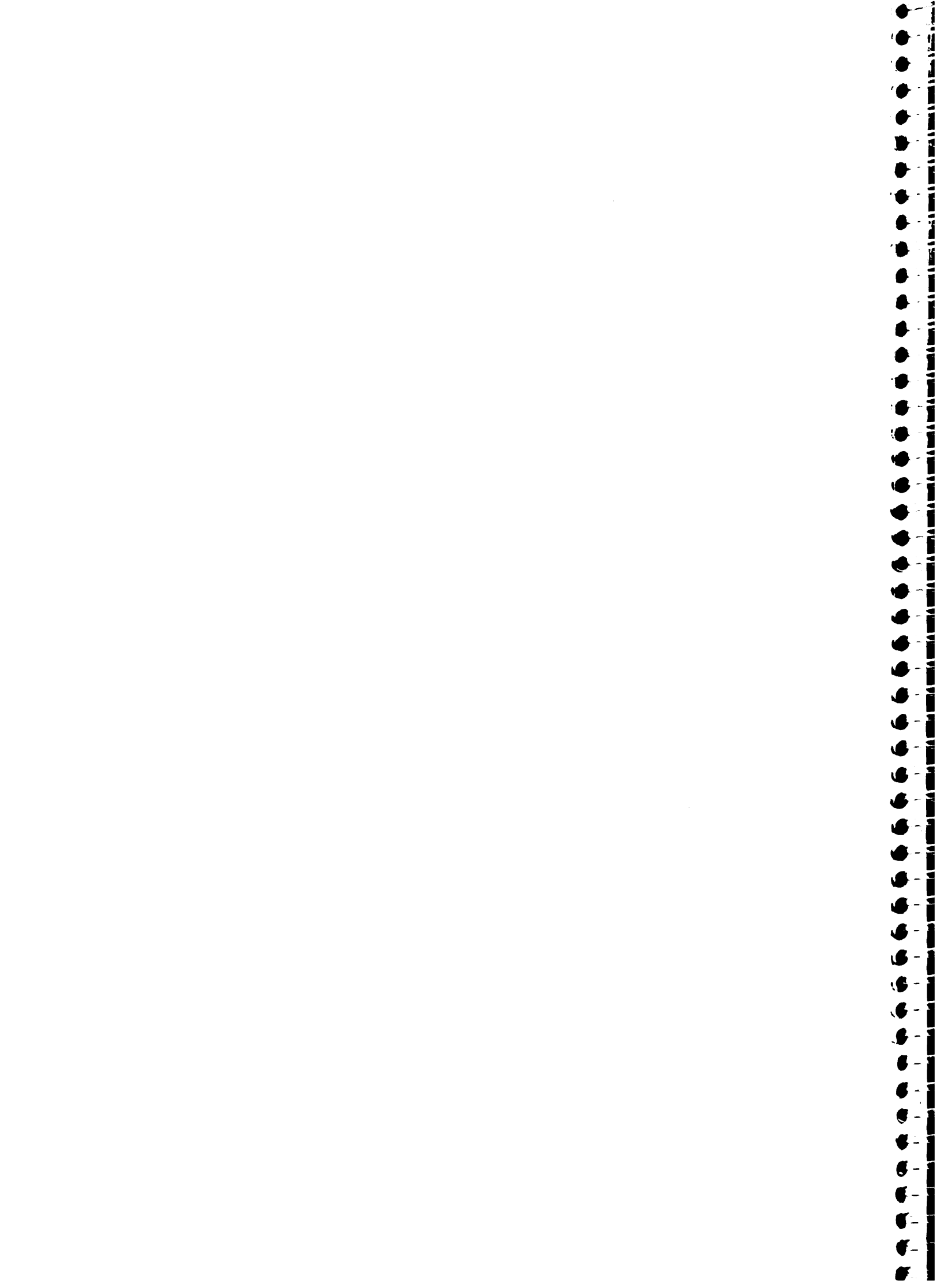
- Coordenar a elaboração do Plano Estadual do PRODETUR;
- Coordenar a elaboração dos instrumentos operativos do Programa;
- Articular as atividades do Programa no Estado;
- Acompanhar e supervisionar as atividades do Programa;



- Preparar relatórios sobre andamento do Programa, para o Banco do Nordeste na posição de 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano no prazo de trinta dias após essas datas;
- Fornecer informações sobre o setor turismo no Estado o sobre os projetos do Programa para efeitos de avaliação ex-post;
- Preparar relatórios anuais sobre a manutenção de todas as obras e equipamentos financiados com recursos de PRODETUR durante anos seguintes a conclusão do Programa;
- Representar o Governo do Estado nos atos do Programa.

A execução dos projetos estará a cargo dos Órgãos Executores sediados nos respectivos órgãos setoriais, que terão como funções as seguintes:

- Elaborar os estudos de engenharia, seja por ação direta ou contratação de consultorias especializadas, para estes efeitos elaborarão os termos de referência e conduzirão junto a SEPLAN os processos licitatórios e respectiva contratação de serviços;
- Supervisionar e avaliar a execução de estudos e obras;
- Preparar os relatórios parciais de supervisão e avaliação;
- Fornecer subsídios informativos solicitados pela SEPLAN e o BNB.



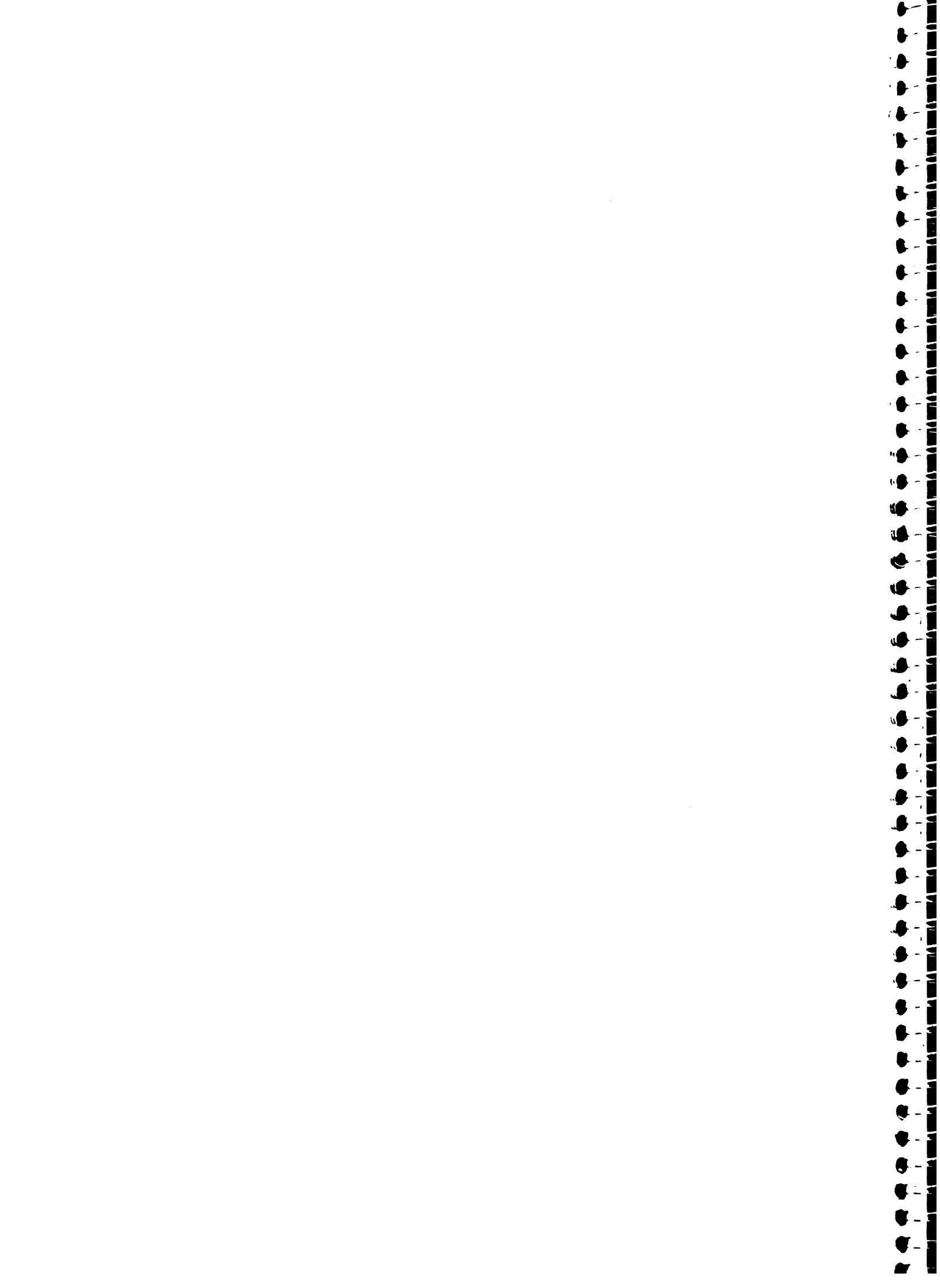
XI. FINANCIAMENTO DO PROGRAMA

CRONOGRAMA DE INVESTIMENTOS PREVISTO (us\$1.000.000)*

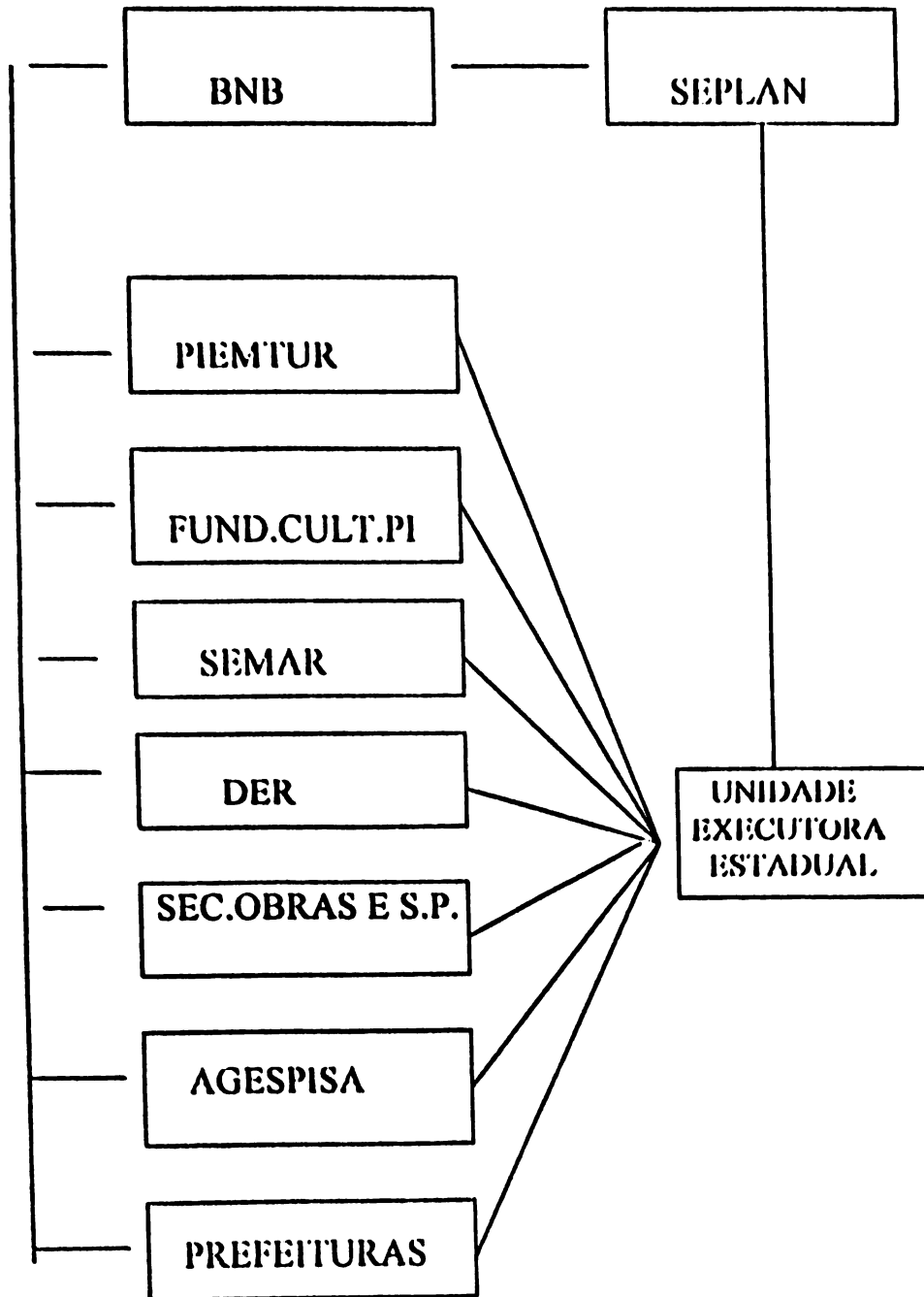
(Valores aproximados sujeitos a alterações durante a Implantação do Programa)

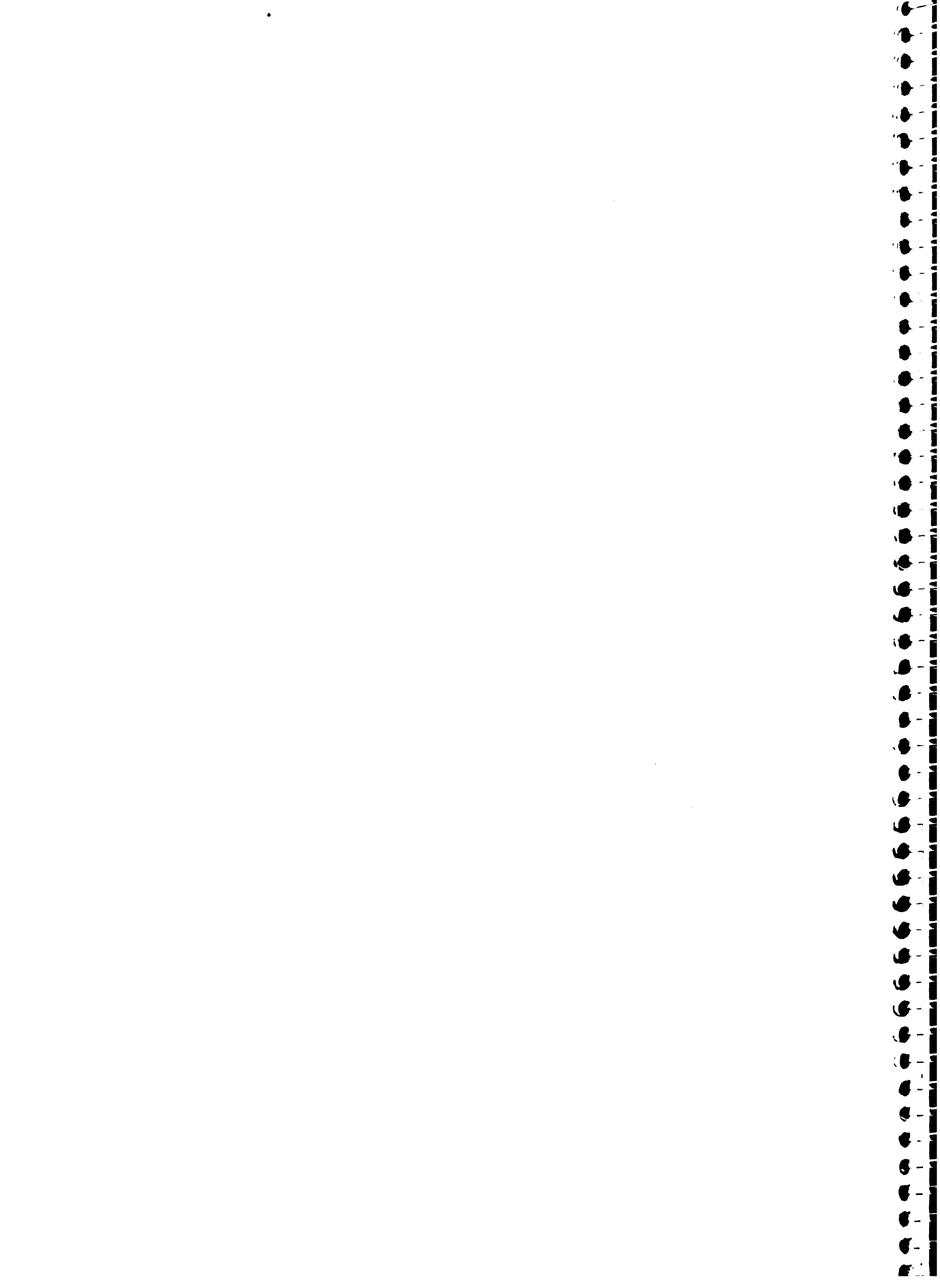
COMPONENTES/PROJETOS	1997		1998		1999		TOTALS		
	GOP	BID	GOP	BID	GOP	BID	GOP	BID	TOT
1. TRANSPORTES									
a. Recup. Ligação 16 km Parnalva/ P. do Sa	0,04	-	0,13	0,20	0,20	0,13	0,37	0,33	0,70
b. Melhoria de acesso ao povoado de Tatus	0,02	-	0,11	0,16	0,16	0,11	0,29	0,27	0,55
c. Recup. São R. Nonato/Divisa Bahia	0,02	-	0,20	0,31	0,31	0,20	0,53	0,51	1,04
d. Asfal. PI-110 trecho Batalha/Piracuruca	0,09	-	0,64	0,96	0,96	0,64	1,70	1,61	3,30
e. Pavim. PI-116 Coqueiro/Camurupim	0,04	-	0,18	0,28	0,28	0,18	0,50	0,48	0,98
f. Pavim. acesso Lagoa de Sobradinho	0,01	-	0,04	0,08	0,08	0,04	0,11	0,09	0,20
g. Pavim. ligação Camurupim/Barra Grande	0,04	-	0,19	0,29	0,29	0,19	0,52	0,48	1,00
h. Pavim. orla marinha Ilha Grande Sta. Isat	0,02	-	0,20	0,29	0,29	0,20	0,51	0,49	1,00
i. Pavim. trecho PI-213 Cocal/Divisa Ceará	0,04	-	0,18	0,27	0,27	0,18	0,50	0,48	0,95
j. Entroncamento São R. Nonato/BR 020	0,09	-	0,42	0,63	0,63	0,42	1,14	1,05	2,18
k. Ações de pavim. poliedrica vias urbanas	0,21	0,62	0,53	0,80	0,80	0,53	1,55	1,98	3,50
TOTAL 1	0,62	0,62	2,83	4,24	4,24	2,83	7,89	7,69	15,38
2. SANEAMENTO BÁSICO									
a. Ampliac. Sist. Abst. Água Parnalva	1,10	1,65	0,89	1,34	1,34	0,89	3,33	3,88	7,20
b. Ampliac. Sist. Abst. Água Luis Correia	0,82	1,23	0,50	0,80	0,80	0,50	2,30	2,71	5,01
c. Esgoto Sanitário Parnalva	0,28	-	1,38	2,08	2,08	1,38	3,74	3,48	7,20
d. Esgoto Sanitário Luis Correia	0,20	-	0,96	1,44	1,44	0,96	2,60	2,40	5,00
e. Drenagem urbana em Parnalva	0,10	-	0,48	0,72	0,72	0,48	1,30	1,20	2,50
TOTAL 2	2,50	2,88	4,30	6,48	6,48	4,30	13,26	13,64	28,90
3. ADMIN. DE RESIDUOS SÓLIDOS									
a. Limpeza Urbana Parnalva	-	-	0,09	0,14	0,14	0,09	0,23	0,23	0,45
b. Limpeza Urbana Luis Correia	-	-	0,06	0,09	0,09	0,06	0,15	0,15	0,30
c. Usina rec. e comp. de resíduos S.R. Nonato	-	-	0,04	0,08	0,08	0,04	0,10	0,10	0,20
TOTAL 3	-	-	0,19	0,29	0,29	0,19	0,48	0,48	0,95
4. REC. PATRIMÔNIO HISTÓRICO									
a. Refor. Porto das Barcas Parnalva	0,02	-	0,20	0,29	0,29	0,20	0,51	0,49	1,00
b. Recup. Teatro 4 de Setembro/Teresina	0,02	-	0,20	0,29	0,29	0,20	0,51	0,49	1,00
c. Conserv. Serra de Capivara	0,01	-	0,14	0,21	0,21	0,14	0,38	0,35	0,70
d. Conserv. Sete Cidades	0,01	-	0,14	0,21	0,21	0,14	0,38	0,35	0,70
e. Centro de Pesq. Parnalva/S.R. Nonato	0,03	-	0,25	0,38	0,38	0,25	0,87	0,84	1,30
f. Recup. Centro Hist. cidade S.R. Nonato	0,01	-	0,12	0,18	0,18	0,12	0,32	0,31	0,62
TOTAL 4	0,10	-	1,04	1,57	1,57	1,04	2,71	2,61	5,32
5. PROT. E RECUP. AMBIENTAL									
a. Recup. Áreas Deg. L. Correia e S.R. Nonato	0,01	-	0,13	0,19	0,19	0,13	0,33	0,32	0,65
b. Ampliação Muro de Arimo Parnalva	0,01	-	0,13	0,19	0,19	0,13	0,33	0,32	0,65
c. Educação ambiental	0,01	-	0,10	0,15	0,15	0,10	0,28	0,25	0,53
TOTAL 5	0,03	-	0,35	0,53	0,53	0,35	0,92	0,89	1,80
6. MELHOR. AEROP. S.R. NONATO	0,04	0	0,19	0,29	0,29	0,19	0,52	0,48	1,00
TOTAL 6	0,04	0	0,19	0,29	0,29	0,19	0,52	0,48	1,00
7. DESENVOLVI. INSTITUCIONAL									
a. Fort. SEPLAN, PIEMTUR, SEMAR	0,04	0,08	0,73	1,09	1,09	0,73	1,88	1,90	3,75
b. Plano Diretor do Litoral	0,04	0,08	0,10	0,14	0,14	0,10	0,28	0,32	0,60
TOTAL 7	0,08	0,16	0,82	1,23	1,23	0,82	2,14	2,22	4,35
TOTAL GERAL	3,37	3,66	9,73	14,60	14,60	9,73	27,71	27,99	55,70

* Valores aproximados decorrentes de aplicação de fórmulas no cálculo das cifras.



ORGANOGRAMA FUNCIONAL DO PRODETUR-PI





X. PRESSUPOSTOS IMPORTANTES

A SEPLAN como Unidade Executora do Programa juntamente com os Órgãos Executores, cumprirão, antes de iniciar os contratos de subempréstimo, com as seguintes condições prévias e critérios de elegibilidade:

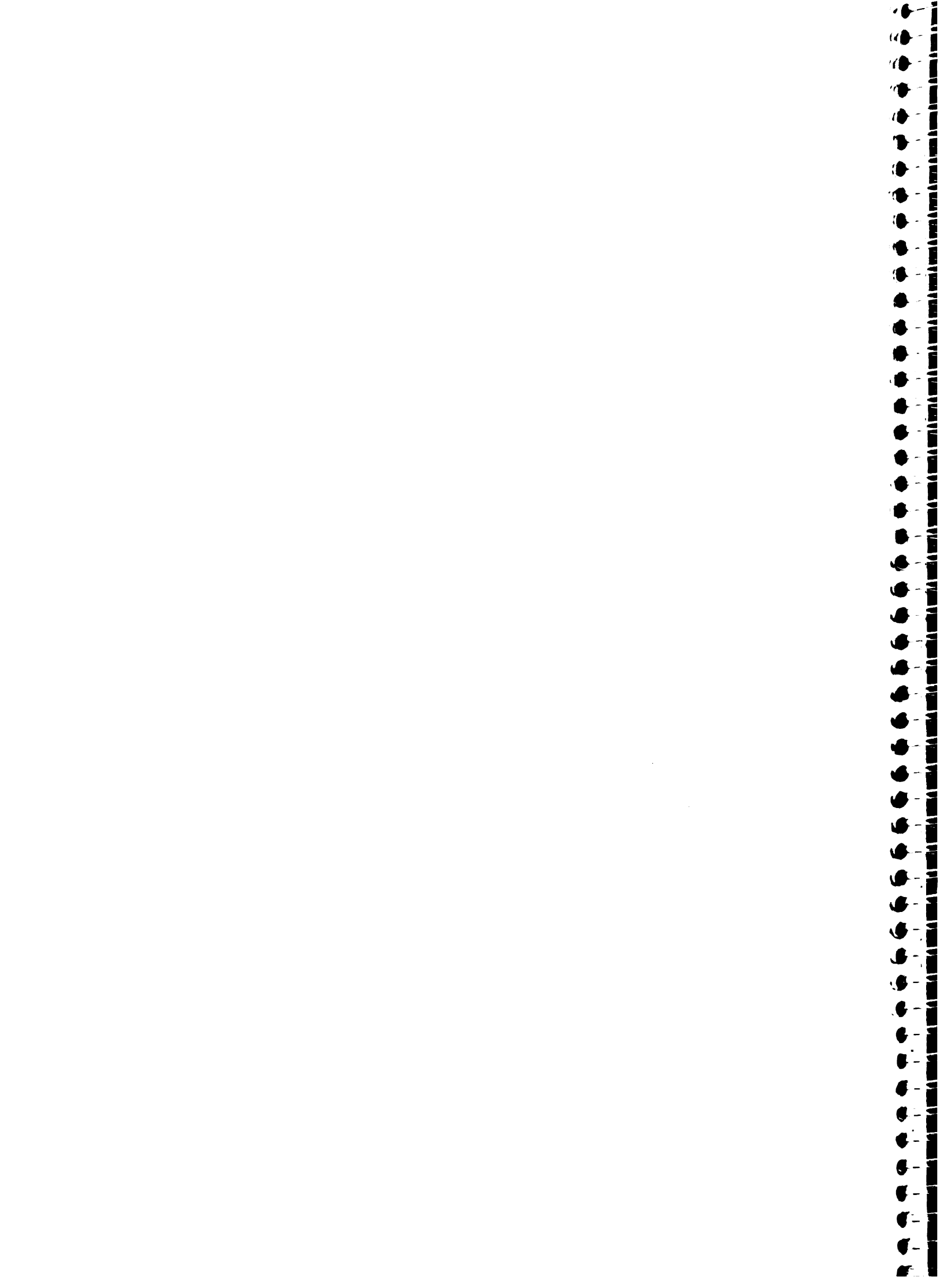
1. Condições Prévias

- Comprovação de que o Estado tenha constituído uma Unidade Executora Estadual com capacidade técnica e organizacional adequada de forma a garantir a normal implantação do Programa Estadual;
- Os nomes e as assinaturas dos representantes legais do Estado autorizados a executar o Programa;
- Comprovação de que o Estado dispõe de órgão estadual de controle ambiental capacitado a operar os Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras - SLAP, conforme definido na legislação federal;
- Comprovação de que tenham sido assinados os contratos de serviços de consultoria para os projetos de Desenvolvimento Institucional destinados aos órgãos de turismo e de meio ambiente;
- Plano Atualizado de Aplicação de Recursos do Programa, indicando a fonte de recursos previstas (BID ou local) para os investimentos a serem financiados no âmbito do PRODETUR/NE;
- Comprovação de que a Unidade Executora Estadual dispõe de Plano, catálogo ou código de contas do Programa Estadual, de acordo com as normas do PRODETUR/NE.

2. Critérios de elegibilidade

O Estado apresentará ainda ao Banco do Nordeste evidência de que cumpre com os seguintes critérios de elegibilidade :

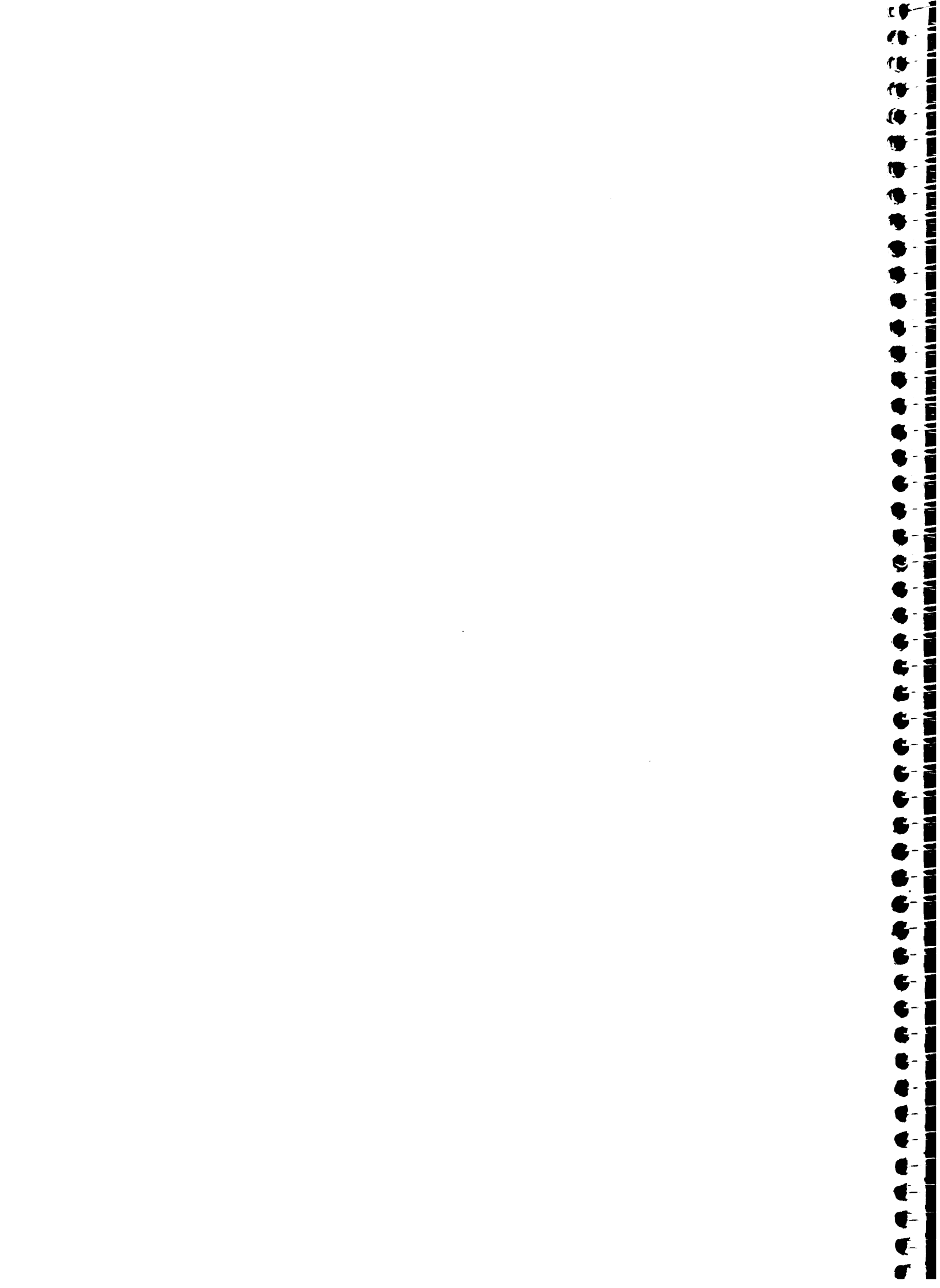
- Atende às exigências estabelecidas pelo Senado Federal, inclusive quanto aos limites de endividamento e à capacidade do pagamento ; no caso de elevação temporária desses limites, pelo Senado, o Estado deverá manter uma margem de poupança disponível para investimentos não inferior a 40% (quarenta por cento);
- Apresenta equilíbrio financeiro, com margem de poupança real suficiente para atender ao serviço da dívida decorrente do contrato de subempréstimo e de outros financiamentos pelos quais responda, bem como a contrapartida de



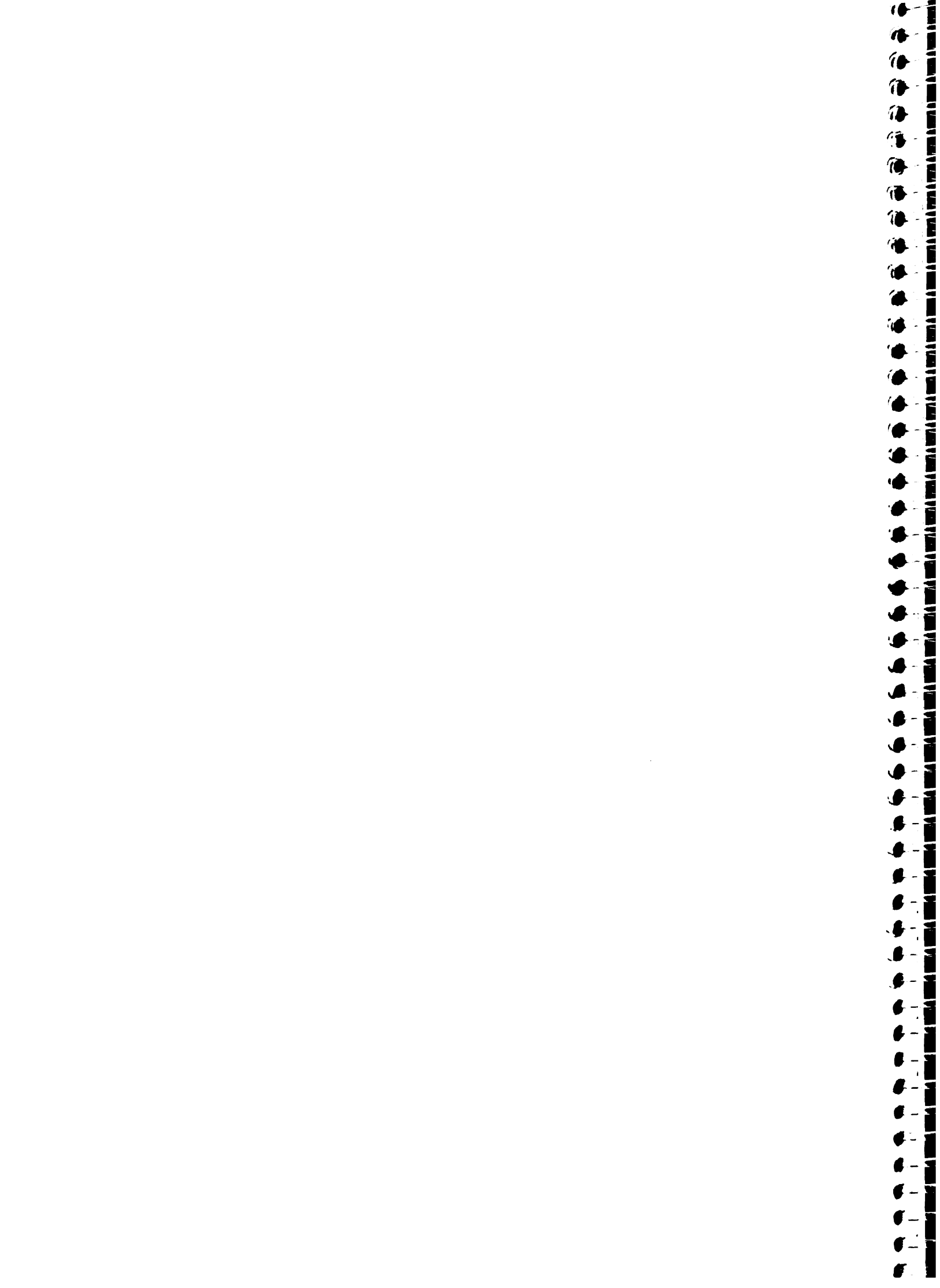
- recursos próprios necessários à execução dos projetos financiados no âmbito do PRODETUR/NE e das demais obras de sua responsabilidade;
- Está adimplente junto ao Programa de Integração Social/Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, ao Fundo de Investimento Social/Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade - FINSOCIAL/COFINS, ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional e aos financiadores externos em operações garantidas pela União;
 - Conta com autorização legislativa específica para contratar o subempréstimo, ceder quotas do Fundo de Participação dos Estados (FPE) em valor suficiente para o atendimento dos compromissos decorrentes do contrato de subempréstimo e garantir a existência da contrapartida de recursos próprios nos orçamentos do exercício em curso e dos exercícios futuros;
 - Não consta do Cadastro Informativo (CADIM) dos créditos de órgãos e entidades federais não quitados.

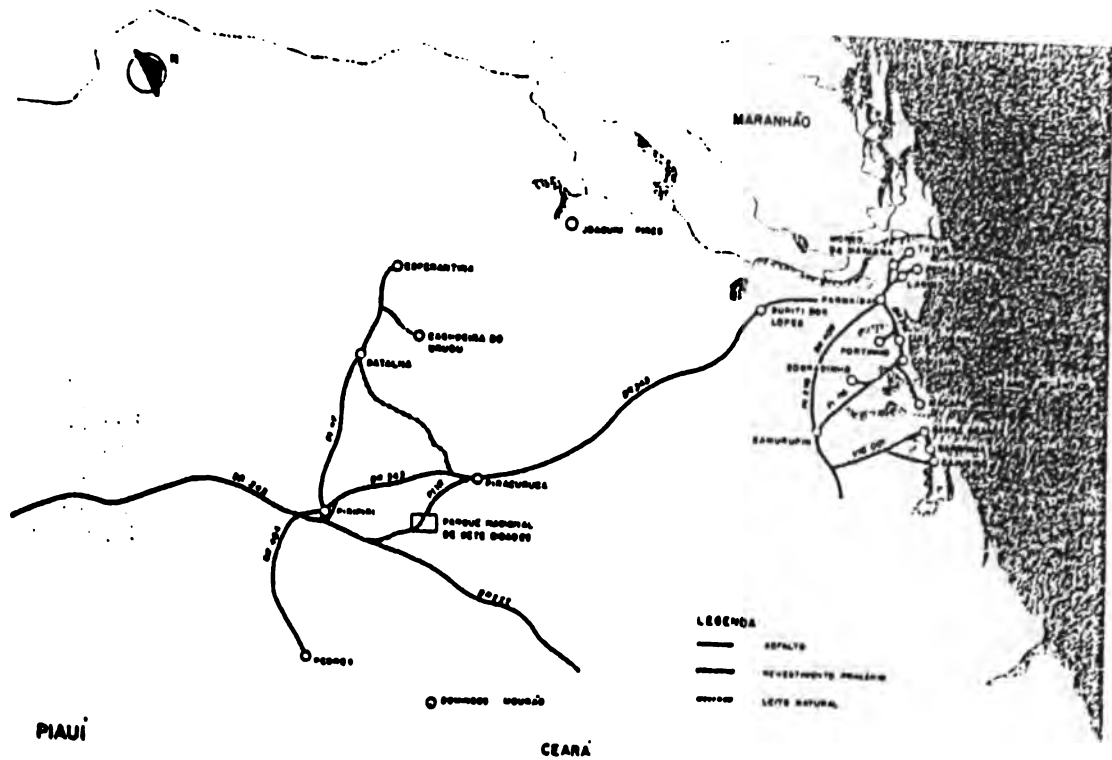
3. Responsabilidades dos Órgãos Executores

- Realizarem previsões de recursos de contrapartida nas respectivas programações orçamentárias anuais;
- Estabelecerem mecanismos de parceria e cooperação com empresas privadas e outros para o financiamento dos estudos técnicos;
- Assumirem no respectivo Plano Setorial desenvolver atividades de turismo com critérios de sustentabilidade;
- Comprometerem-se na elaboração dos estudos técnicos orientados a solicitação dos subempréstimos, seja com recursos institucionais próprios ou contratação de consultorias externas;
- Estabelecerem acordos de cooperação com Prefeituras e instituições locais para a execução de estudos, obras e tarefas de supervisão.



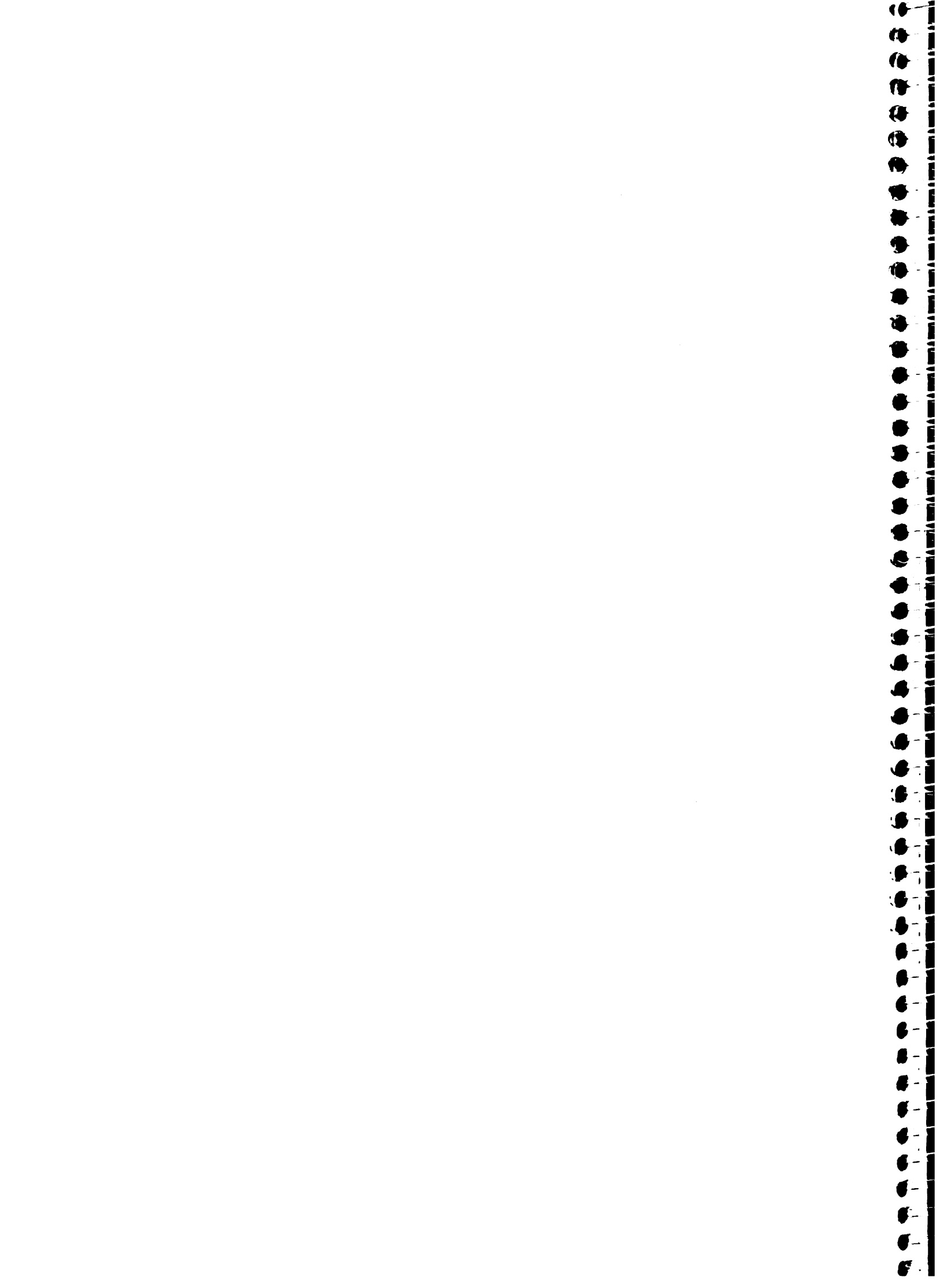
ANEXOS

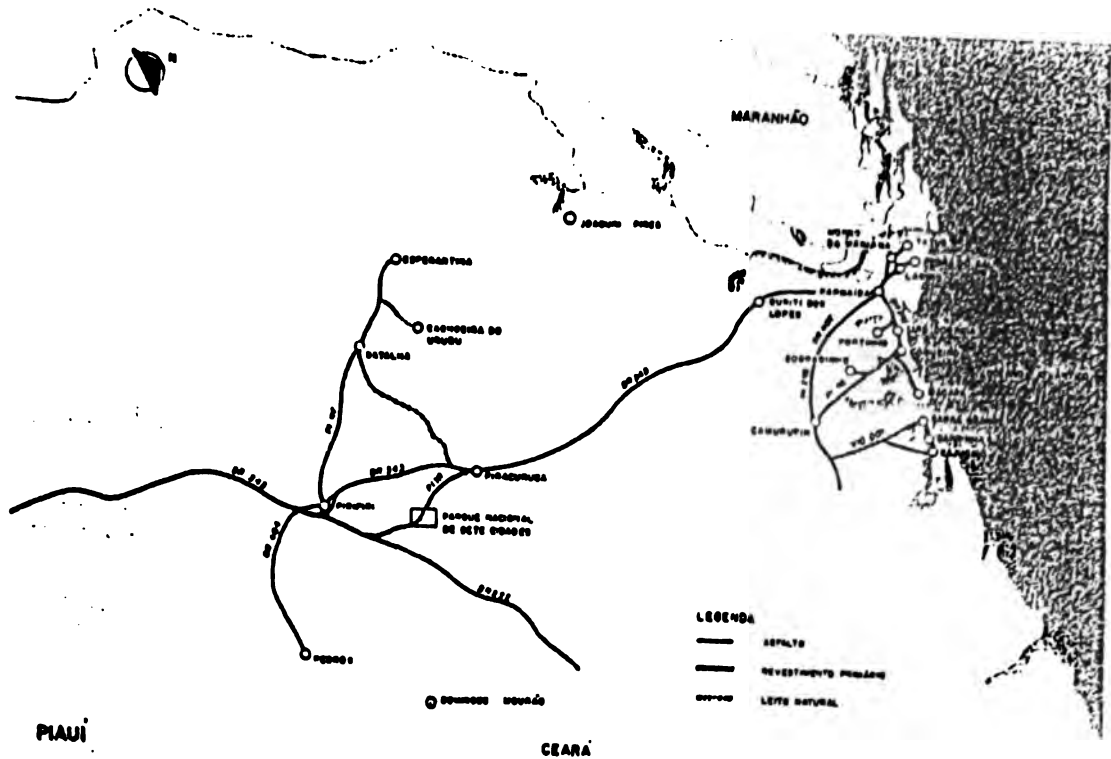




sistema rodoviário
situação atual

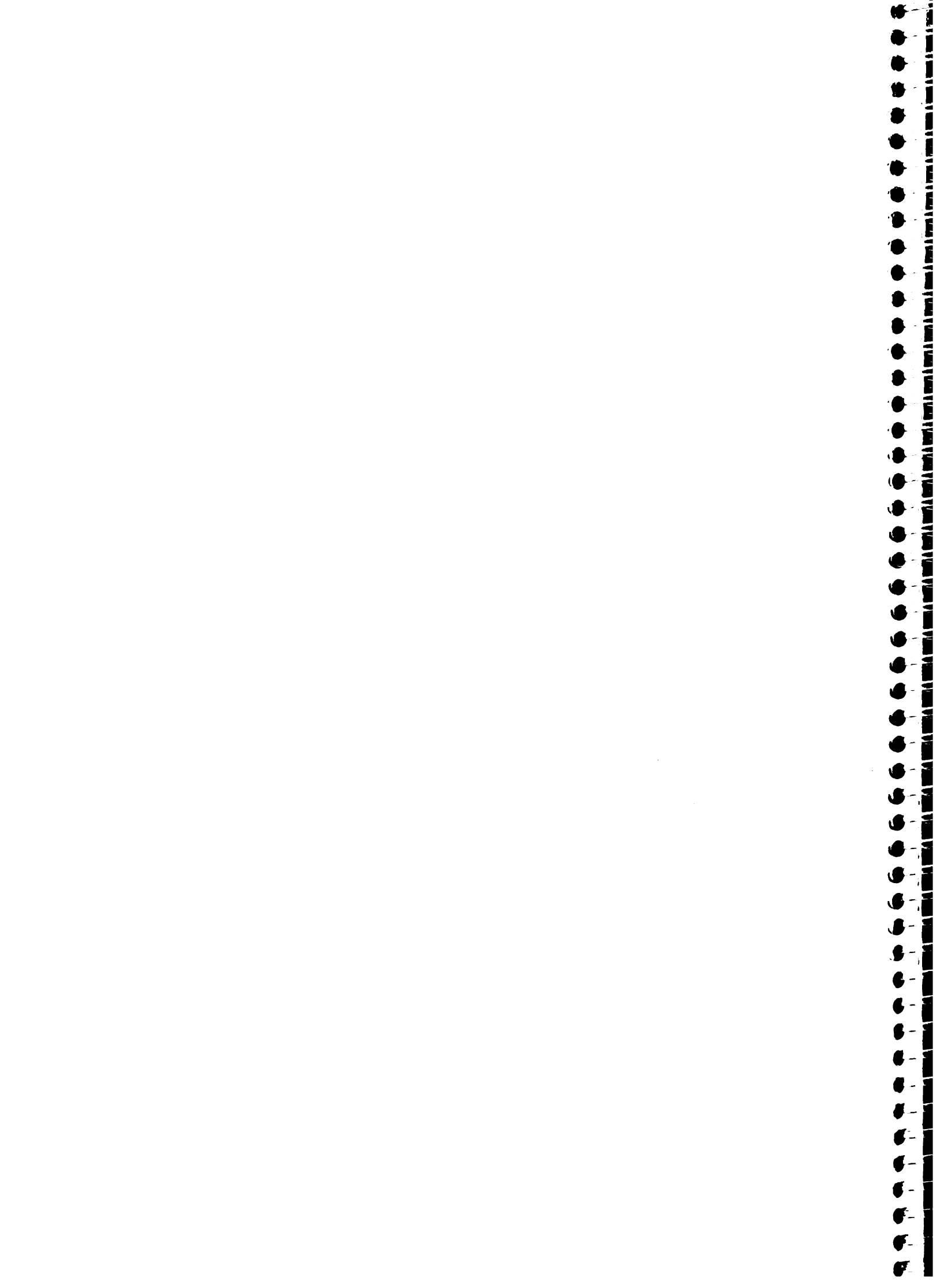


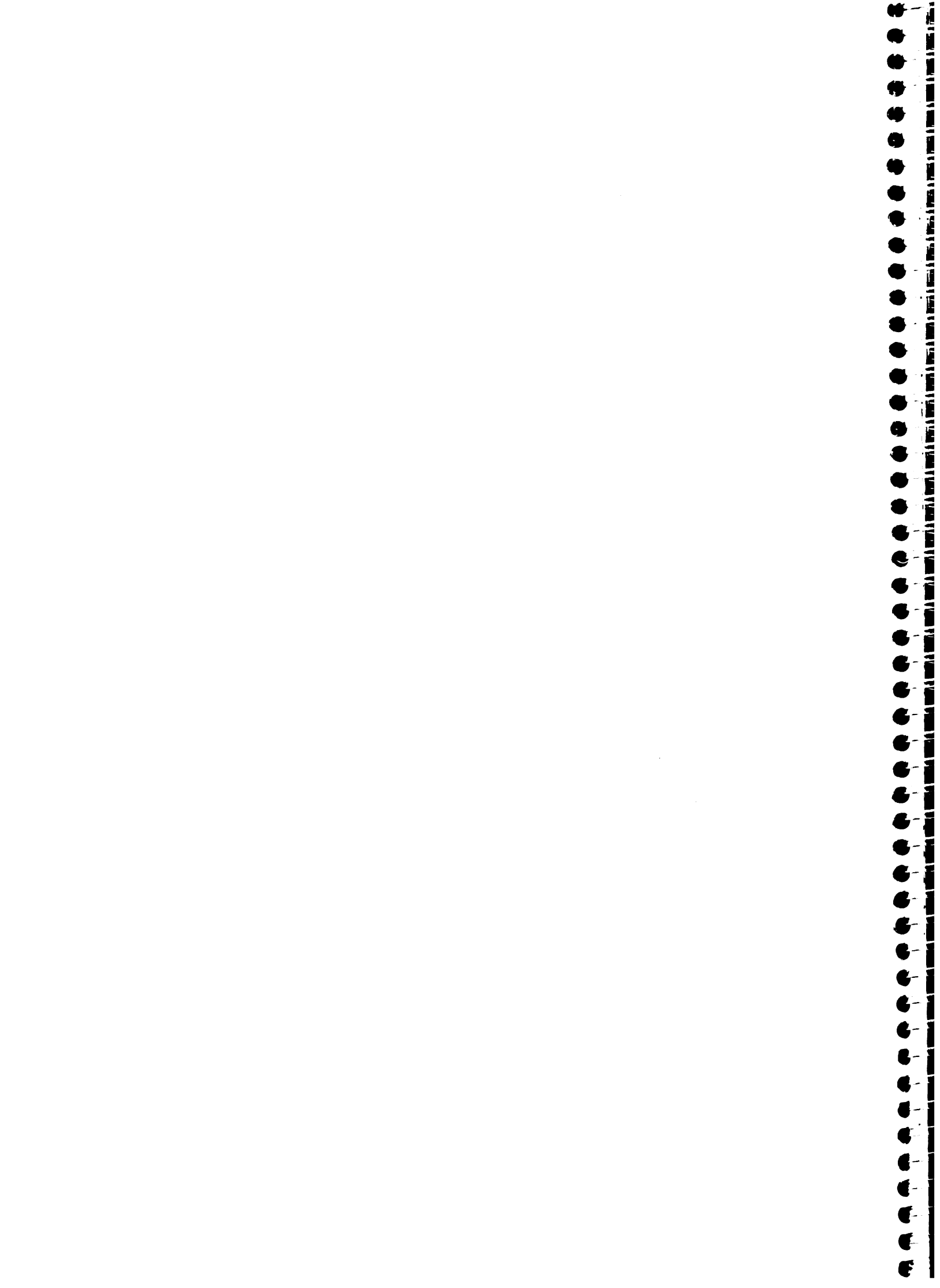


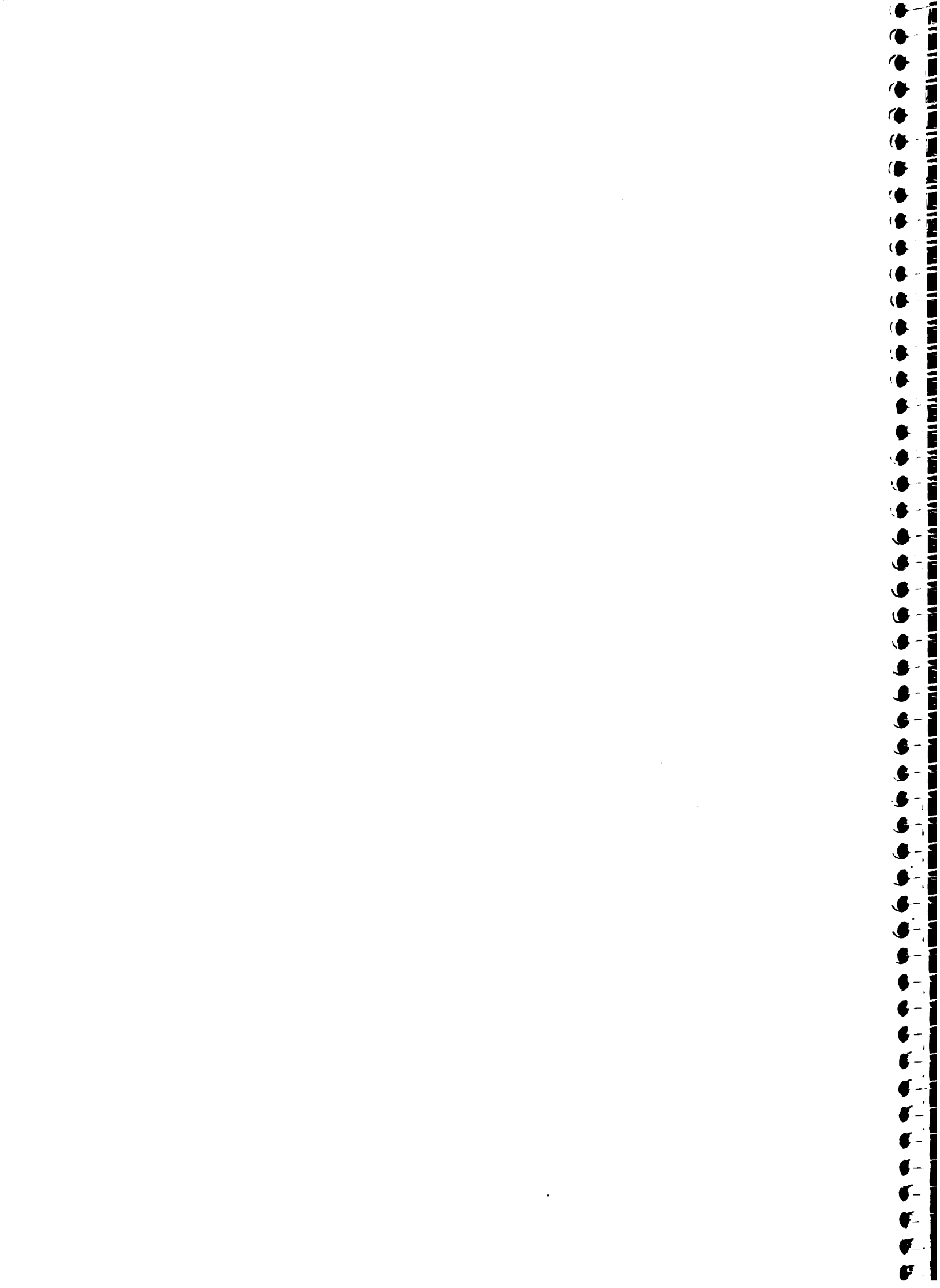


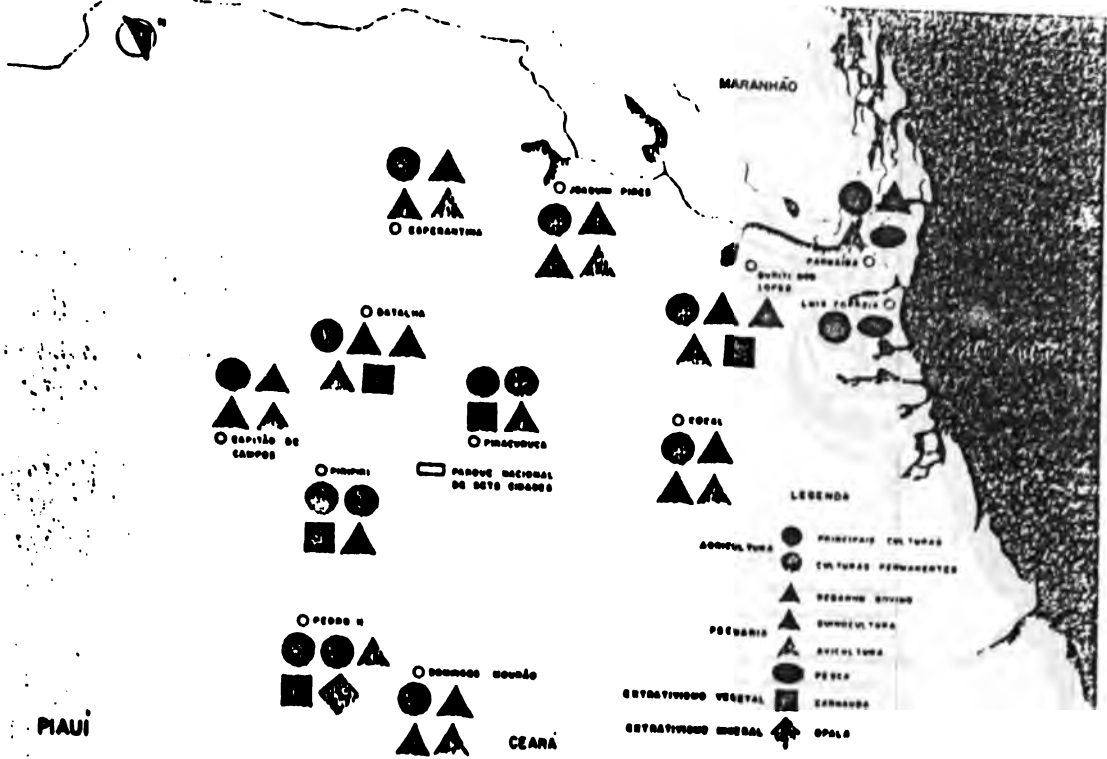
sistema rodoviário
situação atual





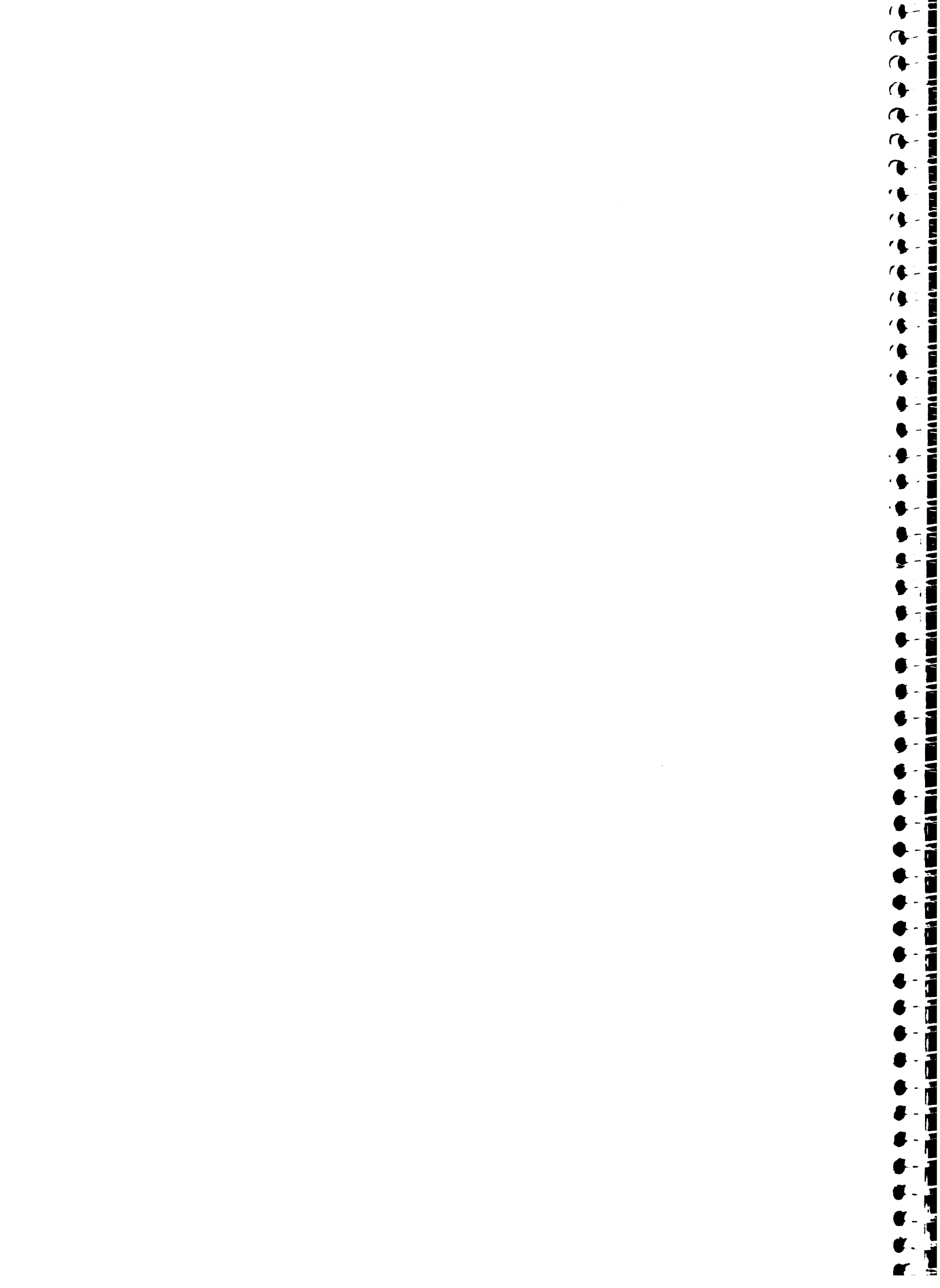


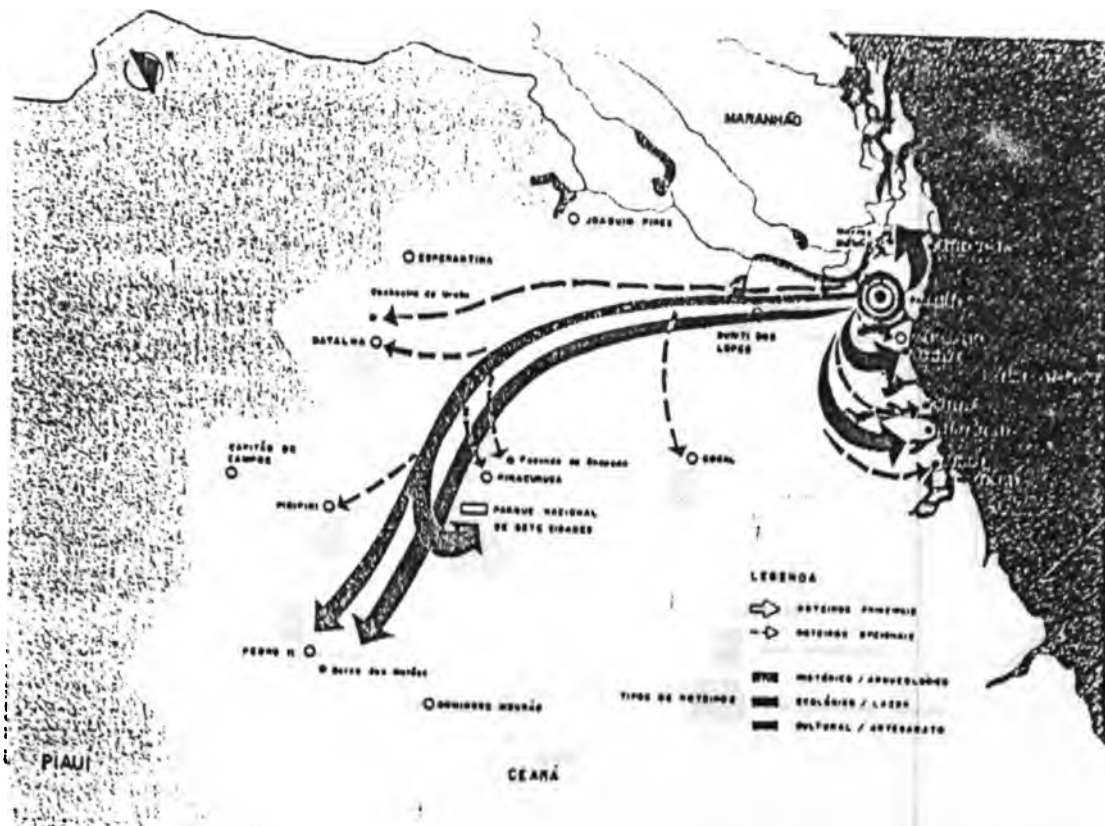




recursos econômicos

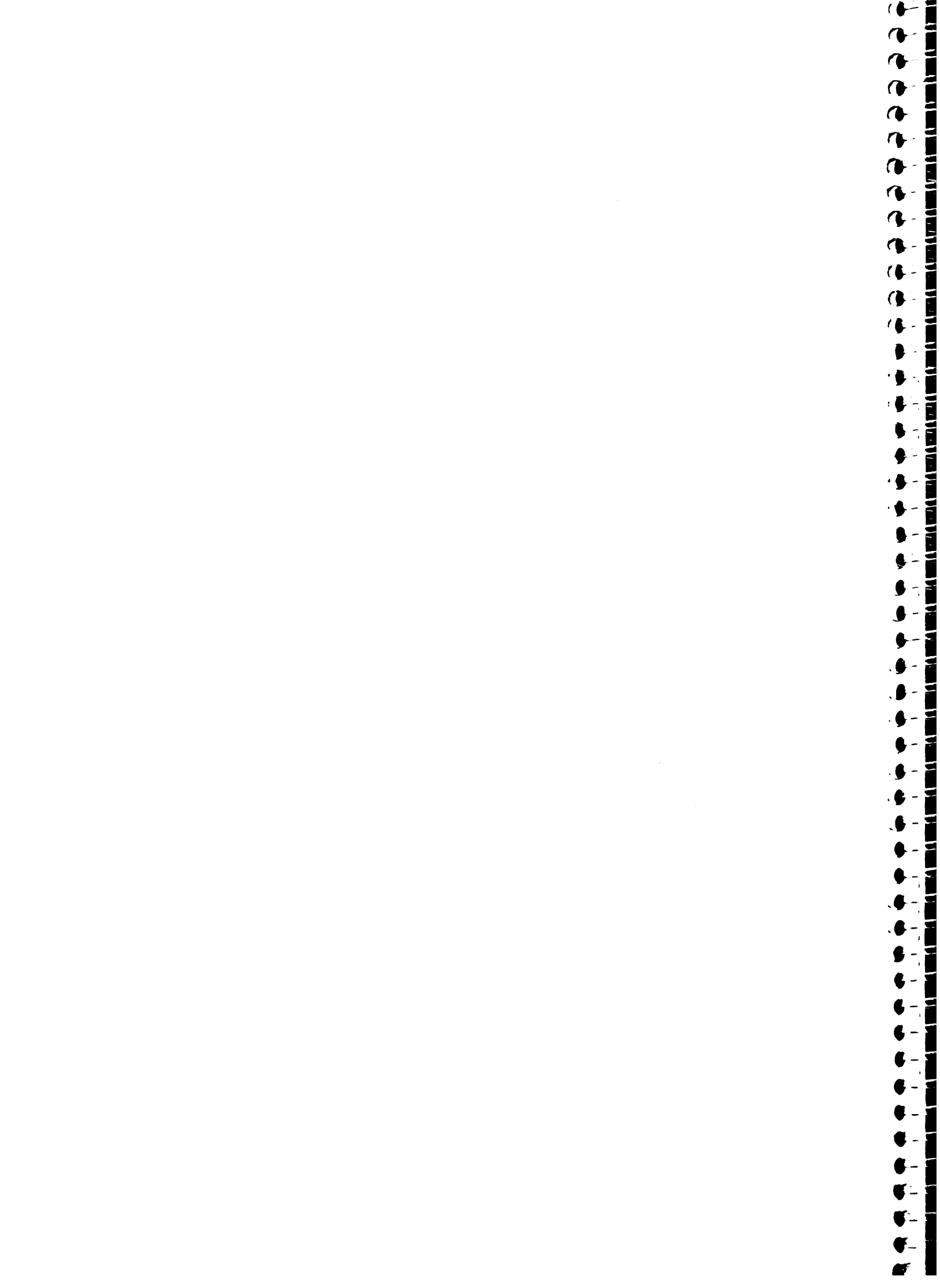


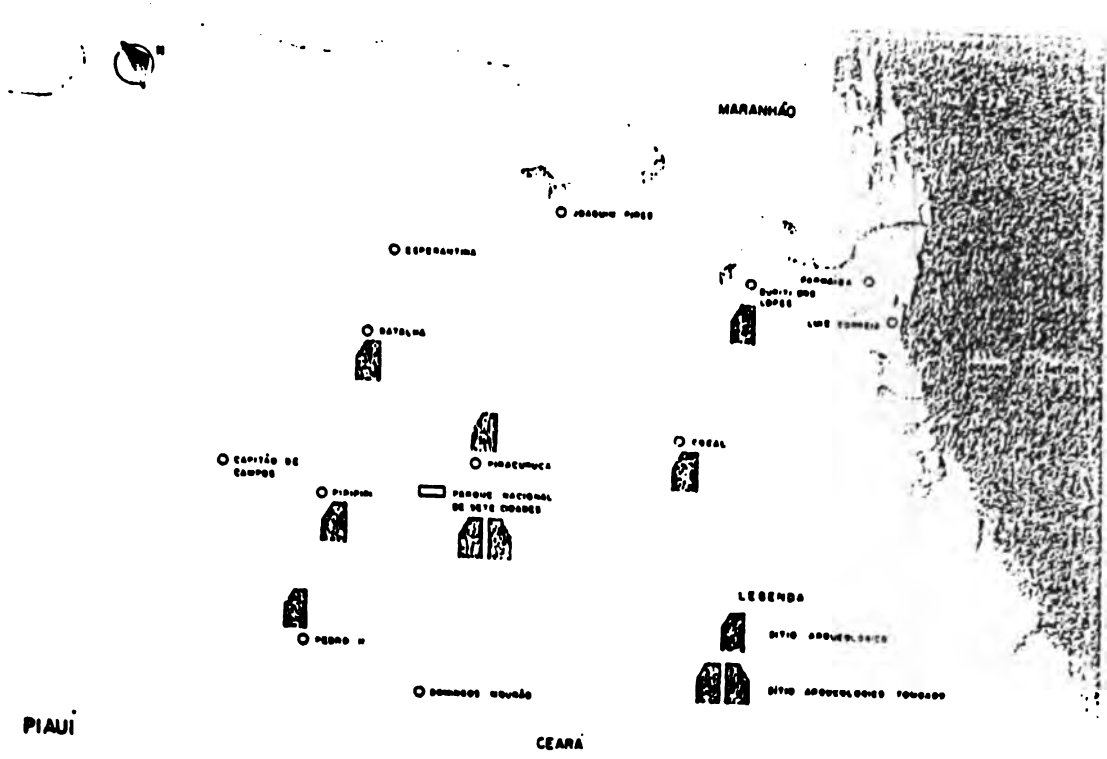




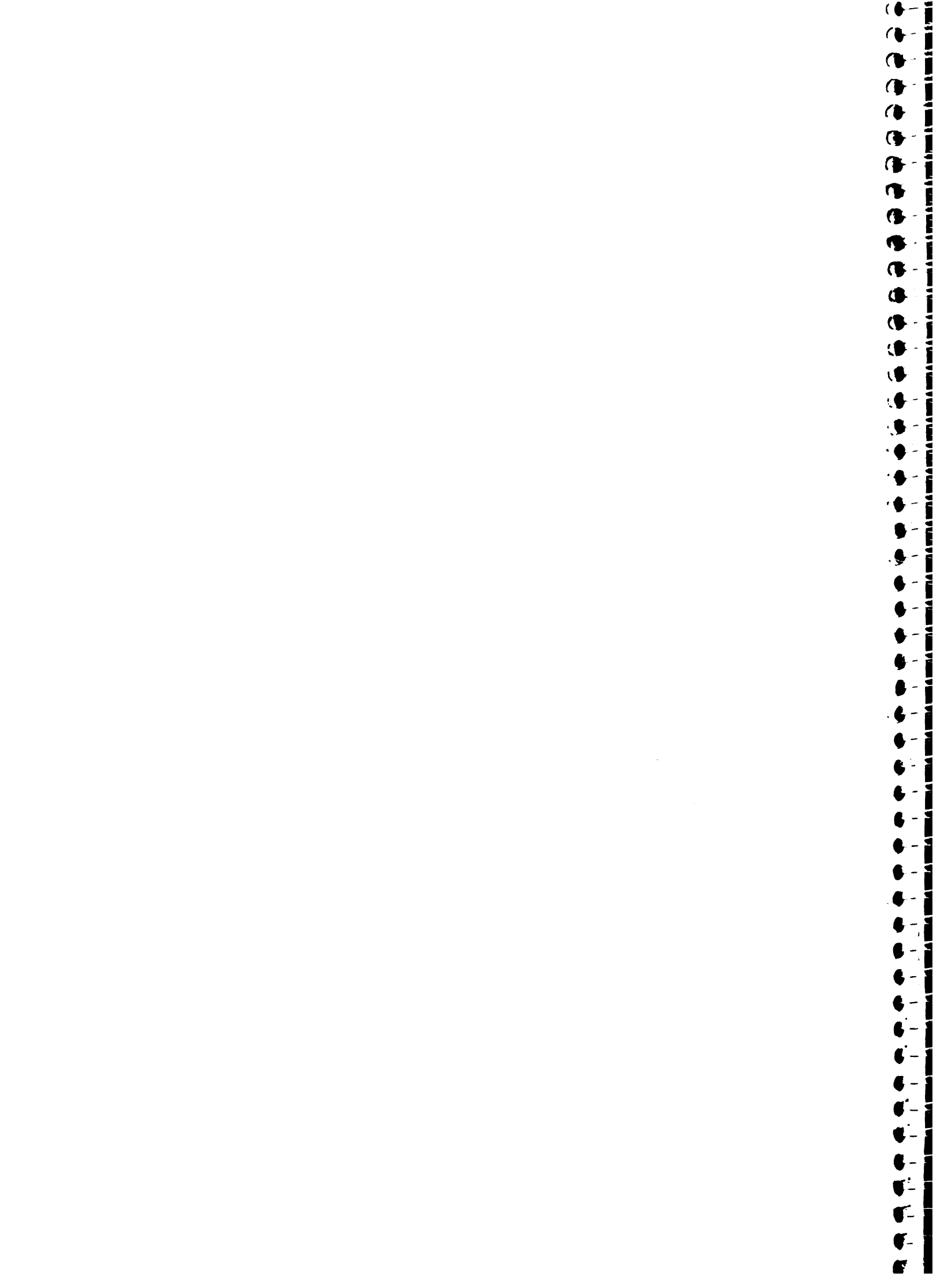
roteiros turísticos

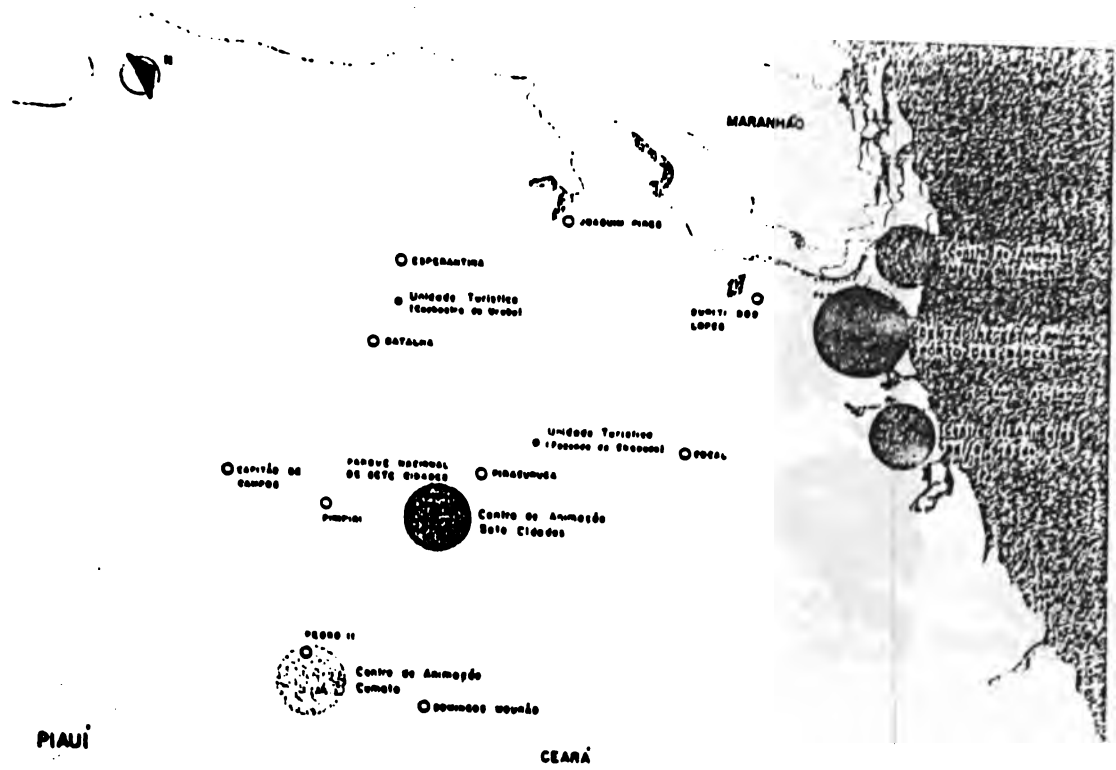






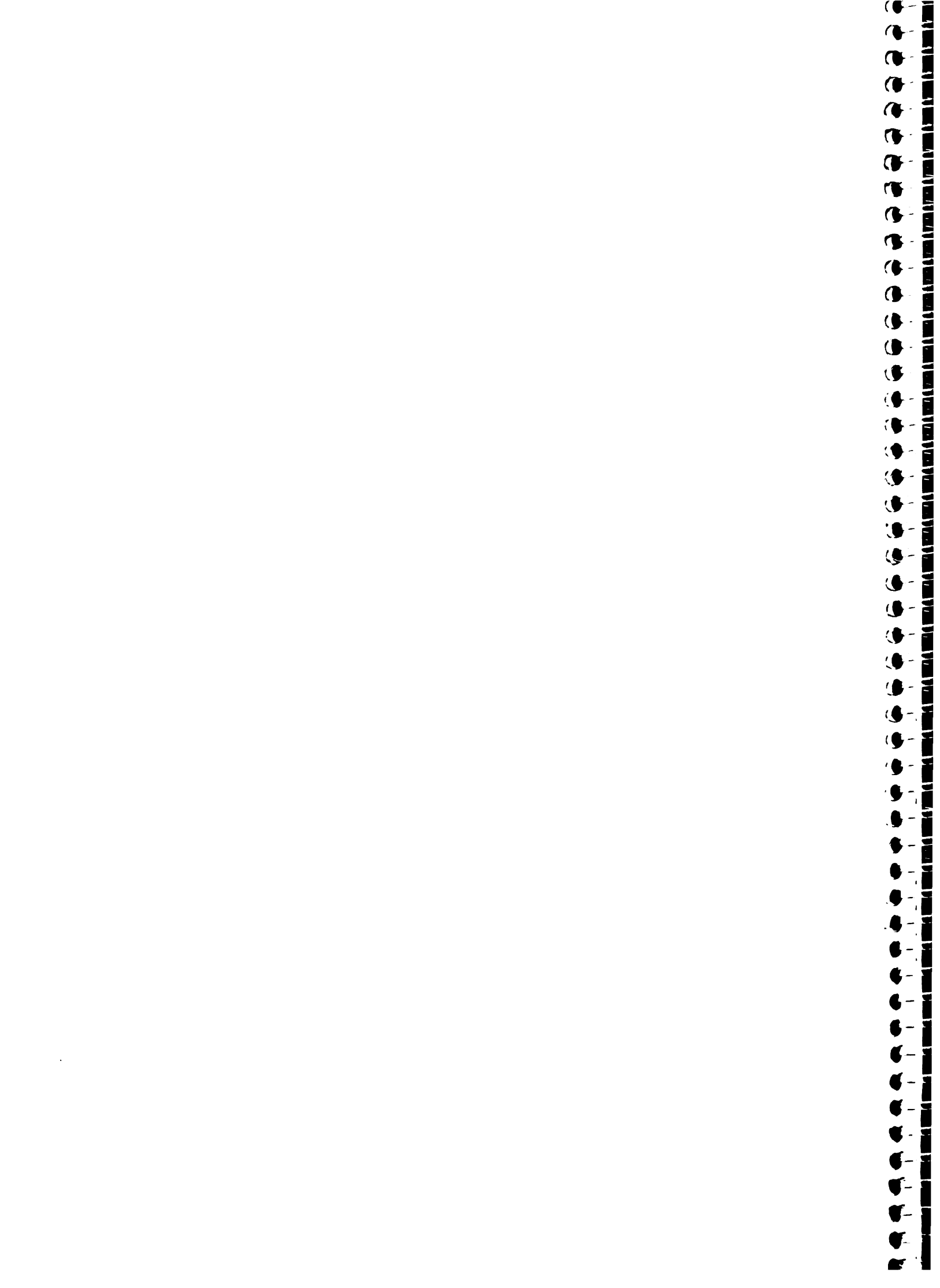
sítios arqueológicos





centros projetados

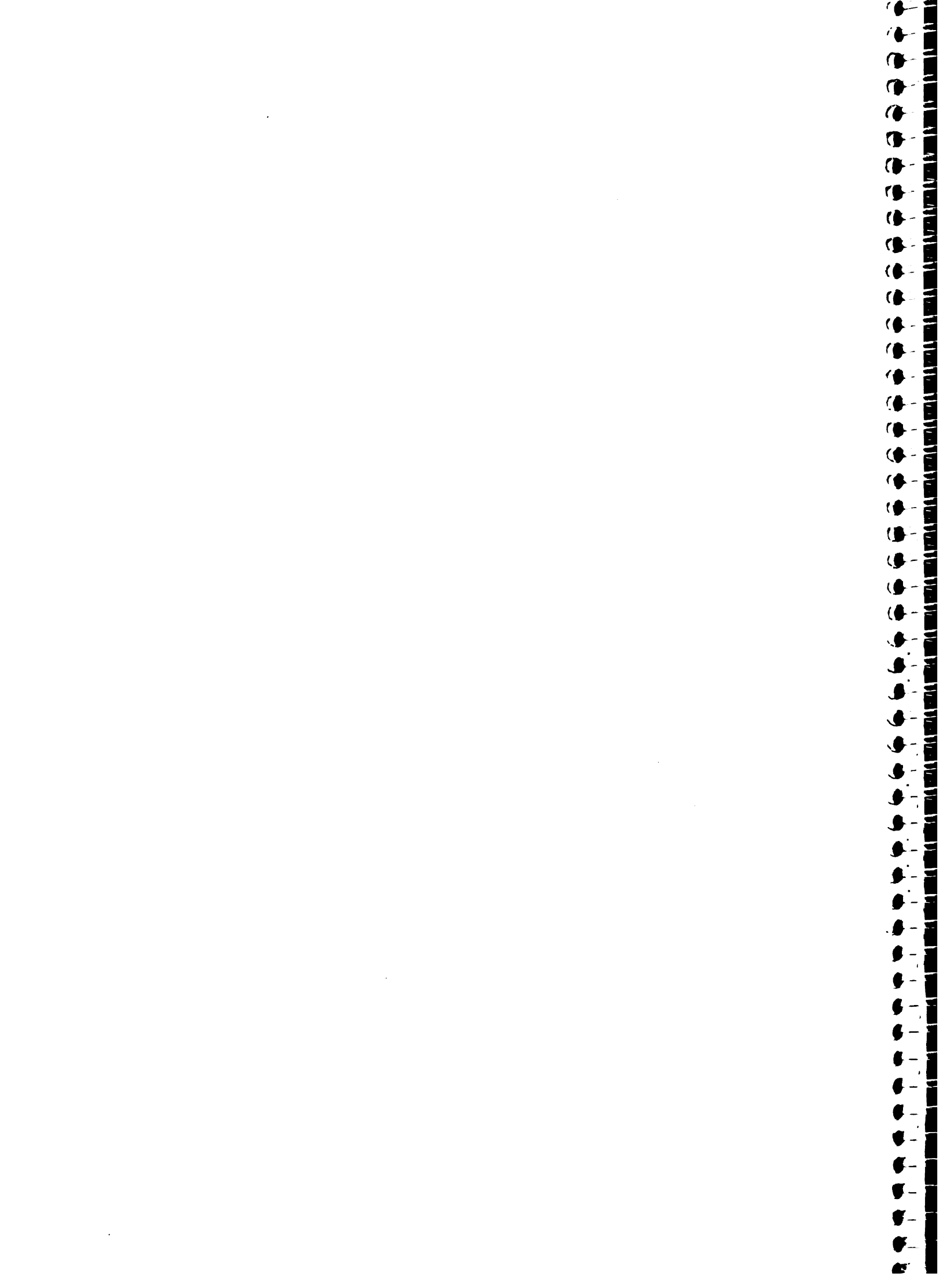




Dunas Movedas - Delta



recursos naturais



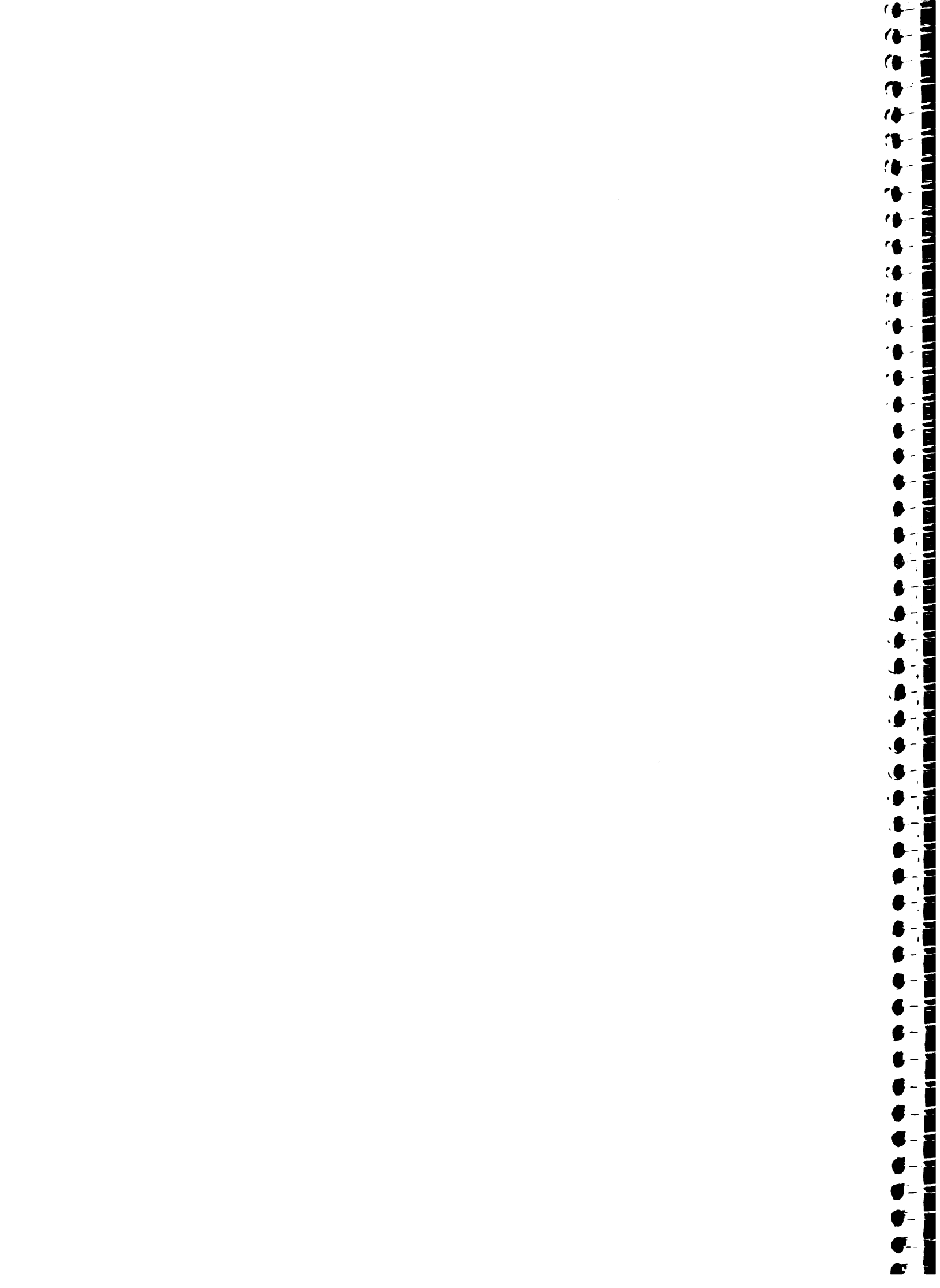
Legoe do Portinho



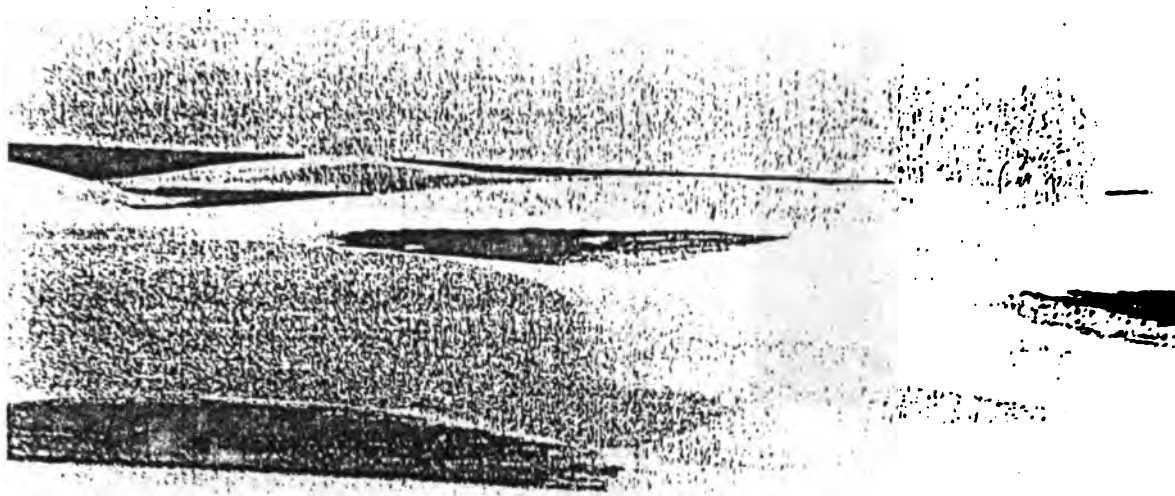
Praia Pedra do Sal

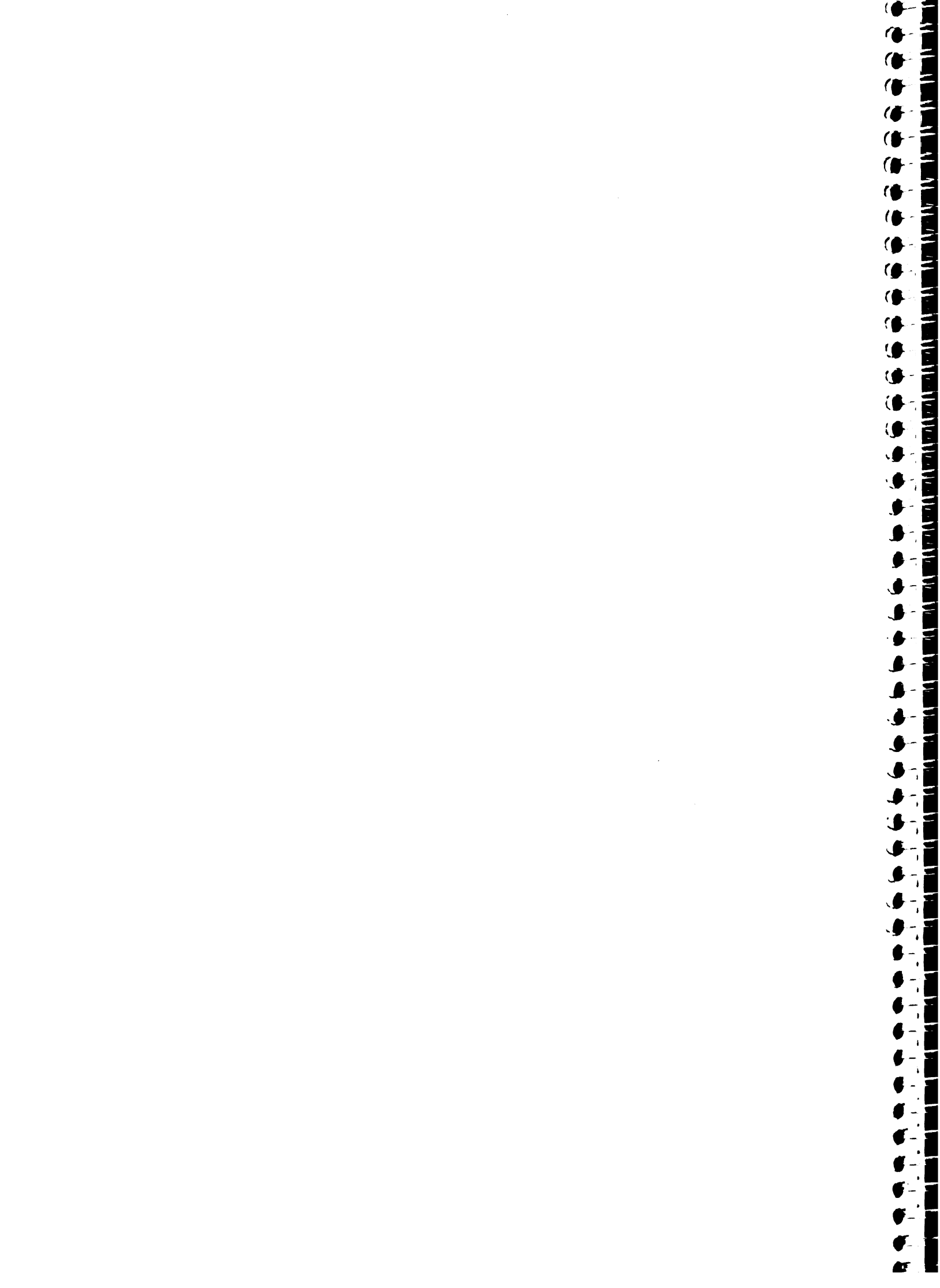


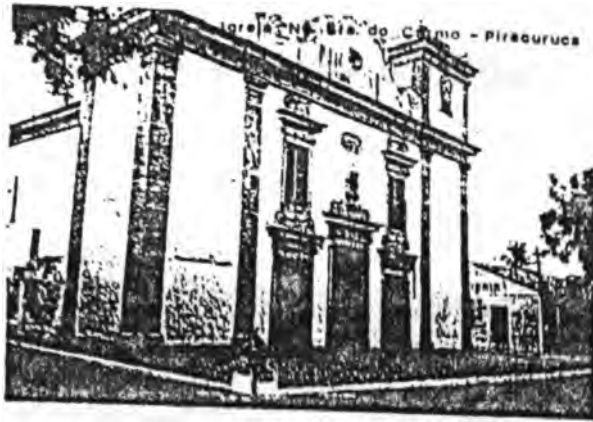
recursos naturais



Dunas do Delta

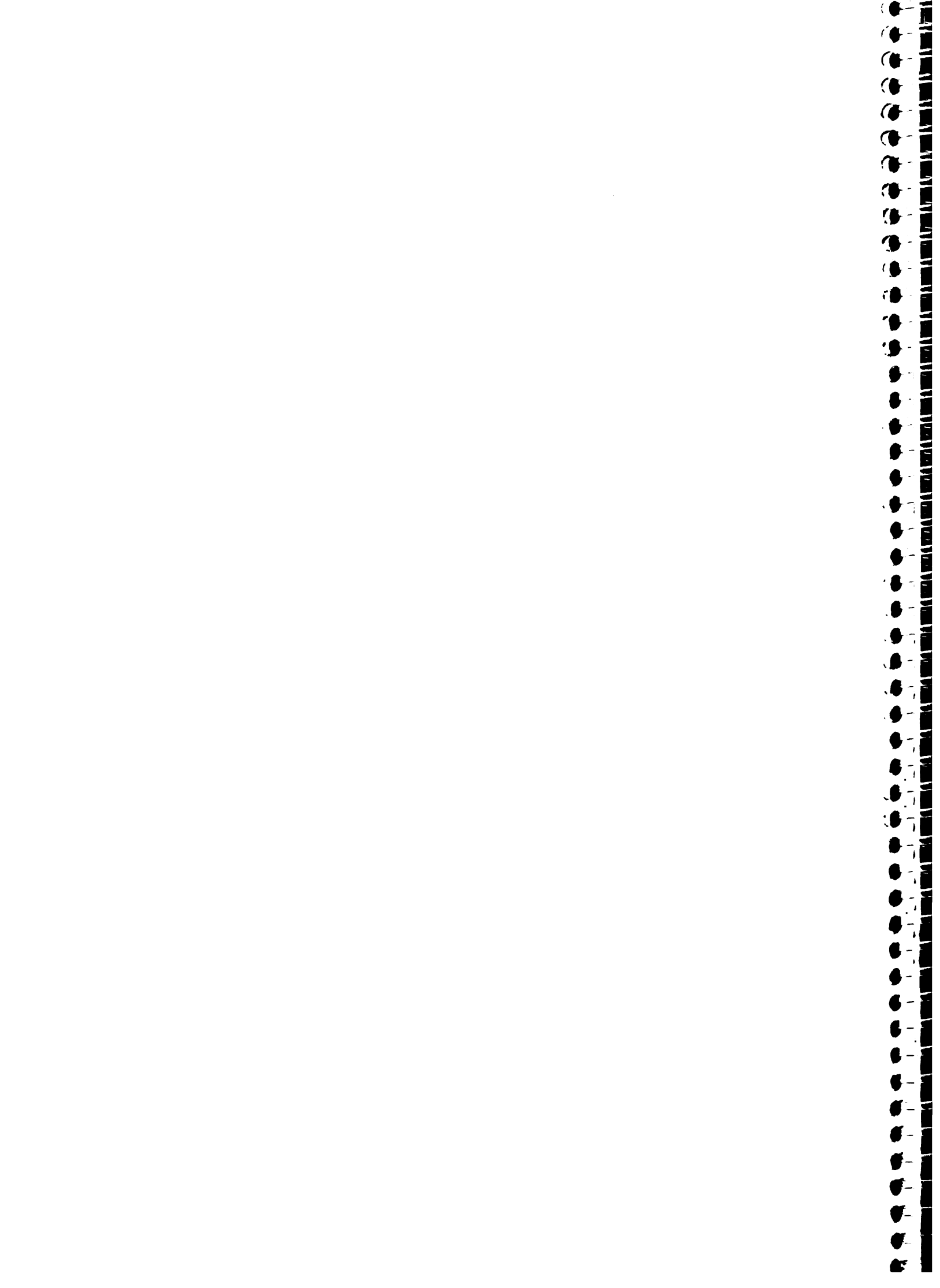




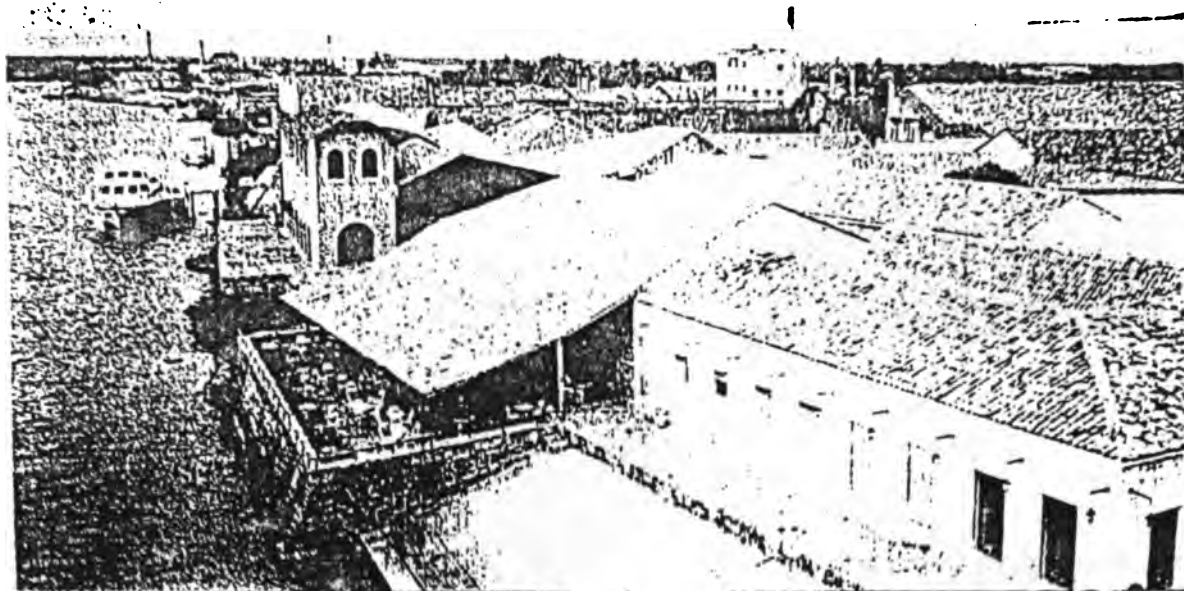


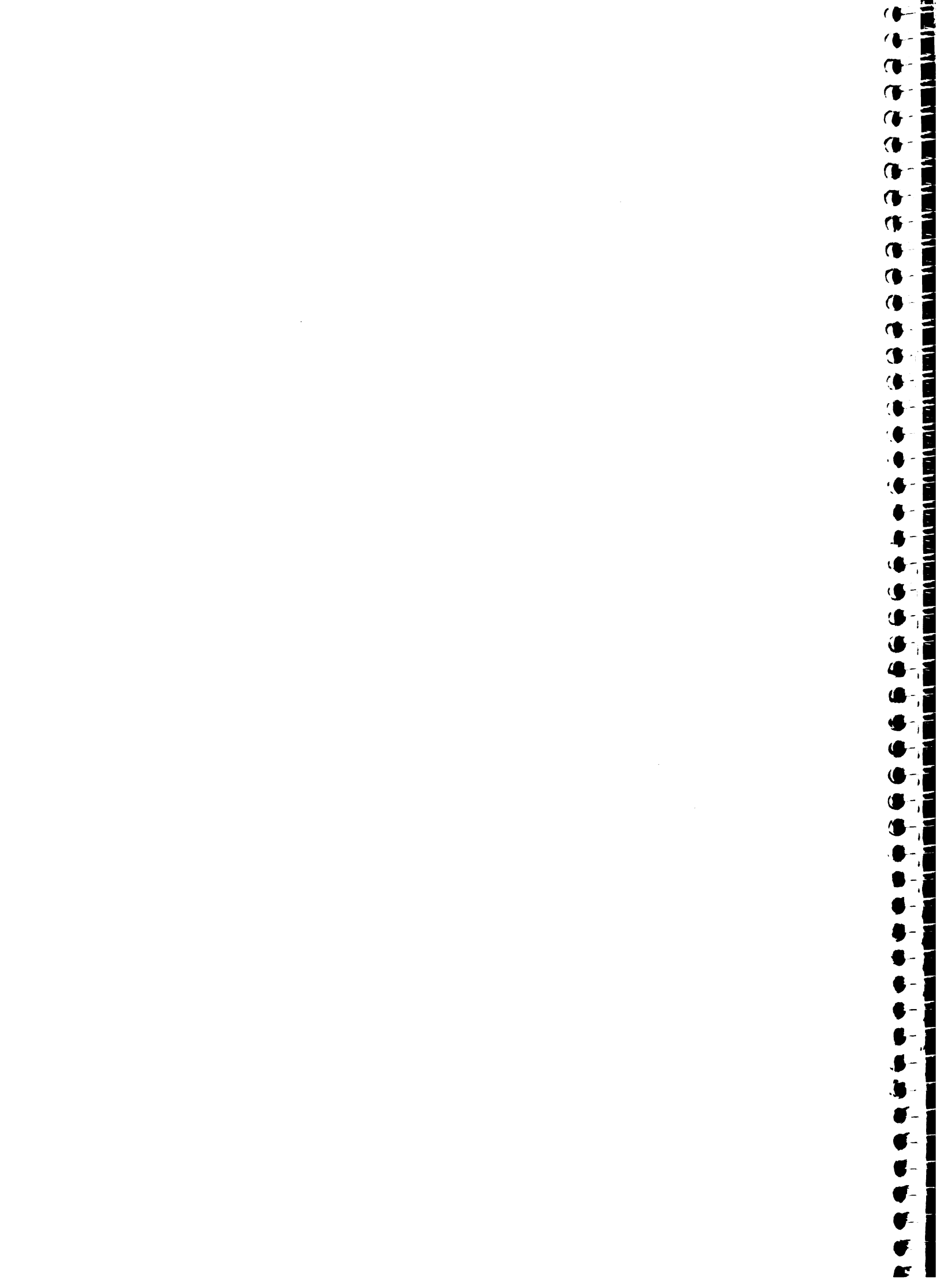
recursos culturais

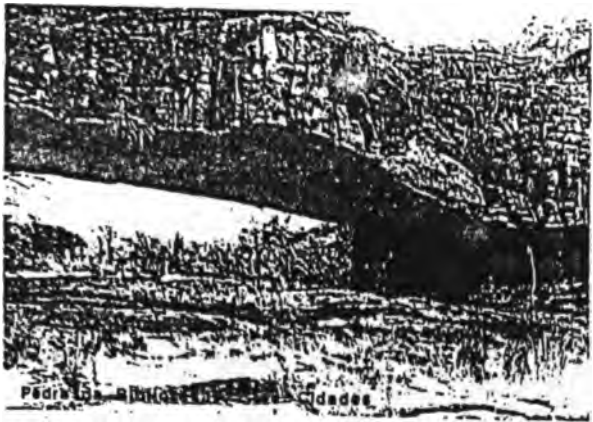
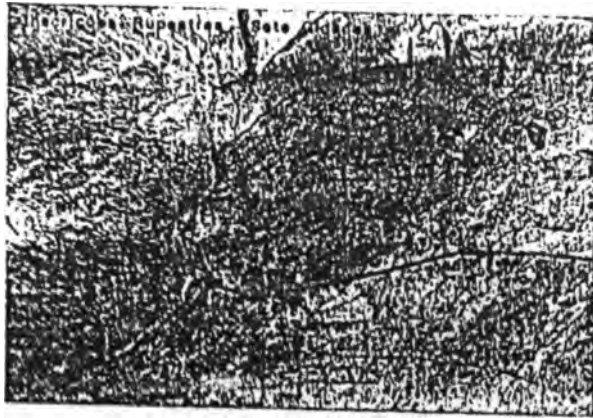




Porto das Barcas – Parnaíba

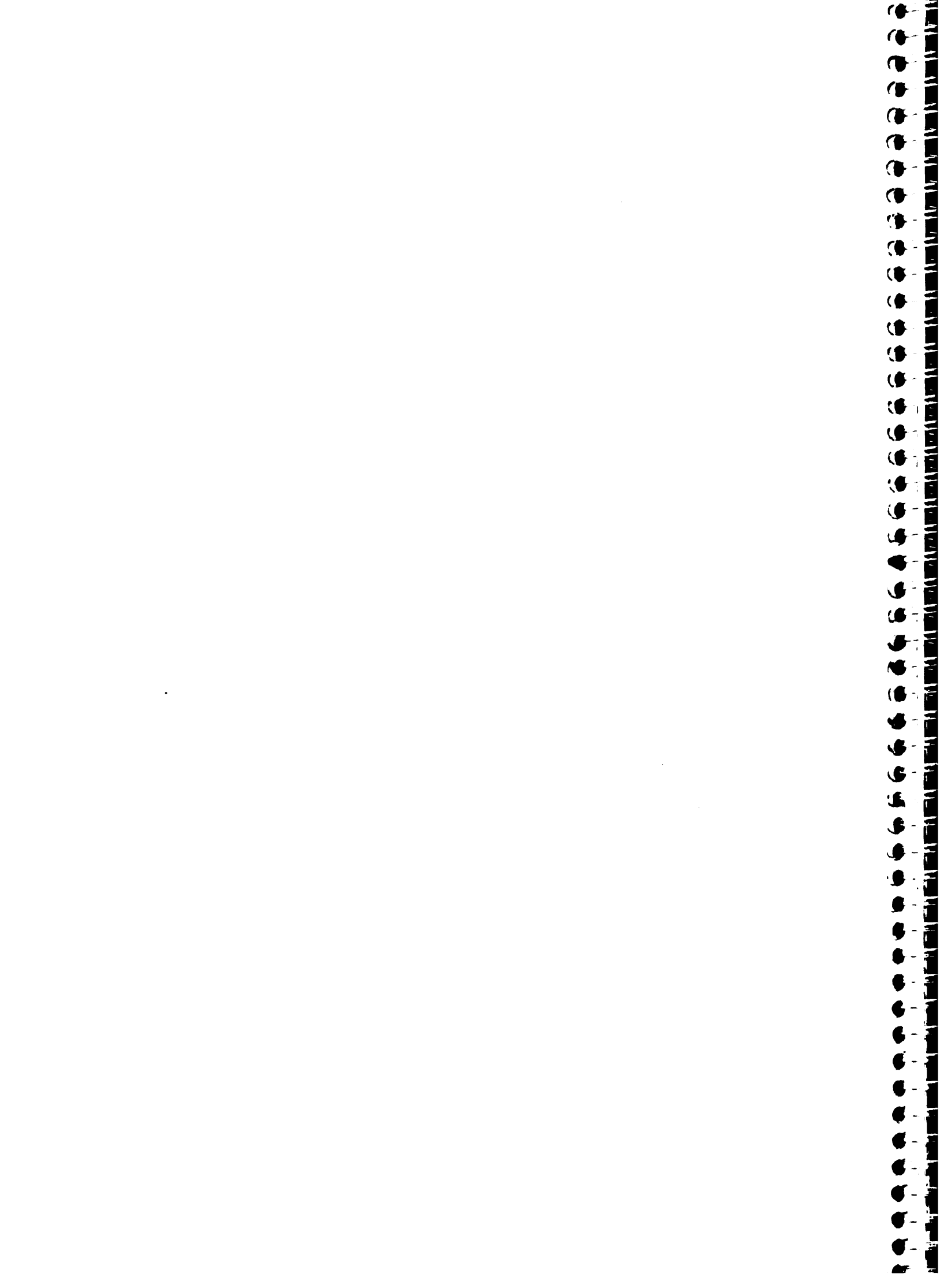






recursos arqueológicos





Inscrições Rupestres

